

os países centrais subjugavam a periferia, e não o estudo das reações das micropopulações habitualmente investigadas pelos antropólogos. A escolha de seu enfoque os levou a omitir considerações sobre a extensão e variedade dessas populações, sobre seus modos de existência antes da expansão européia e do advento do capitalismo e sobre a maneira pela qual tais modos foram penetrados, subordinados, destruídos e absorvidos, inicialmente por um mercado crescente e subseqüentemente pelo capitalismo industrial. Sem tal exame, entretanto, o termo de “periferia” continua sendo um termo que, na verdade, é um disfarce, tanto quanto o termo “sociedade tradicional”. Sua vantagem em relação ao termo mais antigo reside sobretudo em suas implicações. Ele aponta para ligações mais amplas, que precisam ser investigadas caso se queira entender os processos que atuam na periferia. Mas esse exame ainda nos aguarda, caso queiramos compreender como os mundurucu ou os meo foram atraídos para um sistema mais amplo para sofrerem seu impacto e se tornarem seus agentes.

Este livro se propõe realizar tal exame. Ele espera delinear os processos gerais que atuam no desenvolvimento mercantil e capitalista e, ao mesmo tempo, acompanhar seus efeitos sobre as micropopulações estudadas pelos etno-historiadores e antropólogos. Minha visão desses processos e seus efeitos é histórica, mas no sentido da história como um exame analítico do desenvolvimento das relações materiais, que se move simultaneamente no nível do sistema abrangente e no micronível. Lanço, portanto, meu olhar sobre o mundo em 1400, antes que a Europa alcançasse um domínio em escala mundial. Discuto em seguida algumas elaborações teóricas que nos possibilitariam apreender as características determinantes do capitalismo e os modos que o precederam. Volto-me depois para o desenvolvimento da expansão mercantil européia e para os papéis representados pelas várias nações européias quando se tratou de estender o seu domínio global. Seguir os efeitos globais da expansão européia nos leva a tecer considerações sobre a busca da prata americana, o comércio de peles, o tráfico de escravos e a procura de novas fontes de riqueza na Ásia. Em seguida detecto a transição para o capitalismo durante a Revolução Industrial, examino o seu impacto sobre regiões do mundo que forneceram recursos aos centros industriais e delinco a formação das classes trabalhadoras e sua migração nos continentes e entre eles. Em meu relato, os povos que reivindicam a história como sendo sua própria história e os povos a quem a história foi negada surgem como participantes de uma mesma trajetória histórica.

O MUNDO EM 1400

No ano de 1271 os mercadores de Veneza, Maffeo e Niccolo Polo, juntamente com o filho deste último, Marco, partiram do litoral ocidental do Mediterrâneo e atravessaram o Irã até chegarem a Hormuz, no Golfo Pérsico. De lá dirigiram-se ao noroeste, a Kashgar, onde tomaram o rumo da antiga Rota da Seda, seguindo para Pequim. Após prolongadas viagens pela China e pelo Sul da Ásia, os Polo navegaram para a Europa, chegando a Veneza em 1295. Decorridos uns quarenta anos, Ibn Battutah, erudito funcionário cujo país natal era o Marrocos, partiu em peregrinação a Meca. Dali percorreu o Irã, a Anatólia e a Criméia, chegando a Constantinopla. De lá viajou para a Ásia central e a Índia, passando alguns anos em Délhi e nas ilhas Maldivas, onde exerceu funções governamentais. Após visitar a China meridional e a Sumatra, regressou ao Marrocos em 1349. Dali a três anos ele acompanhou mercadores marroquinos através do Saara, indo até o reino de Mali, no Sudão oriental, e retornando a Fez, onde ditou o relato de sua viagem a um escriba. Entre 1405 e 1433 o almirante chinês Cheng-ho viajou sete vezes ao sul da Ásia, chegando ao Mar Vermelho e ao litoral da África ocidental. Em 1492 um capitão genovês a serviço da rainha de Aragão teve seu primeiro vislumbre do Novo Mundo, onde avistou as Bahamas e julgou ter chegado ao Japão.

Essas viagens não eram aventuras isoladas, porém manifestações de forças que estavam levando os continentes a estabelecer relacionamentos mais abrangentes e que, em breve, transformariam o mundo em um palco unificado para a ação humana. Para entender o que o mundo se tornaria, precisamos, em primeiro lugar, saber o que ele era. Seguirei, portanto, um viajante imaginário no ano de 1400 e descreverei o mundo que ele poderia ter visto.

Nesta tentativa de antropologia global, irei além do registro de tribos distintas, de áreas culturais e de civilizações, com o intuito de delinear as redes e os entrelaçamentos da interação humana que se estenderam por dois hemisférios ainda separados – o “Velho Mundo” da Europa, Ásia e África e o “Novo Mundo” das Américas. Essas redes cresceram e se espalharam no tempo e no espaço. Dar conta delas, seguir seu crescimento e sua expansão também significa traçar os itinerários históricos de povos que a história, escrita de um ponto de vista ocidental, tem tendido a ignorar ou caricaturar. A exemplo dos “contemporâneos primitivos” dos antropólogos, eles têm sido tratados como povos sem história própria.

Essas ligações de amplo alcance entre povos, antes da expansão européia, eram desfechos de processos materiais identificáveis. Um desses processos foi a estruturação de sistemas políticos e militares hegemônicos e aguerridos. Cada um dos dois hemisférios testemunhou separadamente o surgimento de impérios que se apropriaram dos excedentes produzidos por grupos variados e múltiplos. Um segundo processo em funcionamento foi o crescimento do comércio a longa distância, o qual, em todos os lugares, ligou zonas de fornecimento a centros de demanda concentrada e possibilitou papéis especializados para os povos estabelecidos ao longo das rotas de comércio. A construção de impérios e o comércio criaram, por sua vez, extensas redes de comunicação que aglutinaram diferentes povos sob a égide de ideologias religiosas ou políticas dominantes. Em conjunto, esses processos moldaram o mundo que a Europa reorganizaria em breve, com a finalidade de atender a seus próprios requisitos.

A Geografia Política do Velho Mundo

Para entender esse mundo de 1400, precisamos começar pela geografia. Um mapa do Velho Mundo revela certas constantes físicas. Uma delas é a cadeia de montanhas que segue na direção leste-oeste, atravessando a extensão territorial da Eurásia. A partir das escarpadas elevações do Sul e do Oeste da China, a cadeia ascende às alturas do Kunlun, dos Himalaias e do Pamir, “teto do mundo”, e, deixando para trás o Elburz, chega ao Cáucaso, aos Cárpatos, aos Alpes e, finalmente, aos Pireneus. Algumas vezes essas montanhas retardaram o contato entre o Norte e o Sul. Em outras ocasiões, desfiladeiros existentes na cadeia encorajaram deslocamentos da população, bem como ataques. Na China setentrional, os han tiveram de construir sua grande muralha a fim de conter os chineses dentro de seus limites e manter os mongóis e os turcos fora deles. No Turquestão, as estradas se dirigiam para o sul, no rumo do Irã e da Índia. A oeste, os atacantes podiam chegar até o vale do Danúbio e atingir o coração da Europa.

Um mapa reproduzido nas páginas finais mostra-nos uma segunda constante, a distribuição das principais zonas climáticas. Elas favorecem diferentes coberturas de vegetação natural e, em conseqüência, favorecem igualmente diferentes tipos de estabelecimentos humanos. O mapa nos mostra imediatamente um grande cinturão de terras secas que toma o rumo leste-oeste, a partir do Saara e dos desertos da Arábia, seguindo pelo planalto do Irã até o Turquestão e a Mongólia. É a região de povos pastoris, que conduzem seus rebanhos até as pastagens disponíveis ao longo das margens do deserto e da estepe. O cultivo só é possível em torno das fontes permanentes de água, nos oásis. Ao sul da zona seca do deserto e da estepe encontra-se uma floresta e uma savana úmida tropical e subtropical, freqüentemente favoráveis ao cultivo, a exemplo do que ocorre na África ocidental, na planície do Ganges, nas penínsulas e ilhas do Sudeste da Ásia e no Sul da China. Ao norte da zona seca estende-se a floresta. A oeste dos montes Urais a zona florestal é chuvosa e apresenta uma estação mais prolongada, que possibilita o cultivo; assim, quando a terra é preparada, a região torna-se muito favorável às atividades agrícolas. A leste dos Urais a floresta é mais seca e mais fria. Ela se transforma na taiga, floresta de coníferas, onde o clima é frio, e – em conjunto com o cinturão da tundra circumpolar, desprovido de árvores, coberto de líquen – é o hábitat predileto dos caçadores da floresta. Ali os agricultores se aventuravam muito raramente e os pastores achavam difícil manter vivos seus animais.

Ao compararmos a distribuição das terras agrícolas cultiváveis, passíveis de melhoria, com as do deserto e da estepe, surge um contraste significativo. A distribuição do cinturão seco é contínua; a da terra cultivável é desigual e assume a configuração de um arquipélago. O corredor pastoril facilitou um movimento centrífugo; as zonas aráveis compartimentadas orientaram as pessoas em um sentido centrípeto, direcionando-as para as terras de suas aldeias natais. Essa dicotomia entre a estepe e o solo cultivado moldou boa parte da trajetória da ação humana no Velho Mundo, algumas vezes dividindo os que se dedicavam às atividades pastoris e os moradores das aldeias e outras vezes levando-os a interagir.

O cultivo no Noroeste da África está confinado sobretudo à vertente mediterrânea, ao norte do Atlas, e é obstaculizado, no sul e no leste, pela estepe e pelo deserto. O trigo, cultivado no vale do Sus e no Rharb (Marrocos), nas planícies de Shelif e Mitidja, na Argélia, e na planície de Medjerda, em Túnis, foi importante para sustentar as cortes e elites locais. Ao leste de Túnis estende-se o oásis de Trípoli e, além dele, o Egito, o grande oásis formado pelo Nilo. Seus grãos alimentaram Roma durante os dias do Império Romano e desde então ele desempenhou o mesmo papel para Bizâncio, para os árabes em Damasco e, após 1453, para os otomanos. Bizâncio e o Império Otomano também recorreram cada vez mais às terras do baixo Danúbio e ao litoral do mar Negro, tendo em vista o suprimento de grãos (ver mapa no fim do livro).

Pequenas ilhas de cultivo podiam ser mantidas nas encostas em terraço da Palestina, e havia grandes oásis agrícolas em Antioquia (hoje Antaquia) e Damasco. A estepe síria, cultivada no tempo dos romanos e novamente no século XX, é ecologicamente marginal e permaneceu durante muito tempo abandonada, não sendo ocupada pelos nômades pastoris. Na Anatólia, a agricultura é possível ao longo do litoral do Mediterrâneo e do mar Negro e em ocasionais manchas do planalto montanhoso, mas o resto é estepe, e no Sudeste o deserto volta a surgir. O Iraque, situado entre o Tigre e o Eufrates, foi outrora enormemente produtivo. O excedente da produção, com o auxílio da hidráulica, havia possibilitado a formação do Estado desde os tempos acadianos; ali a construção de todo tipo de instalações para distribuição de água atingiu seu clímax sob a dinastia sassânida do Irã (de 226 a 637 da Era Cristã). Devido, porém, à conquista islâmica da região e ao concomitante crescimento de Bagdá, que se transformou em uma capital com mais de 300 mil habitantes, a riqueza agrícola e os recursos humanos foram cada vez mais sacrificados à cidade. Isso levou a um declínio da produção agrícola e a uma constante diminuição da quantidade de tributos arrecadados (Adams, 1965: 84). Um golpe final na produtividade foi desferido pela invasão mongol em meados do século XIII, quando Hulägu, o cã mongol, destruiu as obras de irrigação da parte inferior do vale.

A planície iraniana estende-se para além da cadeia montanhosa do Zagros. Em sua maior parte ela é coberta pela estepe e pelo deserto, e o cultivo só é possível em manchas privilegiadas, ao longo de um cinturão de depósitos aluviais que se distribuem em torno da orla interna da cadeia montanhosa. Em certas ocasiões o cultivo estendeu-se à região mais seca, por meio de túneis subterrâneos (*qanats*) que transportavam a água por meio da gravidade, ao longo do lençol freático, até os campos distantes. Terras desérticas de novo limitam o cultivo no Afeganistão e Beluchistão rumo ao leste.

Embora o deserto e a estepe inóspita prevaleçam em toda essa área, uma fileira de oásis urbanizados, baseados na agricultura irrigada, proporcionou paradas para o repouso e postos de fornecimento para as caravanas que se dirigiam para leste e para oeste. A mais importante dessas rotas de caravanas era a Rota da Seda. Ela começava em Antioquia, no norte da Síria, atravessava Rai, próximo a Teerã, passava por Merv e Balkh (Báctria) e ia até Kashgar. Em Kashgar a estrada se bifurcava, levando os viajantes para o norte e sul do deserto de Taklamakan (Gobi meridional). A bifurcação setentrional levava a Kucha e Karashar, e a bifurcação sul atravessava Yarkand e Khotan. Ambas as bifurcações voltavam a se encontrar em Tunhwang, no Kansu chinês, de onde as estradas conduziam à China. Kashgar, que Marco Polo louvou por seus jardins e vinhedos, era, assim, um importante eixo do comércio de longa distância, habitado, segundo as palavras do mesmo, por gente "que viaja e comercia no mundo inteiro". De Kashgar outra estrada partia para o norte, indo até Samarcanda, e dali se dirigia para Sarai, no baixo Volga, de onde era possível atingir

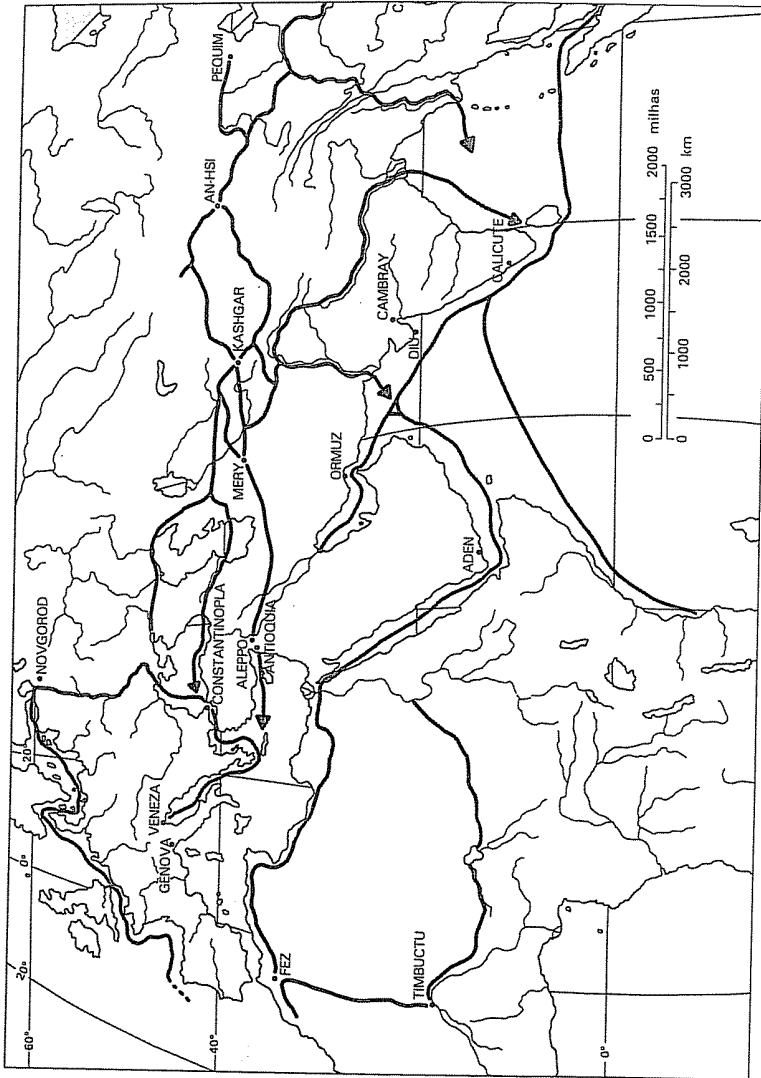
Azov e o mar Negro. Ao longo da escarpa norte da grande cadeia de montanhas da Eurásia havia bolsões de terra arável que poderiam ser cultivados caso os pastores, que procuravam pastos e água, pudessem ser mantidos a distância.

Assim, uma cadeia de regiões cultivadas, amplamente espaçadas, formava um grande arco que se estendia das montanhas do Atlas marroquino até os portais da China, em Kansu. As regiões agrícolas eram ligadas por rotas de tráfico e comércio. Apenas uma vez na história essa comprida cadeia foi unificada, quando os exércitos do Islã irromperam, vindos da península Arábica, ao leste e ao oeste, durante os séculos VII e VIII da Era Cristã. Depois disso os elos da corrente se romperam e jamais voltaram a encadear-se. A separação política foi exacerbada ainda mais pelo sectarismo religioso, e cada tipo de segmentação reforçava o outro.

A segmentação renovada enfraqueceu muitos dos elos da longa corrente. Regiões agrícolas separadas geraram Estados separados, limitados internamente pelos recursos à sua disposição e expostos às incursões daqueles que ultrapassavam suas fronteiras desprotegidas. O que mantinha unida essa estrutura geopolítica eram as conexões do comércio e a fé religiosa. Elas se revelaram capazes de transcender as limitações de cada componente separado e conseguiram agregar recursos em uma escala mais ampla; no entanto, na ausência de uma força politicamente unificada que as defendesse, tais ligações também se viram expostas a repetidas interferências e rupturas.

Ao norte da cadeia de montanhas da Eurásia estendia-se a estepe, que formava um vasto corredor, o qual ia da estepe da Mongólia, a leste, atravessava as estepes de Kirghiz e da Rússia e chegava até a estepe húngara, próximo ao coração da Europa central. Esses eram os territórios preferidos das viagens empreendidas pelos nômades que se dedicavam ao pastoreio. A conversão das pradarias da Rússia meridional ao cultivo permanente teve de aguardar a derrota dos pastores e de seus cãs por obra dos russos, no século VII da Era Cristã.

Na direção oeste, além da pradaria russa, encontrava-se a península Européia, zona de florestas temperadas que poderiam ser abatidas e onde se praticaria o cultivo. O desenvolvimento dessa península para além dos confins do Mediterrâneo romano foi, entretanto, muito lento. Quase completamente rodeada por extensões de água – o mar Báltico, o mar do Norte, o Atlântico e o Mediterrâneo –, essa proximidade com a água somente poderia transformar-se em uma grande vantagem quando o litoral tivesse condições de ser mantido e defendido contra os piratas do mar, tanto do Norte como do Sul. Essa tarefa não foi realizada completamente até o século IX. Ao mesmo tempo, o abate das florestas européias levou milênios para chegar ao fim. Somente no ano 1000 da Era Cristã o equilíbrio entre florestas e terrenos agrícolas pendeu a favor dos agricultores. Desenvolveu-se então, no cinturão situado entre a floresta e o mar, o cultivo em áreas centrais, favorecidas e militarmente defensáveis



O Velho Mundo em 1400: principais rotas de comércio

e onde alguns rios de grande porte forneciam um escoadouro para as frotas mercantes. As regiões favorecidas, de elevada produtividade, eram os Países Baixos, a bacia do Sena, a região drenada do médio Reno, o vale do Tâmis na Inglaterra, o vale do Tejo em Portugal e o vale do Pó na Itália. Os excedentes agrícolas daquelas regiões sustentaram o crescimento do poder político, tornando-se bases estratégicas de abastecimento para Estados que se desenvolviam.

No extremo oriental da Rota da Seda, em Kansu, o caminho transeurásiano estendia-se até a China, um universo político-econômico muito diferente do da Europa e do Islã. A Europa estava confinada a uma península, e suas regiões centrais geopolíticas se consolidavam ao longo do perímetro dessa mesma península. O mundo islâmico estendia-se longitudinalmente, percorrendo a espinha eurásiana, prolongando-se para a África ocidental e oriental. A China, ao contrário, desenvolveu-se como uma unidade compacta, densa, em comparação com as nações do Ocidente. Esse desenvolvimento ocorreu gradualmente. A formação do Estado teve lugar, inicialmente, quando aconteceu a expansão agrícola ao norte, nas regiões banhadas pelos rios Ching e Wei, em Shansi, pelo rio Fen, igualmente em Shansi, e no vale inferior do rio Amarelo. O painço era o principal cultivo daquela região, embora o trigo tivesse adquirido uma importância cada vez maior após o ano 700 de nossa era. Esse centro de gravidade política mais antigo passou a relacionar-se com o vale do Yang-tse, onde se cultivava o arroz, e as duas regiões foram ligadas por grandes canais no início do século VII. Pouco mais tarde uma terceira região de grande importância desenvolveu-se ao sul do Yang-tse. A migração dos chineses étnicos (han) para os férteis deltas e para as bacias dessa região começou no século III d. C., mas intensificou-se grandemente nos séculos VII e VIII, baseada em uma tecnologia de cultivo do arroz mais desenvolvida, apoiada em instrumentos agrícolas aperfeiçoados, sementes e técnicas de irrigação.

Uma estrutura de Estado influenciada por modelos chineses e indianos, sustentada por arrozais irrigados, surgiu no delta do Mekong já no século I da Era Cristã. A formação de núcleos hidráulicos em regiões e ilhas adjacentes durante o primeiro milênio de nossa era adotou, entretanto, protótipos indianos. Entre eles estava o reino khmer de Angkor e os reinos de Java central e do Ceilão (atual Sri Lanka). Na própria Índia uma área nuclear mais antiga, situada no rio Indo, havia abrigado outrora os sistemas de Estado de Mohenjo-Daro e Harappa; porém, eles foram destruídos no ano de 1200 a. C., provavelmente por invasores indo-europeus. Depois disso o seco vale do Indo jamais recuperou seu papel anterior, tão importante, a não ser como região onde se desenrolavam as incursões armadas provenientes da Ásia central. Quando, mais tarde, se formaram Estados, eles se originaram no vale do Ganges, sobretudo na região de Bihar e Bengala. Lá o arroz era o principal produto agrícola, cultivado

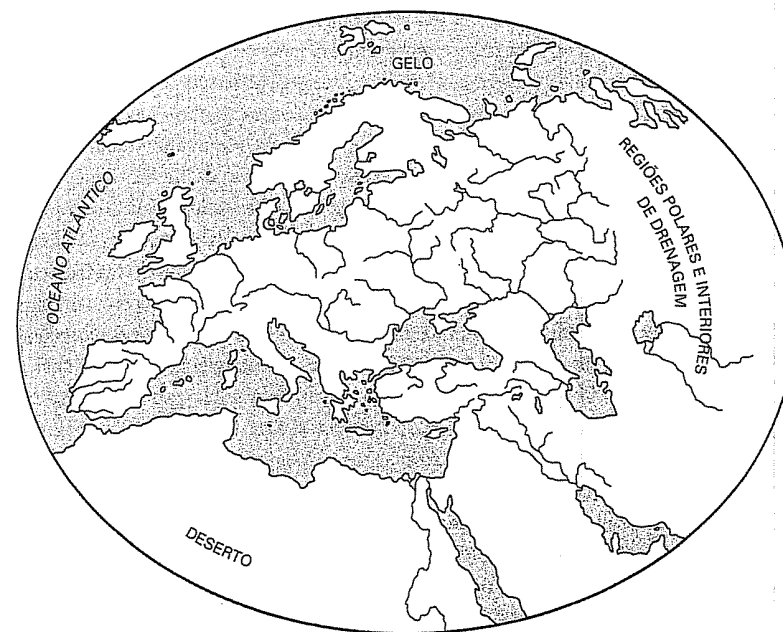
por meio de irrigação suplementar; a precipitação anual era de apenas mil a 2 mil mm. Diques e barragens defendiam, contra as inundações, regiões onde a precipitação anual era superior a 2 mil mm.

O avanço da agricultura irrigada no Leste e no Sul da Ásia deslocou populações que empregavam métodos menos intensivos de cultivo. Os que se dedicavam ao cultivo intensivo, na Índia, exerceram pressões sobre as tribos das montanhas, que praticavam a agricultura baseada nas queimadas, como os munda e os orao de Bihar. Na China o povo han assumiu sua identidade histórica à medida que sua economia política, baseada na irrigação, se desenvolveu após o ano 700 de nossa era. Ao sul dos han estavam os "bárbaros" que não eram han – os mong (miao), os yu mien (yao) e os contingentes de fala tai. À medida que avançavam, cruzando o rio Yang-tse e penetrando em território "bárbaro", os han incorporaram alguns dos grupos com padrões culturais e políticos semelhantes aos seus, ao mesmo tempo que repeliavam para regiões mais montanhosas ou inóspitas os que praticavam a agricultura baseada nas queimadas. Em outras regiões os agricultores que migravam protegeram suas sociedades, ordenadas segundo sistemas de parentesco, das pressões políticas e econômicas. Como resultado disso, populações remanescentes, constituídas por minorias que não eram han, têm sobrevivido nas montanhas do Sudoeste da China e na Birmânia (atual Mianmar), na Tailândia, no Laos e no Vietnã desde os séculos XII e XIII. Os mesmos processos se repetiram em menor escala sempre que núcleos de agricultura irrigada se desenvolveram nas planícies, ao passo que os habitantes das montanhas recorreram ao cultivo baseado nas queimadas, praticado no interior inacessível e isolado.

Comércio

Em sua trajetória pelos píncaros e desfiladeiros do Velho Mundo em 1400, nosso observador imaginário teria seguido as pegadas de inúmeros mercadores que, durante milênios, haviam-se empenhado em estabelecer extensas redes comerciais entre regiões muito distantes. Com efeito, a distribuição de áreas agrícolas, verdadeiros arquipélagos, incentivava o estabelecimento de rotas de ligação por terra ou por mar. Tais rotas, fossem elas de curta ou longa distância, requeriam vigilância e defesa contra ataques. Ao mesmo tempo, qualquer grupo que assumisse o controle de uma grande rota de ligação poderia inserir-se na rede de transportes para seu próprio benefício, ou então poderia cortar essas ligações, acentuando a compartimentação dos arquipélagos cultiváveis. Assim, a história do Velho Mundo poderia ser escrita não só em termos das áreas agrícolas estratégicas mas também em termos dos laços existentes entre elas.

Uma das grandes vantagens da península europeia da Eurásia era sua proximidade com recursos relativos à água em todo o seu perímetro, desde o golfo da



A península europeia e sua proximidade com os cursos de água.

Finlândia e o mar Báltico até o leste do Mediterrâneo. A partir do pólo mais setentrional dessa rede marítima, era possível transpor o Volga e, a exemplo dos vikings, navegar até o mar Cáspio. Essa rota, entretanto, foi interrompida pelos nômades da estepe e só foi reaberta em meados do século XVI. Dos portos do leste do Mediterrâneo a Rota da Seda levava até Kashgar, prosseguindo em direção à China. Uma segunda rota partia do Mediterrâneo e ia de Aleppo até o Golfo Pérsico e dali, por navio, até a Índia e o Sudeste da Ásia. Uma terceira rota incluía a transposição do istmo de Suez e o transporte marítimo através do mar Vermelho e do golfo de Áden até a África oriental e a Índia. A partir do litoral do Mediterrâneo meridional, as caravanas que empregavam camelos, os "navios do deserto", cruzavam o Saara e convergiam para as cidades de Gao e Timbuctu, nos meandros do rio Níger. A partir dali, o transporte fluvial e burros de carga levavam as mercadorias até o coração da África ocidental. O Sudeste da Ásia, por sua vez, era atravessado por inúmeras rotas de comércio e de pilhagem, desde a Malásia até as Filipinas e o Japão.

A existência dessas rotas nos faz lembrar que as trocas a longa distância possuem antigas raízes. Há muito os mercadores transportavam mercadorias de uma região onde havia excedente de produção até áreas deficitárias e, por sua atividade, obtinham um retorno. Enquanto os meios de transporte eram limitados, enquanto as cargas tinham de ser transportadas por carregadores humanos ou animais, o movimento tendia a favorecer as mercadorias de luxo, isto é, as mercadorias que possibilitavam um elevado lucro por unidade vendida. À medida que o comércio de mercadorias de elite predominava, as trocas comerciais tenderam a se dar em duas esferas diferentes. Havia a esfera do comércio local e da troca, na qual as mercadorias de uso diário transitavam pelas aldeias e cidades em regiões restritas; havia também a esfera do comércio a longa distância de mercadorias valiosas, produzidas para o consumo das elites e que serviam para salientar as posições de dominação política e econômica dessa elite.

Nômades Pastores

Ao atravessar aquele cinturão seco que ia da África até os extremos da Ásia, os mercadores e outros viajantes entravam no hábitat predileto de povos especializados em seu uso, isto é, os nômades pastores. Eles não se dedicavam simplesmente ao pastoreio; também encontravam-se ao longo da maior parte das rotas que ligavam um oásis ao outro, núcleos centrais com outros núcleos, região com região. Equipados com cavalaria, podiam interditar movimentos que percorriam pontos estratégicos e podiam desfechar ataques maciços contra postos de comércio nos oásis e nas cidades. Nos dias de hoje o feitico virou contra o feiticeiro, e os nômades pastores se vêem cada mais privados de sua capacidade de promover guerras em seu próprio benefício. No entanto, antes que os europeus abrissem a rota marítima para o Oriente, os nômades pastores exerceram um papel de extrema importância no comércio transcontinental praticado pelas caravanas, exigindo tributos em troca de promessas de salvo-conduto. A capacidade de impor esses "tributos de proteção", segundo a frase de F. C. Lane, forneceu uma renda lucrativa. Niels Steensgard calculou que a perda financeira, em benefício do Levante, resultante do comércio europeu praticado diretamente com a Ásia e por mar, contornando o cabo da Boa Esperança, foi de três a quatro milhões de piastras (1973: 175).

No ano de 1400 da Era Cristã o comércio das caravanas ainda estava no auge, bem como os nômades pastores que o controlavam. Isso não quer dizer que conseguissem sobreviver numa situação de independência em relação às zonas já estabelecidas. Embora fossem especializados na criação e manutenção dos rebanhos, deslocando-se com eles à procura de pastagem e água, eles dependiam habitualmente de agricultores que lhes forneciam grãos e produtos artesanais. Assim, os pastores e os agricultores se viam freqüentemente ligados por escambos necessários. Os termos desses escam-

bos dependiam da distribuição do poder entre os povos que os praticavam. Quando os nômades pastores possuíam cavalos, com freqüência detinham as vantagens da surpresa, mobilidade e impacto superior ao lidarem com populações estabelecidas. Esses nômades se organizavam em linhagens segmentadas e hierarquizadas e também detinham vantagens estratégicas. Linhagens que usualmente operavam por sua própria conta podiam unir-se mediante apelos a um passado genealógico comum, a um grande conjunto liderado por linhagens de hierarquia mais elevada.

Isso não significa que os nômades pastores estavam sempre prontos para atacar as populações estabelecidas. Havia muitos tipos de pastores que viviam em pacífica simbiose com as aldeias. Havia também muitas populações pastoris que praticavam algum cultivo durante o ciclo migratório anual ou delegavam tarefas de agricultura permanente a um subgrupo de sua federação. Inúmeros fatores afetavam as taxas de escambo entre o pastoreio e agrícolas. Certas mudanças levaram os pastores a abandonar o pastoreio em favor da agricultura, enquanto outras mudanças fizeram com que os agricultores abandonassem seus campos e se tornassem criadores de gado em período integral. A pergunta que deve ser feita, e que não é fácil de responder, diz respeito às condições precisas sob as quais os nômades pastores escolheram a alternativa da guerra agressiva, no lugar de estratégias de conciliação ou simbiose.

Nosso observador no ano de 1400 também teria pensado indubitavelmente nos nômades pastores em termos de "flagelos de Deus". Durante a maior parte de quatrocentos anos eles haviam desfechado um ataque após outro contra os centros de cultivo. As razões desse fato não são inteiramente claras. Owen Lattimore localizou a fonte dos movimentos, em se tratando da história da estepe, naquelas zonas fronteiriças onde os agricultores e os nômades competiam pela posse da terra, que poderia servir ou para pasto ou para uma extensão arável (1951). Essas regiões também estavam sujeitas a um estilhaçamento político. Nelas, o interesse dos que dominavam os agricultores estava em fazer com que os nômades guerreassem uns contra os outros, enquanto ao mesmo tempo os nômades adquiriam um conhecimento da força e das fraquezas das áreas estabelecidas. O impacto dos nômades pastores, fossem eles turcos, mongóis, árabes ou berberes, teve grande intensidade e alcance nos quatro séculos anteriores à jornada de nosso observador imaginário, o que muito distinguiu esse período dos que o antecederam ou lhe sucederam.

A capacidade de arregimentar tropas de combate numerosas e móveis, sob um comando eficaz, foi de grande valia para os nômades em épocas de guerra, mas criou problemas em épocas de paz. Dificultou a administração contínua das populações conquistadas, sem que houvesse a perda subsequente de sua eficácia na luta. "O império foi criado no lombo de um cavalo, mas não pode ser governado no lombo de um cavalo", frase que, segundo se afirma, foi dita por Khitan Ch'u-ts'ai a Ögö dai,

sucessor de Gengis Khan (Grousset, 1970: 257). Com a finalidade de consolidar seus ganhos, os conquistadores pastoris adotavam habitualmente os modelos administrativos dos povos que eles subjugavam. Isso significa, na prática, que os nômades da estepe ocidental seguiam os protótipos islâmicos, enquanto os da estepe oriental e do deserto tomavam de empréstimo os modelos dos chineses han. Esse passo teve outras conseqüências. A concentração nas habilidades da administração rotineira tendeu a debilitar as habilidades que estavam na base das proezas militares. Ao mesmo tempo o sucesso em alargar as bases da taxaço, de que dependia o esplendor da vida na Corte, era um convite para que os rivais, ainda nômades, desafiassem os conquistadores (Lattimore, 1951: 76-77). O resultado foi a constante derrubada das elites dirigentes, freqüentemente acompanhada por violenta depreciação ou destruição do que se havia conquistado na guerra, incluindo a dizimação da população que produzia excedentes e da base tecnológica de que dependia a produção dessa população.

Os nômades pastores interagiam não apenas com as zonas de cultivo intensivo, mas também entre si. Invadiam as pastagens de outros grupos e disputavam o controle sobre os pontos de comércio que exerciam uma pressão vital. De acordo com Frederick Teggart (1939), por exemplo, cada derrota na grande muralha da China fazia com que os pastores recuassem e atacassem outras populações que se dedicavam ao pastoreio, transmitindo a pressão até que os invasores migratórios fossem chocar-se contra os *limes* (limites) romanos no Ocidente. Embora a descrição de Teggart provavelmente exagere a sincronização do processo, o movimento contínuo dos pastores ao longo do cinturão seco – populações de fala mongol e turca ao norte e de fala árabe ao sul – transformou o corredor em uma área de densa interação, bem como em uma área onde se davam os conflitos.

O Oriente Próximo e a África

Os Turcos

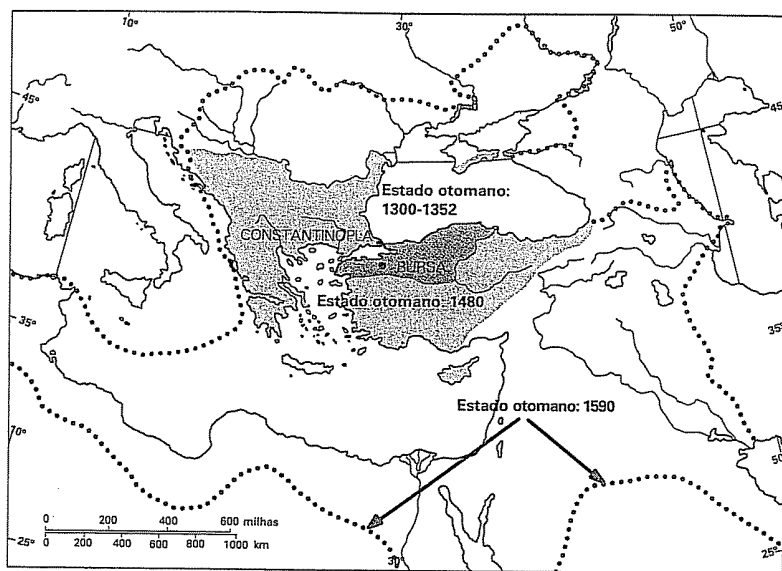
Em 1400 nosso viajante ter-se-ia deparado com grandes populações pastoris que se movimentavam ao longo da antiga Rota da Seda. A leste de Kashgar havia sobretudo populações de fala mongol; a oeste de Kashgar predominavam as de língua turca. Desde o ano 1000 estes últimos haviam estabelecido um contato cada vez maior com os moradores das cidades e com os agricultores, sobretudo na fronteira setentrional do Irã e no cinturão adjacente da estepe. Ali a agricultura e o poder da classe agrária declinaram à medida que os guerreiros da estepe adquiriam ascendência. Convertendo-se ao Islã sunita e fundindo sua ideologia guerreira com o papel do *ghazi*, o combatente

da fé na fronteira, os turcos tiveram a capacidade de reconquistar algumas de suas energias ideológicas presentes no Islã antigo e expansionista. A partir do século XI os turcos substituíram cada vez mais os outros como mercenários e militares a serviço dos governantes do Oriente Próximo. Com efeito, em duas regiões – a Anatólia central e o Noroeste da Índia – eles consolidaram seu próprio domínio no século XI e, em meados do século XIII, uma elite turca e circassiana de servos militares (*mamluk*) substituiu um grupo dirigente de ascendência curda na Síria e no Egito.

Ao longo dos séculos XIII e XIV a maior parte dos grupos turcos foi sobrepujada pelas conquistas de Gengis Khan e seus mongóis. Inicialmente esses grupos se juntaram aos mongóis e mais tarde se beneficiaram de seus recuos. No Irã, por exemplo, uma dinastia de turcos seljúcidas caiu antes da violenta investida mongol, no primeiro terço do século XIII, mas dali a cem anos a competição entre os rivais mongóis e turcos voltou a instaurar-se. Esse embate teve como vencedor um turco da Transoxiânia, o terrível Timur (Tamerlão). Em 1400 seus domínios se estendiam do mar Negro até as portas de Kashgar, mas em breve começariam a desmoronar, após sua morte, ocorrida em 1405. Um século mais tarde o núcleo central tímúrida, na Transoxiânia, cairia nas mãos dos conquistadores dos uzbeques, liderados por um câ descendente de Gêngis Khan. Então os líderes religiosos da ordem xiita safawi mobilizariam os turcomanos que se dedicavam ao pastoreio, derrotariam os uzbeques sunitas ao leste e unificariam o Irã contra as pressões dos turcos otomanos sunitas que ultrapassavam as fronteiras ao oeste.

Os otomanos descendiam de um clã oguz, senhor das pastagens em torno da cidade de Merv, e eram liderados por uma elite turca seljúcida de fala persa. Eles se tornaram o núcleo do que McNeill denominou um “principado de piratas de fronteira” (1963: 499). Após o ano de 1330 de nossa era eles atacaram e pilharam estabelecimentos bizantinos a partir de uma base situada no Noroeste da Anatólia, expandindo-se rapidamente até os Bálcãs na segunda metade do século XIV. Por volta de 1400 eles haviam reduzido os bizantinos, outrora poderosos, a enclaves em Constantinopla, na Salônica e no Sudoeste do Peloponeso. Preparavam-se para desfechar seus ataques finais contra esses alvos quando Timur os fez debandar em Ancara (1402). Sobrevivendo a suas rivalidades com Timur, os otomanos retomariam sua expansão no século XV, conquistando Constantinopla em 1453 e estabelecendo um império que duraria até o final da Primeira Guerra Mundial.

Nosso observador, portanto, teria encontrado os otomanos pouco antes de sua derrota por Timur. Teria notado o poder da ideologia *ghazi*, que inspirou a expansão otomana em oposição aos fiéis e adotou a expressão *jihad*, ou guerra santa. No entanto, ele ainda teria presenciado muito pouco do sistema que os otomanos estruturariam a fim de manter e administrar suas conquistas. Esse imenso império dominaria



A expansão otomana (Estado otomano)

o Oriente Próximo por mais de três séculos, bloquearia o acesso direto da Europa ao Oriente e desviaria a expansão europeia para o Ocidente em direção às Américas e às rotas marítimas que contornavam o Cabo da Boa Esperança. Vale a pena, portanto, lançar um rápido olhar à estrutura imperial que eles desenvolveriam.

O Estado otomano centralizava-se no sultão, com sua casa imperial que consistia em militares ou escravos, os famosos janízaros. Tais escravos eram recrutados habitualmente entre os não-muçulmanos, prisioneiros de guerra ou crianças recebidas como pagamento de tributos impostos às populações conquistadas. Criadas em submissão e fidelidade ao sultão, elas deviam lealdade unicamente a ele, mas não a grupos aparentados ao soberano imiscuídos na máquina do Estado. Dessa maneira os otomanos tentavam prevenir os problemas relativos à divisão e competição habitualmente suscitados pela organização social segmentada dos nômades pastores (esse padrão não era uma originalidade dos otomanos, e já no século VIII era encontrado entre os califas abássidas de Badgá, que recrutavam sobretudo os turcos das estepes vizinhas, e entre os califas omíadas de Córdoba, na Espanha, que preferiam os eslavos).

Os militares sujeitos ao sultão eram enviados para governar as províncias e coletar seus excedentes, que alimentavam o exército otomano e garantiam o suprimento

de alimento para a região central. Em troca esses militares recebiam privilégios que lhes permitiam compartilhar dos tributos recolhidos enquanto vivessem (*iq ta*). A titulação da terra estava nas mãos do sultão e não era concedida sob a forma de propriedade, inibindo assim o crescimento de uma forma europeia de feudalismo na qual grupos de parentes eram contemplados com a posse hereditária da terra e da mão-de-obra. O Estado otomano também estabeleceu um domínio sobre os ulemás, os mestres islâmicos da lei sagrada. Contrariamente a uma prática islâmica anterior, eles organizaram os ulemás em uma hierarquia adequada ao Estado e encarregada de padronizar a lei, em oposição às influências centrífugas das variantes religiosas locais. Os militares sujeitos ao sultão e os ulemás formavam a classe dos *askeri*, soldados. Todos os demais eram classificados como súditos (*raeya*), que, por meio de tributos, sustentavam o Estado e sua oficialidade.

A economia otomana baseava-se, porém, no amplo uso do dinheiro. Os excedentes devidos à tributação, juntamente com a produção dos camponeses e os produtos das corporações de artesãos, eram vendidos em mercados locais, regionais e inter-regionais. Assim, a coleta e a valorização dos rendimentos dependiam de um estrato de mercadores cujas atividades eram necessárias ao Estado e que, no entanto, sempre ameaçavam escapar ao controle desse mesmo Estado. Os mercadores eram oficialmente licenciados pelo Estado, e as vendas nos mercados eram atentamente inspeccionadas e taxadas por funcionários públicos. No final do século XVI, porém, o comércio nos domínios otomanos passou a ligar-se cada vez mais ao comércio com Veneza, Gênova e Florença e com os empórios comerciais situados ao longo do mar Negro. Boa parte desse comércio assumia forma de contrabando, e com efeito “o contrabando era a ordem do dia” (Islamoglu & Keyder, 1977:41). Ao mesmo tempo o Estado, cada vez mais incapaz de coletar os rendimentos, deixou de remunerar seus funcionários com tributos e passou a taxar a agricultura. O contribuinte que se dedicava à agricultura fornecia rendimentos ao Estado em troca do direito de coletar tributos e impostos em nível local, deles dispoñdo em benefício próprio. O controle cada vez menor por parte do Estado levou, por sua vez, ao surgimento de uma classe de notáveis locais, os *ayans*, que acumularam poder local e influência comercial à medida que se debilitava o poder do palácio e de seus representantes.

A África do Norte e a África Ocidental

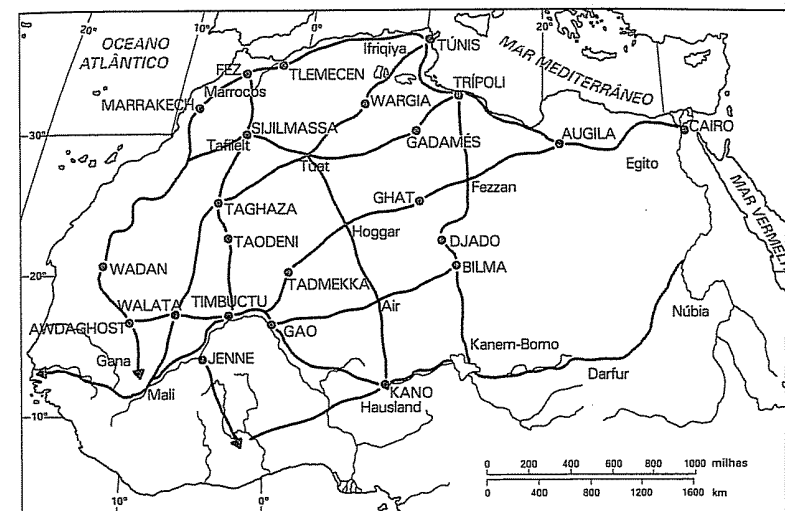
Mais para o oeste, na África do Norte, as populações nômades também desempenhavam um papel estratégico em 1400. Ali cada cidade, cada empório das caravanas situava-se no interior de um anel cercado por campos e palmeirais, separados uns dos outros pelo deserto ou pela estepe. As cidades eram ligadas por rotas de

comércio de grande alcance, mas suas caravanas tinham de direcionar seu tráfego por um território inóspito, sob o domínio de nômades e seminômades dedicados aos seus próprios interesses.

A geografia e o padrão de povoamento adotado na região sugeriam profundos contrastes entre a estepe e a terra cultivada, entre as cidades e seu interior rural. As sociedades da África do Norte muçulmana transpuseram esse fosso criando laços de "solidariedade horizontal" (Laroui, 1976:35). As cidades não se apartaram dos campos que as cercavam na qualidade de entidades independentes que se autogovernavam. Cada cidade continha bairros que abrigavam grupos separados entre si por distinções étnicas, religiosas ou ocupacionais; tais grupos tinham suas contrapartidas nas pequenas cidades e aldeias. As cidades de grande porte, as cidades menores e as aldeias formavam assim "compostos geográficos, ecológicos e sociais que incluíam territórios e populações nem exclusivamente urbanos nem exclusivamente rurais, mas uma combinação de ambos" (Lapidus, 1969: 73-74). Cada composto regional era dominado por uma elite de famílias que se casavam entre si e que compreendiam proprietários de terras, mercadores, funcionários do governo, dirigentes de corporações, líderes religiosos das mesquitas, escolas e fundações dedicadas à caridade (*ulama*). Ao mesmo tempo, laços de interesse comum ligavam essas elites, ultrapassando as fronteiras regionais. O comércio a longa distância teceu uma rede de relações comerciais entre comunidades mercantis e acarretou a aliança de líderes de grupos pastoris empenhados em garantir o tráfego das caravanas de longo alcance. Além do mais, a elite religiosa dos *ulama* era encontrada em todo o mundo muçulmano, ligando diferentes regiões enquanto líderes e intérpretes da religião e da lei. Finalmente, os centros estratégicos estavam nas mãos das elites político-militares, habitualmente compostas pela soldadesca escravizada de um sultão predominante, que aplicava impostos e governava em conflito ou conciliação com membros das elites regionais.

A manutenção do poder nesses Estados dependia da manutenção do controle da região por parte de sua elite e de alianças eficazes com os grupos pastoris capazes de defender as rotas das caravanas e os oásis do interior. Contestar o controle significava formar alianças com segmentos tribais descontentes e obter a cooperação de mercadores e artesãos urbanos insatisfeitos. O resultado era uma gangorra constante, pois os dissidentes aliados testavam os limites do controle do governante até o caminho ficar desimpedido para que chegassem ao poder. Após tomá-lo, o ciclo recomeçava.

Esse processo contínuo de estruturar e dissolver alianças foi brilhantemente analisado no século XIV pelo cortesão berbere Ibn Khaldun, que viu nele uma alternância contínua entre a solidariedade familiar do nômade e a diversificação de interesses decorrentes da vida sedentária. O processo tinha sua própria lógica, conforme Ibn Khaldun demonstrou. No entanto, na África do Norte ele também era consequência



África ocidental: principais rotas de comércio.

de um contexto mais amplo, o do comércio transaariano, de um lado, e dos relacionamentos com as forças econômicas e políticas da Ibéria e da Itália, de outro.

O comércio transaariano com a África oriental era de importância estratégica para a África do Norte, o Oriente Médio e até mesmo para a Europa. As rotas de comércio atravessavam o deserto, chegavam ao cinturão da savana transaariana e, transpondo-o, seguiam até a zona da floresta tropical. As minas de ouro da África ocidental, situadas em Bambuk e Buré, exerceram um papel vital no suprimento de barras de ouro ao Velho Mundo. No final da Idade Média essa região forneceu cerca de dois terços do ouro que circulava na economia do hemisfério (Hopkins, 1973: 82). A zona da floresta também forneceu grandes quantidades de escravos ao Oriente Médio. Além disso, essa zona exportava tecidos, marfim, pimenta e nozes de cola (*obi*), apreciados como estimulante em regiões onde o Islã proibía o uso do álcool; em troca ela recebia cavalos, latão, cobre, vidraria, contas e miçangas, produtos têxteis, roupas e alimentos em conserva do Norte da África. As rotas de comércio através do Saara até o Marrocos e a Argélia estavam sobretudo nas mãos dos mercadores diúla, de fala mandê, que se haviam expandido em direção ao sul a partir de Djene, localizada no Bani, um tributário do rio Níger, até Begho, o principal ponto de recepção do ouro e dos produtos silvestres, nos limites da zona da floresta. As rotas

de comércio do leste, em direção à Tunísia e à Líbia, ligavam-se à rede comercial dos hauçás, que mercadejavam no Sul, em direção à floresta, a partir da cidade de Kano, na Nigéria setentrional, e de outras cidades hauçás.

É claro que essa rede externa tinha implicações políticas. O controle das regiões de passagem entre a floresta e a savana e entre a savana e o deserto colocavam o poder nas mãos dos que eram capazes de obter e deter esse controle. A interface entre as três zonas também se revelou crítica para a formação do Estado na África ocidental. O mais antigo desses Estados, que datava de 800 a. C., foi Aukar, pivô dos centros mercantis nas regiões de pastagem, ao norte do alto Níger e do Senegal. Esse Estado, fundado provavelmente por Soninke e habitualmente denominado Gana, segundo o título de seu governante, controlava o comércio do ouro procedente das aluviões de Bambuk e usava seu monopólio para obter do Marrocos os artigos necessários, por meio de uma colônia de mercadores muçulmanos. No século XI o reino caiu nas mãos de berberes da Mauritânia, os al-Murabitun (almorávidas), que assim assumiram o controle de seu comércio com o norte. Então, no século XIII, uma antiga dependência de Gana destacou-se e tornou-se o reino de Kangaba (Mali), dominado pelos malinqués. Mais uma vez essa potência foi fundada apoiando-se no controle do comércio do ouro e na hegemonia exercida sobre as rotas que partiam de Timbuctu.

Em 1400 Kangaba estava em declínio. Ao longo do século ela daria lugar a Songhay, com sua capital em Gao. Songhay prosseguiu no comércio com o Norte, por intermédio dos lemtuna, mercadores berberes muçulmanos provenientes dos oásis do Norte. Uma formação mais ampla do Estado ocorreria ao longo das periferias do Sul e do Leste do antigo reino de Songhay. No final do século XVI haveriam de surgir os vários Estados dos mossis, que controlavam a rota que partia de Djenne e ia até a região da floresta, pertencente aos achântis, e à região da savana do Baixo Volta. A leste o reino de Kanem-Bornu, utilizando as rotas de comércio que se dirigiam para a Tunísia, a Líbia e o médio Nilo, seria colocado numa posição de obscuridade pelos Estados hauçás, centrados em Katsina e Kano, as duas principais cidades mercantis. A partir desses centros os hauçás entraram em contato com os povos de fala iorubá e seus vizinhos da floresta da África ocidental.

Assim, a África ao sul do Saara não era uma região isolada e atrasada, conforme apregoava a imaginação européia, mas parte integral de uma rede de relações que ligavam os agricultores da floresta e os mineradores aos comerciantes da savana e do deserto e aos mercadores e governantes do Norte da África no cinturão onde eles se haviam estabelecido. Essa teia de relações tinha seu ponto alto no ouro, “o comércio dourado dos mouros”, mas também apresentava uma trama de trocas com outros produtos. O comércio tinha conseqüências políticas diretas. O que acontecia em Benim (Nigéria) e na Kano dos hauçás repercutia em Túnis e em Rabat. Quando os europeus

penetraram na África ocidental a partir do litoral, estavam pondo os pés em uma região com alta densidade de pequenas cidades e aldeias, envolvidas numa rede de trocas que excedia em muito os acanhados enclaves dos empórios europeus situados na costa.

Podemos notar tais repercussões no término setentrional das rotas de comércio do Marrocos e da Argélia. Ali uma elite após outra predominou e cada uma delas dependia de uma interação com o Saara e a zona da floresta. Cada elite sucessiva apoiava-se numa confederação organizada a partir do parentesco, habitualmente mobilizada em torno de uma ideologia religiosa. Já nos referimos aos al-Murabitun, que destruíram Gana. Eram membros de um movimento religioso que surgiu no século XI entre as confederações dos berberes sanhaja, povo de pastores, quando suas fontes de recursos foram ameaçadas pelos beduínos árabes que penetravam no Saara mauritânico. A partir de seus eremitérios militares-religiosos (*ribat*, origem de seu nome), eles pregavam o retorno a um Islã purificado. Um ramo dos al-Murabitun foi para o sul a fim de apoderar-se do ouro de Gana; outro ramo deslocou-se para o norte com o objetivo de conquistar Marrocos e a Espanha. Com seu nome hispanizado – almorávidas – eles governaram Al-Andalus entre 1090 e 1110. Foram substituídos no século XII pelos al-muwihiddin (os almôadas, nome igualmente hispanizado) ou unitários, da confederação de Masmuda. Por sua vez os al-muwihiddin foram sucedidos no século XIII pelos beni marin, pastores do deserto estabelecidos nas proximidades do empório comercial de Sijilmassa, que excluíram os sanhaja e os masmuda do poder em favor de sua própria confederação, Zanata. Subseqüentemente os beni marin travaram uma guerra em duas frentes, uma delas contra os hafsid, remanescentes dos al-muwihiddin de Túnis, e outra contra um segmento de sua própria confederação, os zayanid da Argélia ocidental, que disputavam seu controle sobre Sijilmassa. Os hafsid e os zayanid comerciavam com o litoral europeu, sobretudo com Aragão, no Leste da Espanha, numa tentativa de se contrapor ao poder dos marin e para compensar o empobrecimento de suas próprias regiões interiores, decorrente das depredações dos nômades. Após a capitulação de Granada muçulmana em favor do reino de Castela, em 1492, os hafsid e os zayanid procuraram a proteção otomana, que viria sob a forma de uma frota pirata, tornando a pirataria sua principal fonte de renda desde então (Abun-Nasr, 1971: 167).

Em 1400 nosso viajante teria encontrado os beni marin ainda controlando o Marrocos. Cada vez mais, porém, eles haveriam de perder apoio. No século XVI o governo passaria às mãos líderes de um movimento religioso que dizia descender do profeta Maomé. O movimento originou-se entre os berberes do vale do Sus e pregava a guerra santa contra os portugueses. Esses sa'dian se empenharam em voltar a obter o controle sobre o ouro do Sudão, invadindo e destruindo Songhay no final do século XVI, mas conseguiram apenas desviar o comércio do ouro, que se

dirigiu para leste, abandonando as rotas das caravanas do oeste. No devido tempo, a exemplo de sua contrapartida na Argélia e em Túnis, esses governantes do Marrocos também se voltariam para a pirataria como maneira de interceptar a riqueza que era transportada pelas rotas marítimas criadas pelos europeus.

África Oriental

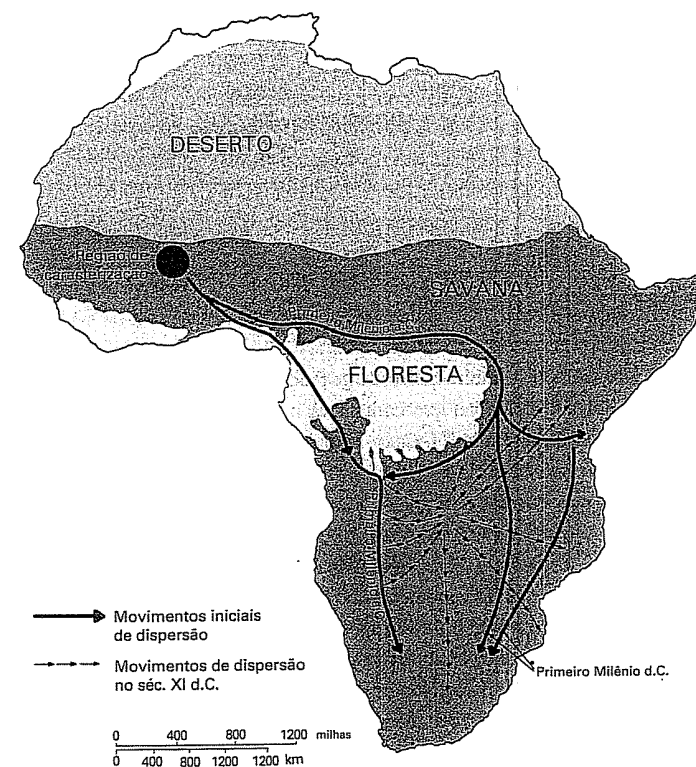
A África oriental também se viu envolvida na rede de rotas terrestres e marítimas, e as conseqüências desse fato teriam ficado evidentes para um observador no ano de 1400.

Essa região era habitada principalmente por povos de fala banta. Embora sua história ainda necessite ser amplamente desvendada, as atuais evidências proporcionadas pela arqueologia, a lingüística comparativa e a etno-história indicam que eles tiveram sua origem nos Camarões centrais. De lá partiram, em diferentes direções, duas correntes de população. A primeira dirigiu-se para leste, atravessando o cinturão sudanês, e dedicou-se à produção de cereais, à criação de animais e aos trabalhos com o ferro, por volta do segundo milênio a. C. No ano 1000 a. C., grupos que pertenciam a essa corrente oriental haviam chegado ao vale do Rift e às regiões montanhosas da Tanzânia e do Sul do Quênia. Em torno de 500 a. C. ela se dirigiu para o sul, cruzando o cinturão da floresta tropical, nas vizinhanças do lago Vitória. A partir desse ponto de entrada, agricultores e pastores de fala banta deslocaram-se para o sul em direção à Zâmbia central, Zimbábue (Rodésia) e dali para Angola. O movimento direcionado para o sul cruzou o rio Limpopo e foi para o Transvaal por volta de 400 d. C.

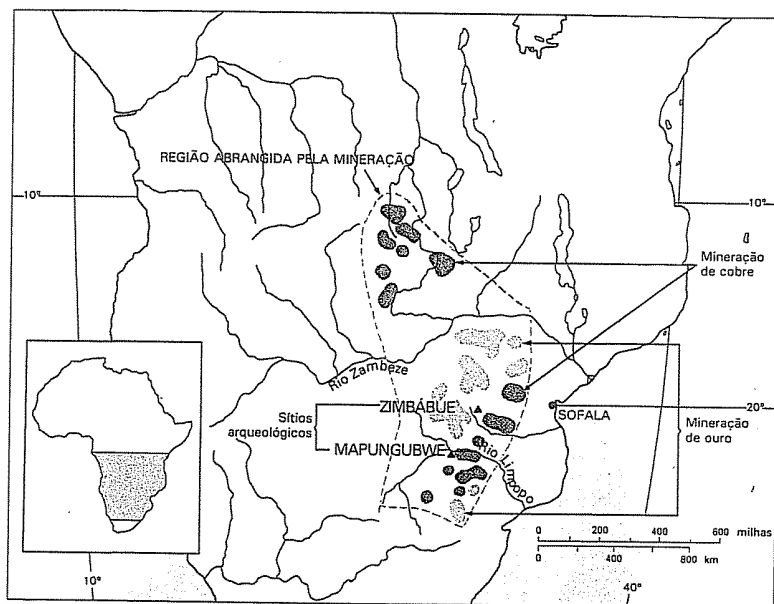
Uma segunda corrente migratória levou os falantes do banto em direção ao sul, partindo dos Camarões; ela seguiu rotas fluviais e caminhos que corriam paralelos ao litoral até a foz do rio Congo. Em contraste com os criadores de animais e os metalúrgicos do movimento que tomara o rumo leste, as populações dessa segunda corrente continuaram sendo durante muito tempo agricultores dedicados ao cultivo de raízes e tubérculos, usando implementos de pedra. Por volta do início da Era Cristã as populações desses dois movimentos encontraram-se provavelmente na Angola setentrional. Em 500 d. C. elas já se expandiam para leste, até a Zâmbia e para o sudoeste do Zaire, acionando alguns dos processos de formação do Estado ainda evidentes em épocas históricas. Seu avanço deslocou populações que se dedicavam à caça e à coleta. Seus predecessores de fala khoisan se viram coagidos a ir para o inóspito sudoeste da África, onde ainda sobrevivem os khoi-khoi, criadores de gado (hotentotes), e os san (bosquímanos), coletores de alimentos.

Esses bantos em expansão passaram a ligar-se cada vez mais com o Oriente Próximo e os mercadores asiáticos. Pelo menos no século X, se não antes, existiam

postos árabes de comércio na África oriental. Eles exportavam escravos, marfim, ferro, chifres de rinoceronte, carapaças de tartaruga, âmbar e peles de leopardo para a Índia e para além dela. Fontes chinesas mencionam escravos provenientes de Zenj (África negra) já no século VII, e por volta de 1119 a maioria das pessoas ricas de Cantão, ao que se dizia, possuía escravos negros (Mathew, 1963: 108). É possível que os mercadores envolvidos nesse negócio de exportação fossem malaio do reino de Srivijaya, na Sumatra, que controlaram o comércio entre a Índia e a China do século VIII ao século XI. Embora Zanzibar possa ter sido ocupada pelos árabes



As migrações dos povos de fala banta (apud Phillipson, 1977; cortesia do autor).



Mineração pré-histórica na África oriental.

desde o século VIII, o primeiro porto de grande importância, na África ocidental, foi, ao que tudo indica, Kilwa, que controlava o comércio do ouro proveniente do Sul da Rodésia desde o século XI. Outros importantes entrepostos de comércio são Mogadíscio, Kisimani Máfia e Malindi.

À medida que as rotas de comércio que ligavam a Anatólia ao Golfo Pérsico e ao oceano Índico assumiram, no século XIII, precedência sobre as rotas continentais favorecidas pelos mongóis, o comércio da África oriental, que consistia em ouro, marfim, cobre e escravos, aumentou consideravelmente. A África oriental tornou-se, assim, parte da rede de comércio dos mares do Sul. Em retorno a suas exportações, recebia contas, miçangas e tecidos, bem como porcelana chinesa, sobretudo Ming, e produtos manufaturados da Birmânia (atual Mianmar) e do Vietnã.

O comércio do ouro exerceu grande impacto sobre o interior. No século IX a mineração das jazidas de ouro, algumas com profundidade superior a trinta metros, estava em plena expansão na região situada entre os rios Zambeze e Limpopo. É "muito provável que imensas quantidades de ouro tenham sido exportadas" (Summers, 1961: 5). Os mineradores possuíam rebanhos, usavam o ferro e possivelmente

também eram agricultores. Por volta do ano 1000 d. C. caíram sob o domínio de recém-chegados, provavelmente de fala shona, que se estabeleceram entre os mineradores em quartéis-generais e em centros cerimoniais construídos com pedra, o mais conhecido dos quais é representado pelas ruínas do Zimbábue. Seus chefes se apoiaram do comércio de ouro com os árabes do litoral e interceptaram o marfim e o cobre provenientes do vale do rio Limpopo. A influência que exerceram no interior pode ser observada nas ricas tumbas de Ingombe Ilede, no rio Zambeze, que revelam claramente um comércio extenso relativo ao ouro, cobre e ferro.

Em 1400 os shona do Zimbábue eram governados por uma dinastia rozwi, os Mwene Mutapa, cujo reino foi descrito pelos primeiros viajantes portugueses e, mais tarde, por relatos orais e históricos referentes à região (Abraham, 1966). O que conhecemos a respeito deles nos fornece um vislumbre inusitado de um exemplo de formação de Estado firmado no ingresso na rede hemisférica de comércio, bem como algumas idéias sobre a economia política e a ideologia de um reino africano em desenvolvimento. Nesses relatos os shona surgem como uma associação de patrilinhagens organizada em inúmeras "tribos" ou corporações de famílias ligadas pelo parentesco. Cada corporação era associada aos *midzimu* ou espíritos ancestrais, dominados por um ou mais espíritos *mhondoro*, que representavam e perpetuavam o fundador da chefia tribal e o grupo que dele descendia. Acima desses espíritos de ancestrais estava o espírito ancestral do clã real dos Nembire, que ligava o clã a deus, *mwari*. O Zimbábue era ao mesmo tempo o centro cerimonial dedicado ao *mwari*, a divindade pan-shona, e o centro político do governante mbire, cujo título de louvação era Mwene Mutapa. A soberania sobre essa terra cabia, em última instância, ao governante supremo. Ele, por sua vez, concedia direitos sobre a terra a chefes de associações de patrilinhagens, os quais, no devido tempo, tornar-se-iam os espíritos mais velhos na hierarquia *mhondoro*. Em troca, o governante recebia dos outorgados ouro, marfim, armas, gado e enxadas. Tais mercadorias eram usadas, por sua vez, como *commodities* no comércio com o litoral. Embora o Estado centralizado dos Mwene Mtapa se tenha desintegrado em meados do século XV, as várias chefias que lhe sucederam haveriam de exercer um papel vital no florescente comércio português com o Oriente. "O ouro e o marfim da África oriental", afirma Malyn Newitt (1973: 32), "serviam para adquirir as especiarias indianas que constituíam o principal objeto de interesse dos portugueses no Oriente. Sem o controle desse comércio, os portugueses jamais teriam competido com os muçulmanos no mercado indiano".

Ásia do Sul e do Leste

Na direção leste, cruzando o oceano Índico e para além dele, estendiam-se as vastas regiões da Índia, da China e do arquipélago do Sudeste Asiático. O comércio oceânico de especiarias e ouro entre a Índia e o Ocidente, muito amplo durante o início do Império Romano, havia-se debilitado após o século II d. C. (ver Wheeler, 1955). Isso havia reorientado o comércio indiano para o sudeste da Ásia (Coedès, 1964: 44-49) e os árabes e persas se haviam assenhoreado das rotas que se dirigiam para leste. No século IV e no início do século VII havia colônias de mercadores árabes em Cantão (Leur, 1955: 111). Até o século X os chineses expediam suas mercadorias em navios árabes ou iranianos e nas embarcações de povos dedicados à navegação não pertencentes à etnia han, do Sul da China e dos mares da China. Estabeleceram-se, assim, conexões comerciais de longa duração entre as principais regiões do Sul, do Leste e do Oeste da Ásia.

No entanto o desenvolvimento da Índia e da China dependiam, em última instância, mais da expansão do cultivo e dos excedentes por ele fornecidos do que de quaisquer ligações criadas pelo comércio exterior. Ao longo dessa expansão, a Índia e a China desenvolveram diferentes arranjos políticos e econômicos que ligavam os consumidores dos excedentes aos produtores desses mesmos excedentes. Cada um deles necessita de uma discussão por si só. Voltar-nos-emos então para o Sudeste Asiático, região onde se cruzavam os caminhos entre a China e a Índia.

Índia

Se viajasse pela Índia em 1400, nosso observador teria deparado com muitas cidades em ruínas. Em 1388 Timur invadira o Norte da Índia, dizimando os exércitos dos sultões turco-afegãos. Em 1398 ele saqueou Délhi, massacrou seus habitantes e levou o tesouro dos sultões para seu lar, a Transoxiânia. Desde então as condições políticas do Norte da Índia permaneceram caóticas durante longo tempo, muito embora uma nova dinastia afegã começasse a reconsolidar um certo poder em meados do século XV.

Se nosso viajante percorresse as aldeias da Índia, ficaria surpreso com a dureza da divisão da população em castas hereditárias. O embaixador macedônio à Corte de Chandragupta Maurya relatava, já em 300 a. C., algumas características da casta; no início do século XVI o português Duarte Barbosa, que acompanhava Magalhães em sua viagem ao redor do mundo, descreveria detidamente a casta (na verdade o termo chegou até nós vindo do português *casta*). O sistema de castas tem, portanto, uma longa história na Índia e moldou os relacionamentos entre os povos do subcontinente antes e após o advento dos europeus. Precisamos portanto examinar a casta

com detalhes, mas é necessário fazê-lo processualmente, pois se a casta influenciou a trajetória da mudança, ela, por sua vez, também foi afetada por essa mudança.

A raiz do termo indiano para casta é *jati*, de *jan*, dar à luz; encerra a conotação de descendência de um ancestral comum. Esse conceito de descendência comum pode ser invocado em vários níveis – o da família extensa, da linhagem, de linhagens relacionadas em nível local, do conjunto de linhagens que atua em determinada região, bem como da supercategoria *varna*, que classifica todas as unidades em quatro posições hierárquicas, apartadas da grande e negativa categoria dos párias ou intocáveis. Os níveis a serem invocados dependem dos interesses em questão num determinado contexto. Eles podem fundir-se para facilitar a comunidade e a aliança sob determinado conjunto de circunstâncias; sua separação pode reafirmar-se à medida que as circunstâncias se modificam (Béteille, 1969: 157). Embora estejam se dividindo e surgindo continuamente, os segmentos também se organizam em hierarquias. O idioma da hierarquia da casta é o idioma da pureza ou poluição, que torna a ordem das castas “coerente e racional para aqueles que nelas vivem” (Dumont, 1970: 44).

Para constituir uma casta, um grupo de pessoas ligadas pelo parentesco deve aderir a certos costumes, tais como hábitos alimentares e estilos de indumentária, além de desempenhar rituais comuns. Se o segmento de uma casta desejar separar-se de outro, deve desenvolver costumes e rituais característicos. Se dois segmentos se fundirem, tal fusão será anunciada por uma fusão de costumes e desempenhos. Embora a ideologia que preside ao sistema pretenda que seus arranjos sejam estáticos, pode-se encontrar nele boa parte de flexibilidade e de mobilidade. Como a vinculação a uma casta está relacionada com o poder econômico e político, as ações de qualquer segmento afetam os segmentos adjacentes. A mobilidade de uma determinada casta pode, portanto, ser impedida pelos esforços contrabalançados de outras castas. No entanto o que se verificou foi que alguns segmentos surgiram na hierarquia das castas, enquanto outros decaíram. Finalmente, o sistema permite que os forasteiros assumam posições dentro dele. Um fato muito característico é que novos conquistadores têm a permissão de ascender ao topo da hierarquia dos segmentos na qualidade de *kshatriya*, castas de guerreiros. Grupos étnicos não-hindus podem ser introduzidos no sistema ao se determinar para eles uma dada categoria de casta.

Para compreender como a casta opera concretamente, torna-se necessário, entretanto, olhar para além da organização do parentesco e o idioma ritual de sua economia política. Em qualquer província, conjuntos de linhagens detêm posições de mando e dominação; no centro dessas posições encontra-se uma linhagem principal. As linhagens dominantes casam-se entre si, reforçando sua posição de mando em toda a província. Esse conjunto de linhagens exhibe sua posição ritualmente, porém sua dominação é política e ritual. Em cada aldeia, segmentos da casta dominante

controlam a vida econômica e política como proprietários das terras e guerreiros. No nível da província, a casta dominante fornece o governante ou *rajá*, constituindo a província politicamente “um pequeno reino” (Dumont, 1957). Esses pequenos reinos costumavam fazer parte de um Estado ainda maior e mais abrangente. O fortalecimento da posição política de um *rajá* provincial de um Estado aumentava a influência da casta dominante na província; um declínio ameaçava a posição e a solidariedade da casta dominante e de seu segmento até mesmo no nível das aldeias.

Em termos ideais, a posição mais elevada na hierarquia das castas é ocupada pelos grupos de parentes dos sacerdotes, ou *brahmins*. São eles os portadores do *dharma*, ou ordem, valores e normas universais (Dumont, 1970: 68). Encarnando o mais alto grau de pureza ritual, eles não poluem ninguém situado abaixo deles, mas podem ser poluídos por outros. Oficiam em eventos religiosos e são árbitros dos padrões apropriados de comportamento de acordo com os antigos textos sânscritos. Segue-se que as castas e os segmentos de castas situados mais abaixo na escala da pureza, mas querendo subir nela, modelariam seus costumes e rituais segundo os padrões brâmanes e procurariam atestar os seus sucessos por intermédio de sacerdotes brâmanes. O resultado foi a difusão dos modelos brâmanes na hierarquia da segmentação de castas (Srinivas, 1961, cpa. 1). A imitação do sacerdócio não constituía, entretanto, o único meio de alcançar um *status* mais elevado; havia também uma imitação dos modelos dos guerreiros e comerciantes.

Embora a hierarquia dos brâmanes fosse um atestado de pureza ritual, a casta dos *kshatriya* ou guerreiros significava poder. Em contraste com o *dharma* sacerdotal, o domínio do guerreiro era o da *artha*, isto é, da força, do ganho e da vantagem tendo em vista o interesse próprio (Dumont, 1970: 66). Como a força cria o poder, em última análise era a *artha* que cimentava a ordem das hierarquias e da segmentação. Em uma aldeia ou em um conjunto de aldeias relacionadas, o segmento da casta localmente dominante preenchia funções guerreiras. Em termos ideológicos, a linhagem dominante representava a função real na aldeia (Dumont, 1970: 66). Assim, o poder dos *kshatriya* era o verdadeiro eixo do sistema e, numa determinada localidade, quem quer que fosse capaz de exercer ou usurpar esse poder funcionava como um *kshatriya* (Jayawardena, 1971: 118). Em determinadas circunstâncias, quando grupos de mercadores tornaram-se mais importantes do que os *kshatriyas*, as castas mais baixas puderam aspirar a um *status* de mercador (Sinha, 1962). A categorização das castas poderia assim ajustar-se a circunstâncias modificadas de poder e influência; em particular, as linhagens locais ou provinciais poderiam manipular esse poder e essa influência para reforçar ou expandir sua posição em uma região mais extensa. No nível do Estado, o próprio rei poderia modificar o *status* das castas (Hutton, 1951: 94-7). Nas cidades, a casta freqüentemente torna-

va-se menos significativa do que a vinculação a corporações de artesãos (Lehman, 1957: 523). Nem mesmo nas aldeias o poder da casta dominante era absoluto. Nos locais em que ela exibia relacionamentos especiais com as castas servis por meio de festejos, trocas e rituais, outras castas de baixo *status* poderiam contrapor-se, emulando um comportamento semelhante ao dos brâmanes e assinalando assim sua oposição à casta dominante (Heesterman, 1973: 101).

O cacife mais alto nas mãos do segmento de casta localmente dominante era o controle exercido sobre as terras das aldeias. Várias formas de posse da terra prevaleceram até os brâmanes iniciarem as reformas agrárias no século XVIII. Uma dessas formas era a *abhayacharya*, na qual a terra era possuída pelo segmento como um todo e redistribuída periodicamente entre as famílias de acordo com as flutuações em seu tamanho e necessidades. O segmento pagava um aluguel ao *rajá* como grupo. Outra forma era o *patidari*: a terra era dividida entre as famílias do segmento da casta dominante de acordo com sua posição genealógica, mas o aluguel ainda era pago como se se tratasse de uma unidade. Uma terceira forma era o *bighadam*, no qual a posse da terra era desigual quanto ao tamanho e os detentores da terra pagavam uma renda de acordo com o tamanho da propriedade. Na Índia pré-britânica, essas formas de posse e de convenções quanto ao aluguel não eram mutuamente exclusivas, mas constituíam pontos flutuantes em um *continuum*. A contínua fragmentação da terra ao longo do tempo ou a pressão exercida por um Estado forte poderiam debilitar os laços de parentesco, levando a uma posse da terra baseada na hierarquia genealógica e a uma partilha provocada por necessidades das famílias. O inverso poderia ocorrer caso o chefe de uma linhagem ascendente se tornasse poderoso. Subjacentes a esses arranjos quanto à posse da terra, havia direitos e obrigações ligados ao parentesco, incluindo reivindicações de apoio e reivindicações dos líderes em relação à força de trabalho e à lealdade de seus parentes. Os direitos à terra mudaram de direcionamento à medida que essas outras reivindicações aumentavam ou se enfraqueciam. Quando assumiram o poder, os ingleses interpretaram esses relacionamentos flutuantes entre as pessoas como tipos fixos de propriedade baseados no modelo europeu, instituindo aquilo que eles viam como um regime liberal de leis relativas à propriedade; na verdade, o que eles fizeram foi anular a capacidade adaptativa de arranjos anteriores.

As aldeias continham ainda duas categorias de pessoas desprovidas de direitos à terra. A primeira consistia em grupos de castas que forneciam serviços ao grupo detentor das terras na qualidade de artesãos ou barbeiros. Eles poderiam associar-se com determinada família proprietária de terras ou trabalhar em conjunto a serviço de uma casta que detivesse a posse da terra. Esses servos de aldeia possuíam os instrumentos de seu ofício e obtinham algo que se poderia denominar “um meio de vida garantido”. Isso os distinguia nitidamente de um estrato de pessoas que nem possuíam os

instrumentos de seu ofício nem apresentavam quaisquer reivindicações à propriedade da terra baseadas em linhagens (Meillassoux, 1974: 102-103; Newell, 1974: 487). Tais pessoas eram ou trabalhadores sem terra ou arrendatários à mercê dos proprietários de terras; algumas delas poderiam ser tamborileiros ou trabalhar com couro parte do tempo. Tais indivíduos constituíam mão-de-obra disponível, às ordens do estrato dominante da aldeia (Mencher, 1974). Elas formavam a chamada casta dos intocáveis, cuja baixa posição era reforçada por tabus que governavam seus relacionamentos com as castas mais altas. A distribuição dessas castas ligava-se a fatores ecológicos. As castas dos intocáveis concentravam-se sobretudo nas regiões irrigadas, densamente povoadas da planície indo-gangética do Norte e nos férteis trechos do litoral sul, onde seus membros eram sobretudo trabalhadores agrícolas. Em regiões mais secas e montanhosas, os proprietários cultivavam suas próprias terras e com frequência os artesãos vinham das famílias mais pobres do segmento dos donos das terras. Com efeito, em certas ocasiões, quando os recursos de uma aldeia diminuía, os proprietários das terras expulsavam os trabalhadores pertencentes à casta dos intocáveis (Newell, 1974: 487-488). Quando permaneciam, sua força de trabalho ficava basicamente à disposição dos proprietários de terra, e sujeitavam-se a seus ditames.

A arquitetura da sociedade indiana, ao mesmo tempo celular e segmentada e, ainda assim, capaz de gerar ligações entre diferentes células e segmentos, será melhor compreendida se tivermos em mente a ecologia política da Índia. Existem pelo menos três Índias: a Índia da planície, formada pelo rio Ganges; a Índia do litoral; a Índia do Decan, o platô central montanhoso. A Índia gangética é uma região de elevada precipitação pluviométrica e onde se pratica intensamente o cultivo do arroz. No plano histórico, ela tem sido a região central da formação do Estado indiano; foi nela que a dinastia Maurya teve sua sede (322-185 a. C.) e onde os Guptas exerceram a soberania entre 300 e 600 d. C. A Índia do litoral compreende uma série de deltas de rios e regiões costeiras, tais como Andrah e Tamilnad, ao longo do litoral de Coromandel, a leste, e Kerala, no litoral do Malabar, Konkan e Gujarat a oeste. Os portos dessas costas há muito vêm se destacando no comércio ultramarino a longa distância. A terceira Índia, o Decan, é separada das outras duas por cadeias de colinas e montanhas. Ao norte é apartada da planície gangética por uma área montanhosa ainda habitada por falantes de línguas austro-asiáticas e separada das terras baixas do litoral por duas cadeias de montanhas, os Ghats ocidentais e orientais. O Decan é uma planície seca. Sua vegetação natural é o cerrado, e os cultivos predominantes, tais como o painço, são adaptados às condições reinantes em zonas secas. O arroz e outros cultivos podem ser obtidos por meio da irrigação, e a água provém de lagoas espalhadas ou "tanques", mas elas tendem a secar quando a água é mais necessária, fazendo da planície uma zona de periódica carência de alimentos.

A península indiana é, na atualidade, uma das áreas mais densamente povoadas do mundo, mas os assentamentos concentrados e a intensificação agrícola que possibilitaram esse fato avançaram com muita lentidão e descontinuidade, fazendo com que as terras ficassem nas mãos de coletores de alimentos e de agricultores. Quando os Estados centralizados surgiram, eles usaram seu poder para promover o desmatamento, a irrigação, a mineração em profundidade e a colonização das regiões fronteiriças por associações de colonizadores ou por organizações brâmanes. No entanto a centralização política foi alcançada muito raramente, sob os Maurya e os Gupta, e apenas na planície do Ganges. Em outras épocas e locais, a unidade política predominante continuou sendo o "pequeno reino", uma província governada pelo rajá da linhagem mais elevada, geralmente desprovido do poder de mobilizar seus súditos tendo em vista a expansão agrícola. No Decan, além do mais, a irrigação era possibilitada apenas por tanques espalhados, o que levava mais a uma dispersão da população do que a uma concentração em torno de um centro onde havia recursos hidráulicos. A colonização e a dispersão dos povoados em nichos ecológicos favoráveis, porém isolados, intensificou ainda mais a dispersão e a descentralização. Os intervalos entre as áreas povoadas permaneciam frequentemente nas mãos de grupos estruturados em termos de parentesco, hostis a Estados abusivos. A expansão da esfera da cultura indiana apresentava assim uma modalidade muito diferente da que se observava na China. Esta avançou ao expandir um núcleo hidráulico homogêneo, deslocando os agricultores que praticavam as queimadas para as montanhas do sudoeste. A Índia, ao contrário, desenvolveu-se ao incorporar populações diversificadas e assinalar-lhes diferentes posições na rede mais ampla das castas.

Os brâmanes providenciaram uma força que se contrapunha a essa fragmentação recorrente. Cada unidade local e separada de proprietários de terra, artesãos e servos subsistiu por meio de rituais e cultos locais de uma "pequena" tradição, que se mantinha tomando como referência os textos sagrados sânscritos. Grupos étnicos acéfalos poderiam tornar-se parte de uma rede cultural mais ampla por meio da atestação de seus chefes como guerreiros, dando suas mulheres em casamento aos brâmanes e pela adoção de práticas rituais de origem sânscrita, procedimentos que ainda existem nos dias de hoje, quando membros de "tribos" tornam-se hindus ao aceitar a jurisdição bramânica – as "tribos catalogadas" de fala austro-asiática, habitantes das cadeias montanhosas, são precisamente aqueles grupos étnicos remanescentes que se recusaram até os dias de hoje a conceder "mais ao brâmane (o sacerdote) do que a seus próprios membros o primado de intérprete e instrutor religioso" (Cohn, 1971: 191). Frequentemente os brâmanes também introduziram novas técnicas agrícolas, tais como a aragem e novos cultivos, e proporcionaram ligações com redes mais amplas de comércio e mercados. Os reis e os que aspiravam ao poder convi-

davam os brâmanes para se estabelecerem em suas aldeias e concediam-lhes terras (Kosambi, 1969: 171-172).

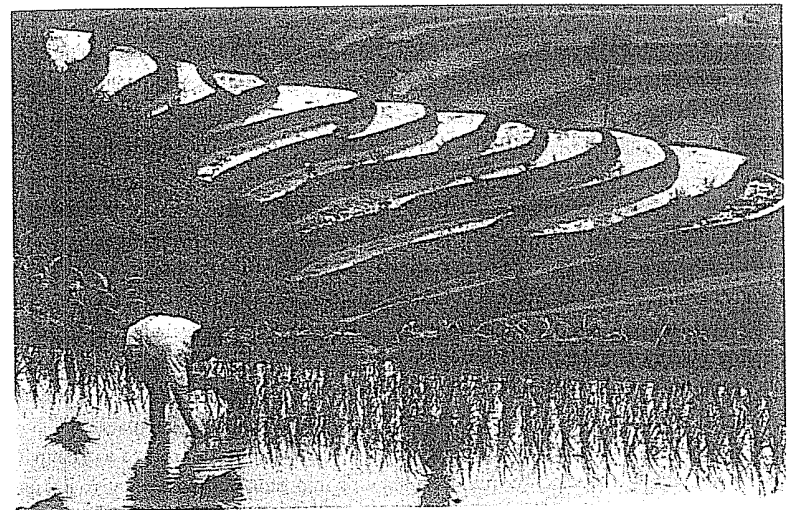
A dominação dos brâmanes e a reprodução do modelo de castas em todos os distritos rurais e aldeias podem, portanto, ser compreendidas como uma resposta à descentralização política e ecológica. Elas forneceram simultaneamente laços organizativos entre membros das castas mais elevadas – sacerdotes, guerreiros e comerciantes – e ligaram os segmentos locais de castas desses estratos a grupos locais de artesãos e seus dependentes. Nas palavras de Heesterman, foi “a solução que os pobres apresentaram ao império” (1973: 207). Frederic Lehman afirmou que o modelo de castas serviu para inserir serviços ligados à organização e às habilidades culturais na estrutura do campo indiano, contrapondo-se a dilatados períodos de desordem devidos a “rupturas de longa duração na autoridade central efetiva” (1957: 151-152).

A infra-estrutura, baseada na casta, resistiu aos repetidos ataques dos conquistadores estrangeiros ao longo dos séculos. Uns após outros, contingentes de presumíveis governantes baixaram na planície indiana provenientes do cinturão de estepes situados ao norte das montanhas que os abrigavam, sempre seguindo a rota que partia de Balkh (Báctria), ultrapassava os desfiladeiros e entrava no Punjab. Os sakas e os kushnan, do Leste do Irã, de fala persa, dos três primeiros séculos da Era Cristã, foram seguidos pelos eptalítas (ye-tai), mongóis-turcos, nos séculos V e VI. Um de seus contingentes, os gujaras, ficou para trás e tornou-se os rajput (literalmente, os “filhos do rei”). Foram seguidos por turcos persianizados (os ghasnávidas), no século XI, pelos afegãos de Herat (os ghoridas), no século XII, por uma dinastia de servos ghoridas turcos e por invasores mongóis no início do século XIII, pelos turcos persianizados de Timur no final do século XIV e por afegãos no século XV.

Em 1525, Babur, um descendente de Timur, tendo abandonado a Transoxiânia, deixando-a nas mãos dos conquistadores usbeques, dispôs-se a conquistar a Índia. Vencendo a oposição movida pelos rajput afegãos e hindus, entronizou-se como o primeiro de uma linhagem de governantes que unificaria a maior parte do subcontinente indiano, governando-o até a tomada do poder pelos ingleses. Essa dinastia mughal (mongol) foi, entretanto, apenas a última de uma série de grupos de elite originários do cinturão pastoril da Ásia central. Longe de representar a “Índia tradicional”, conforme a dinastia foi caracterizada, ela baseava o seu recém-conquistado poder em constelações sociais mais antigas e mais sólidas do que as suas próprias.

China

Na extremidade oriental da antiga Rota da Seda, na China, nosso viajante teria presenciado outra grande fase da contínua interação entre os nômades do Norte e os



Plantando arroz irrigado, província de Szechwan, China.
Foto de Bruno Barbey, 1960 (Barbey, Magnum).

agricultores sedentários ao sul da Grande Muralha. Nos séculos anteriores a China havia sofrido repetidos ataques dos “bárbaros” provenientes do Norte. Logo no início do século XI uma elite de fala mongol de Jehol, os Khitan (Liao), tinha ocupado a China ao norte do rio Hwai. Decorridos apenas alguns anos, os Khitan foram substituídos pelos Jurchen tungúsicos do cinturão florestal daquela que é hoje a província marítima da Rússia. Os Jurchen alargaram as fronteiras de seu reino até as margens do rio Yang-tse. No final do século, os mongóis de Gêngis Khan haviam derrubado os Jurchen ao norte e a dinastia chinesa Sung, que ainda governava ao sul do Yang-tse, transpondo as cadeias montanhosas até as portas de Bhamo, na Birmânia, e Hanói, no Vietnã. Em breve, porém, os príncipes mongóis começaram a atacar uns aos outros. Por volta de 1370, o fundador chinês da dinastia Ming havia conseguido repelir os mongóis para a Mongólia, pondo um fim decisivo ao poderio mongol na China. O ano de 1400 teria, portanto, presenciado essa ressurgência chinesa sob a dinastia Ming.

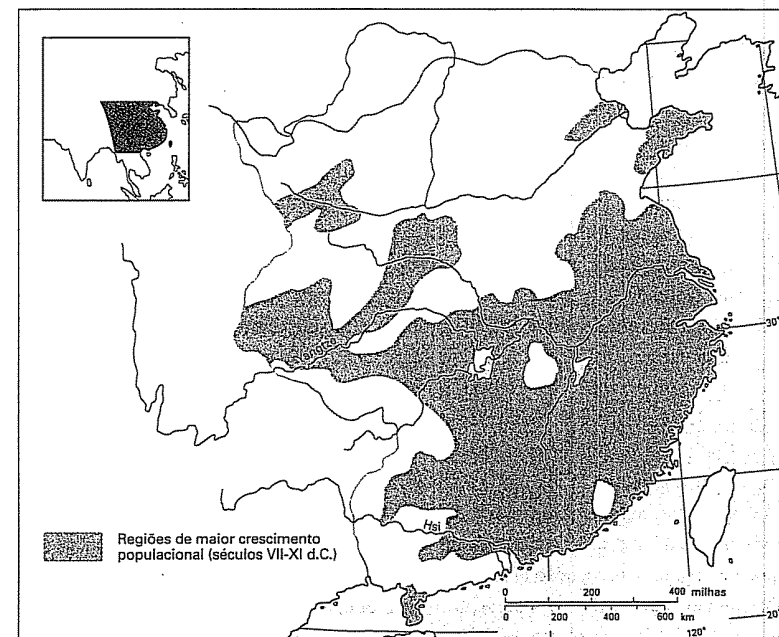
Embora invadida repetidamente pelo Norte, a China constituía uma esfera cultural marcada por vigorosas continuidades. Hegel denominou-a a terra do princípio recorrente. Uma condição estratégica dessa continuidade estava na importância que as instalações para distribuição de água tinha para o Estado chinês, conforme demonstrou

Karl Wittfogel. Essas obras de hidráulica eram basicamente de dois tipos: canais e va-las de irrigação que conduziam a água até os campos e grandes barragens e comportas que defendiam áreas povoadas contra as inundações. Elas eram complementadas pelo desenvolvimento de canais de transporte, que permitiam a movimentação dos grãos em áreas mais amplas. As primeiras grandes obras de hidráulica conhecidas foram construídas no período dos Chou em declínio (c. 500-250 a. C.), quando os domínios políticos começaram a se combater ferozmente. As mais importantes foram os comple-xos hidráulicos que irrigavam a planície de Chengtu, em Szechwan, e serviam a uma região de 9 mil quilômetros quadrados, e os da planície de Shensi, em Wei-pei, que atendiam uma região de 2 600 quilômetros quadrados. Esses complexos hidráulicos são anteriores ao surgimento do império chinês unificado sob a dinastia Ch'in (221-207 a. C.) e podem ter sido fundamentais ao fornecerem a base de sua consolidação. Os canais de transporte também foram iniciados sob os Ch'in, embora sua maior expan-são tenha ocorrido mais tarde, no século VII d. C. A manutenção e expansão dessas obras de hidráulica passou a constituir uma das principais tarefas, se não a principal, do Estado chinês. Direcionar a mão-de-obra e os impostos para esse objetivo passou a ser uma consideração básica, e o declínio das dinastias está associado à sua incapaci-dade de canalizar recursos tendo em vista essa finalidade (Wang, 1936).

A partir do século VII a riqueza da China aumentou graças à intensificação da colonização agrícola da região situada ao sul do rio Yang-tse. Inovações significati-vas no crescimento dos arrozais irrigados – não apenas a introdução e a expansão de obras de hidráulica, mas também instrumentos e técnicas aperfeiçoados de preparo do solo e uso mais intenso de fertilizantes – ocorreram em Kiangsu e Chekiang, ao sul. O cultivo do arroz irrigado espalhou-se pelo Sul a partir desses locais. Essa difusão foi patrocinada pela dinastia Sung, que havia perdido o controle da área situada ao norte do Yang-tse e, portanto, tinha interesse em aumentar a produtividade de suas terras, agora reduzidas. O aumento da produção implicou um vasto aumento da po-pulação, e essa produção, por sua vez, foi facilitada por esse aumento. A população do Sul mais do que duplicou entre 606 e 472 d. C., e voltou a duplicar entre 742 e 1078 d. C. (Elvin, 1973: 206, 208). Nesse processo, os chineses, que se referiam a si mesmos como han, em contraste com outros grupos étnicos, absorveram populações que não eram han, ao sul do Yang-tse, ou as impeliram para zonas onde o cultivo intenso do arroz revelou-se difícil. Assim é que os miao, outrora estabelecidos no médio Yang-tse, foram deslocados para Yunnan, Szechuan e Kweichow; os yao, que antes ocupavam as províncias montanhosas do litoral leste, se encaminharam para seu atual hábitat, em Kweichow. Nessas regiões, onde o cultivo intenso e a organi-zação burocrática chinesa não tinham como ser apoiados, prevaleceram as chefias localizadas e a agricultura baseada nas queimadas (Fried, 1952).

Não se pense que todos os sistemas de irrigação foram construídos sob os auspícios do Estado. A maioria das obras de hidráulica da região do baixo Yang-tse, por exemplo, foram construídas por ricos proprietários de terras. Não obstante, é razoável supor que exigências específicas quanto à hidráulica por parte da agricul-tura chinesa influenciaram o desenvolvimento da característica burocracia do país. Muitas das tarefas patrocinadas pelo Estado, incluindo o controle dos complexos hi-dráulicos, transcenderam a capacidade dos aristocratas ou das associações regionais ou locais. Ao criar um efetivo de burocratas em potencial, o Estado garantiu para si mesmo um suprimento de funcionários que poderiam levar adiante tarefas no nível desse mesmo Estado e eliminar a influência dos detentores locais do poder.

É costume referir-se a essa burocracia como mandarinato. Os mandarins eram selecionados entre a fidalguia. O título chinês é *shen-shih*, ou erudito que usa uma faixa. A faixa significava o exercício de um cargo imperial; ser erudito significava o conhecimento dos clássicos chineses. O exercício de um cargo era, na teoria, válido



A expansão dos Han no Sul da China (adaptado de Elvin, 1973; cortesia do autor).

apenas por uma vida e não podia ser herdado. Durante sua vida, porém, aquele que o detinha era isento de impostos e corvéias, era livre do controle judicial por parte do magistrado local e tinha a permissão de tomar parte do cerimonial religioso imperial. A formação quanto à etiqueta e à ideologia baseava-se no estudo dos clássicos, especialmente as máximas e escritos de Kung-tse (Confúcio), que pregava a manutenção de relacionamentos sociais apropriados, encarnados, em última análise, no ideal do “cavalheiro”. Escritos numa época em que a aristocracia exercia o poder e dele privava os plebeus em ascensão, os textos de Confúcio retratavam um estilo aristocrático de comportamento que, ainda assim, poderia ser adotado tanto por plebeus de mérito como por nobres. Os homens treinados em semelhante comportamento adeririam a um costume religiosamente sancionado (*lii*) e resolveriam os conflitos mais por referência aos costumes do que à lei positiva, *fa*.

Embora essa classe de servos imperiais remonte aos primeiros imperadores Ch'in e talvez até mesmo antes, ela adquiriu proeminência apenas do século VII ao século IX, sob o domínio dos T'ang, que se serviram dela para contrapor-se ao poder das linhagens nobres. Por volta do ano 1000 de nossa era, os portadores de faixas já estavam bem adiantados no sentido de alcançar poder econômico e político por sua própria conta. Muitos deles tornaram-se grandes e poderosos proprietários de terras, nelas empregando o trabalho servil. Gozavam de isenções de impostos e legavam seus postos burocráticos a seus descendentes por meio do privilégio hereditário do *yin*. Assim como os aristocratas de períodos anteriores haviam fortalecido suas posições pela criação de linhagens baseadas em ancestrais, esses fidalgos portadores de faixas também começaram a criar poderosos domínios baseados em linhagens administrados por uma elite composta de membros bem-sucedidos. Essas patrilineagens controlavam mansões ancestrais, terras, cemitérios e arbitravam disputas internas. Defendiam o interesse comum contra forasteiros e alargaram sua esfera de influência por meio de alianças matrimoniais e laços políticos. Tais linhagens foram especialmente proeminentes na China meridional, onde agiam freqüentemente como agentes da colonização. Na verdade, muitas linhagens chinesas poderosas remontam à época Sung, esse período estratégico de expansão agrícola ao sul do rio Yang-tse (Hu, 1948: 12-13). Não é de surpreender, portanto, que boa parte dos esforços dos imperadores Ming e Ch'ing, após a restauração do poderio chinês no final do século XIV, se direcionasse no sentido de conter e baixar ao nível anterior o poder cada vez mais independente dos portadores de faixas. Isso foi tentado pela primeira vez na época Ming, pela revogação do privilégio do *yin* e da instituição de exames imperiais obrigatórios para todos os que aspiravam a ocupar posições burocráticas. Somente no século XVIII, entretanto, os Ch'ing, a dinastia manchú, tentariam enfraquecer o domínio dos fidalgos sobre a terra, liquidando a servidão como instituição.

Fica pois evidente que os literatos portadores de faixas não constituíam nem uma classe de reis-filósofos dedicados unicamente aos mais elevados ideais encarnados no Estado, nem simplesmente uma classe de proprietários de terra locais. Eles serviam para manipular instituições que operavam no nível do Estado, por meio de arranjos locais e regionais. Sua posição era inevitavelmente contraditória e sujeita a mudanças, dependendo de quem estivesse predominando: o Estado, que a tudo abrangia, ou os interesses locais.

Se o papel e o caráter da classe dos literatos portadores de faixas modificou-se ao longo do tempo, o mesmo aconteceu com o papel e o caráter do campesinato. O império de Ch'in, que unificou a China pela primeira vez em 221 a. C., também foi pioneiro ao adotar uma legislação que tornou os camponeses proprietários de suas terras, em troca dos impostos cobrados, das corvéias e do serviço militar prestado mais diretamente ao Estado do que a algum nobre de ocasião (Wittfogel, 1932: 50-51; Lattimore, 1951: 441-442). Lattimore assinalou que isso também criou uma categoria de homens sem terra, que constituíram um corpo de força de trabalho móvel, sempre às ordens do Estado (*op. cit.*). Essa política de alargar o campesinato livre teve continuidade sob as dinastias Han, Sui e início da dinastia T'ang, sendo que todas elas se apoiavam em uma milícia camponesa que constituía a espinha dorsal do exército. Grandes propriedades rurais foram confiscadas com freqüência, como também foi freqüente uma legislação que favorecia uma distribuição mais eqüitativa da terra.

A partir de meados do século VIII, porém, essa legislação caducou e as grandes propriedades aumentaram em um ritmo acelerado. A milícia camponesa entrou em declínio e as isenções de impostos, concedidas aos camponeses, foram revogadas. Como resultado, muitos camponeses tiveram de proteger-se da taxação submetendo-se a um proprietário de terras, ou precisaram vender suas terras para poder viver dentro de suas possibilidades. Outros tornaram-se trabalhadores que contraíram laços de servidão devido à coerção exercida sobre eles. Embora também existisse alguma escravidão, ela jamais envolveu mais do que uma pequena porcentagem da população (Wilbur, 1943: 174; Elvin, 1973: 74, n. 1). O trabalho servil assumia duas formas. A primeira delas compreendia os servos arrendatários, sujeitos a uma determinada pessoa; seu *status* era passível de herança e eles podiam ser comprados e vendidos. Na teoria, apenas aos mandarins era permitido possuir servos, mas na prática os proprietários de terra que não usavam a faixa dos mandarins conseguiram adquirir servos recorrendo à ficção legal da adoção. Além disso, havia arrendatários sujeitos ao solo e passíveis de serem vendidos juntamente com o trato de terra que cultivavam. Em 1400 a propriedade rural arrendada, cultivada pela mão-de-obra servil, era a forma dominante de propriedade (Balazs, 1964: 125; Elvin, 1973: 79-80). Apenas muito mais tarde, na década de 1730, sob a dinastia

dos Ch'ing manchu, a servidão seria finalmente abolida. Rendimentos em declínio provenientes da agricultura, nos séculos XVI e XVII, e as crescentes oportunidades de lucro em outros lugares levaram os proprietários de terras a redirecionar seus investimentos. Como resultado, a propriedade das terras por parte dos camponeses intensificou-se mais uma vez, mas sob circunstâncias diferentes daquelas que haviam promovido o estabelecimento de um campesinato livre durante as primeiras dinastias chinesas.

Por volta de 1400, as relações da China com o mundo exterior começaram a modificar-se. Em épocas anteriores, laços de comércio e religião haviam criado conexões entre o Reino Celestial e seus vizinhos. Sob a dinastia T'ang (618-906 d. C.) estabeleceram-se crescentes contatos com a Índia, e a China abriu suas portas à influência do budismo, que se aproximou a partir do sul. À época da dinastia Sung (960-1279 d. C.) tinha havido grande expansão do comércio com os mares do Sul. Sob os mongóis (1280-1367 d. C.), a China fez contatos com o Ocidente ao reabrir as antigas rotas da seda e ao trazer para seus domínios comerciantes muçulmanos, cristãos e judeus (o almirante chinês Cheng-ho, que direcionou a frota imperial para o oceano Índico e para o litoral da África, era muçulmano). Os soberanos mongóis, além do mais, preferiam cristãos uigur e nestorianos como escribas e conselheiros, diminuindo assim o papel dos portadores de faixas confucianas.

A expulsão dos mongóis em 1367 e a tomada do poder pelos Ming reverteu processos que estavam ligando mais vigorosamente a China ao mundo exterior. A China refugiou-se em si mesma e fechou-se às conexões externas. Talvez isso fosse devido ao caráter nativista dos próprios Ming, que procuraram um retorno às raízes chinesas após quatrocentos anos de invasão estrangeira. Essa reação foi favorecida pelos mandarins, cuja influência fora golpeada sob os mongóis e que procuravam beneficiar-se com a mudança da política exterior. Certamente a China estava passando por dificuldades econômicas; a população enfrentou privações, após a prosperidade alcançada antes das invasões mongóis. Talvez, como afirmou Mark Elvin (1973: 298), essa inversão tenha sido o resultado do início de uma estagnação tecnológica devida ao fato de as técnicas e a organização já terem atingido os limites da produtividade possível antes da Revolução Industrial. Com toda certeza, a nova dinastia empregou todos seus esforços no sentido de garantir a segurança das fronteiras setentrionais da China, mobilizando um exército numeroso e construindo o Grande Canal, que ligava o Sul ao Norte, a fim de aprovisionar as tropas. Essa estratégia enfatizava o uso dos cursos de água internos em detrimento das rotas marítimas, agora sob o assédio dos piratas japoneses e de seus colaboradores chineses. Assim, sob a dinastia Ming, a China recolheu-se e abandonou a inovação e a exploração em favor da estabilidade. Apenas no século XVII esse padrão haveria de modificar-

se. Uma coalizão dos clãs jurchen tungúsicos da Manchúria procuraria angariar a ajuda dos mongóis e a colaboração dos chineses a fim de estabelecer a governança manchu como a última dinastia imperial (os Ch'ing).

O Sudeste Asiático

No ponto de convergência do oceano Índico e do mar da China situam-se as penínsulas e ilhas do Sudeste Asiático, um dos pontos de intersecção das esferas da cultura da China e da Índia. Em 1400 essa região exibia influências indianas e chinesas. Tais influências lhe haviam sido impostas por uma base cultural anterior, que se apoiava na agricultura praticada por meio de queimadas ou pelo cultivo de arrozais não-irrigados (o arroz de sequeiro). Esse cultivo ainda é praticado pelos "povos das colinas" nas regiões do Sudeste Asiático situadas no continente e pelos grupos "tribais" das Ilhas Externas da Indonésia; é ele que sustenta as comunidades genealogicamente relacionadas e hierarquizadas. Nosso viajante teria visto os agricultores ladang, que continuavam a exercer sua atividade junto aos colonizadores que introduziram o cultivo dos arrozais irrigados e formas culturais indianas ou chinesas, no início da Era Cristã.

A influência indiana na região antecedeu a da China. Seus portadores eram provavelmente mercadores indianos. Vieram acompanhados por brâmanes que, com seus poderes rituais, poderiam induzir as chefias locais a ingressar na casta dos governantes, ou kshatriyas. Ao conceder-lhes tais poderes rituais, eles criaram uma infra-estrutura política, em boa parte a exemplo do que haviam feito no próprio subcontinente.

De 200 a. C. até 200 d. C. esses grupos colonizadores haviam-se estabelecido nas regiões continentais do Sudeste Asiático, bem como nas grandes ilhas de Sumatra e Java. Transformaram-se gradualmente em elites mais poderosas, focalizadas em Cortes reais e que retiravam seus recursos do intenso cultivo do arroz ou do comércio. A forma da Corte real era, em todos os lugares, bastante semelhante. No centro estava um rei-deus divino, abrigado em um palácio que era simultaneamente templo e reduto. Associados ao palácio estavam os servidores armados do rei, seu grupo de parentesco, os artesãos e os especialistas rituais. A Corte era ao mesmo tempo o ápice do poder e o centro simbólico do universo. Além dela situava-se um mundo de vassallos e aliados, que contribuíam com os recursos que possibilitavam ao centro recompensar seus seguidores e fortalecer sua base de apoio. Os excedentes eram aumentados pela construção de obras hidráulicas, pelo direcionamento da mão-de-obra para a execução de corvéias e pela colonização. Boa parte desse excedente expandido era investida na construção de grandes complexos de templos, a fim de reforçar a conexão cósmica entre o poder real e o sobrenatural, tais como Borobudur, no centro de Java (século VIII) e as capitais de Angkor Thom e Angkor Wat,

no Camboja (séculos IX e XII). Apesar desses esforços para fortalecer o carisma real, e talvez devido às despesas que envolviam, tais Estados eram freqüentemente instáveis e sujeitos à desintegração devido às rivalidades dinásticas, às rebeliões dos senhores locais e ao declínio do poder real.

O sociólogo holandês J. C. van Leur estabeleceu um contraste entre esses Estados “interiores” com aqueles a que chamou “principados litorâneos”, portos de comércio localizados na costa e na foz dos rios. Eles não dependiam da irrigação e das corvéias exercidas pela mão-de-obra, mas do comércio. Parte de seu alimento era obtida de propriedades rurais vizinhas, cultivadas pelo braço escravo; o restante vinha dos campos submetidos à agricultura baseada nas queimadas praticada pela população “tribal”, que fornecia colheitas aos empórios comerciais pelas iniciativas de seus chefes, vassalos do rei marítimo. Os mercadores desempenhavam um papel estratégico nesses principados. Eram, em sua maioria, estrangeiros que se estabeleciam em bairros separados, de acordo com sua proveniência étnica, cada qual representado política e comercialmente por um porta-voz. Embora alguns mercadores tivessem influência em círculos da Corte, eles não chegaram a constituir uma classe independente, talvez devido à sua procedência estrangeira e aos seus compromissos cosmopolitas. Permaneciam sujeitos ao príncipe e aos seus seguidores e modelavam seu comportamento no do séquito real.

A realidade era freqüentemente mais complexa e híbrida dos que os tipos ideais dicotômicos de van Leur. Pelo menos em duas ocasiões os reinados “interiores” e os principados litorâneos passaram a ser organizados em estruturas mais amplas que abrangiam ambos. Um desses exemplos foi o reino de Sriviyaya. Ele expandiu-se entre os séculos VII e X a partir de Palembang, na Sumatra oriental, posicionada na rota comercial fundamental que atravessava o estreito de Málaca. Nitidamente um poder marítimo, o reino de Sriviyaya ocupou Sumatra e boa parte de Java e, no século VIII, colocou um membro de sua dinastia real no trono khmer do Camboja. Um segundo exemplo foi o reino de Madjapahit, no século XIV, cujo núcleo central situava-se na Java oriental. Era, quanto à estrutura, um reino situado no interior, mas amplamente envolvido no comércio com a China, a Índia e as terras continentais do Sudeste Asiático. Ao longo do tempo ocupou Java, Sumatra, a península Malaia meridional, Bornéu e grande parte das Filipinas. Em 1400 Madjapahit estava em total declínio devido às disputas dinásticas e às rebeliões populares contra as cobranças fiscais, um padrão característico dos Estados situados no interior. Ao mesmo tempo, suas pretensões marítimas foram restringidas pela incursão chinesa nas águas meridionais e, o que é mais significativo, pela influência expansionista do Islã no mundo comercial do oceano Índico e do mar da China. A desintegração do reino de Madjapahit, hindu-budista, foi acompanhada pela rápida conversão dos mercadores e dos governantes ao Islã nos principados do litoral ao longo da costa do Sudeste Asiático.

Em 1400 a cidade de Málaca estava em ascensão. Havia sido fundada em torno de 1380 por um bando de piratas de Sumatra, sob o comando de um príncipe de Sriviyaya, que se rebelou contra Madjapahit. No final do século o príncipe converteu-se ao Islã, atraindo para Málaca a rica comunidade mercantil de Pasai, em Sumatra. Seus companheiros tornaram-se os principais funcionários do novo empório, fornecendo o líder das guerras, o coletor dos impostos alfandegários e o posto conjunto de tesoureiro, presidente do tribunal e mestre das cerimônias reais. Havia quatro grandes comunidades comerciais na cidade, cada qual liderada por um representante: os gujaratis, os kalingas e os bengalis, comerciantes originários do arquipélago, e os chineses. O português Tomé Pires, escrevendo sobre Málaca um século mais tarde, estimou uma população entre 40 mil a 50 mil almas, com 61 “nações” representadas em seu comércio. Era, disse ele, “de tamanha importância, proporcionava tamanho lucro que me parece não ter igual no mundo. Quem for senhor de Málaca terá suas mãos apertando a garganta de Veneza”.

O Islã possibilitou uma ligação ideológica entre os empórios comerciais muçulmanos que iam dos portos do oceano Índico às ilhas Sulu, nas Filipinas. Pregadores sufistas errantes levavam a mensagem ao interior, onde o misticismo islâmico realizou uma mistura sincrética com as crenças das populações locais em forças personalizadas. Acima de tudo o Islã concedeu legitimidade ideológica aos novos soberanos dos principados litorâneos ou aos chefes piratas, os quais, enquanto sultões muçulmanos, podiam atuar como “sombas de Deus na terra”. A conversão religiosa dos principados litorâneos reinstaurou, de um jeito novo, o antagonismo entre eles e os reinos do interior, dessa vez com nítida vantagem para os senhores do comércio. O Islã acabaria dominando também as áreas do interior. Somente em Bali um grupo de refugiados hindu-budistas manteria intacto o culto ideológico anterior da ilha.

O Novo Mundo

Nenhum Ibn Battuta, Marco Polo ou Cheng-ho nos deixou um registro das viagens ao Novo Mundo. É possível, porém, recorrer a evidências arqueológicas, lingüísticas e etno-históricas para reconstruir aquilo que um viajante poderia ter visto nas Américas no ano de 1400.

Tais evidências tornam altamente provável e, em alguns casos, virtualmente certa a existência de conexões entre diferentes regiões culturais do hemisfério ocidental. Os arqueólogos passaram a se referir às áreas que exibem fortes semelhanças internas como “áreas de interação”, baseando-se no fato de a ampla difusão de

implementos, formas arquitetônicas e estilos de arte semelhantes nessas áreas ser provável indicadora de contato, e, portanto, de relacionamentos sociais. Em 1400 havia duas órbitas de interação de “perfil elevado”, como sugeriu o arqueólogo Gordon Willey. Essas duas áreas são caracterizadas arqueologicamente pelos remanescentes de um cultivo intenso, incluindo a irrigação: locais grandes e densamente povoados, incluindo cidades construídas em torno de imponentes obras de arquitetura, como templos ou palácios; produtos artesanais, como cerâmica ou tecelagem, feitos claramente para as elites de *status* elevado; e sólidas evidências de uma superestrutura ideológica, por meio da qual os objetivos dessas órbitas, governadas por uma elite, eram manifestados para a população em geral. Uma das áreas de interação de perfil elevado foram os Andes centrais, no que constitui hoje o Peru e a Bolívia. Ao longo do século XV essa área seria o coração do Império Inca. Em 1400, porém, os incas ainda formavam um grupo de rústicos adventícios, ocupando um pequeno reino cujo capital era a cidade de Cuzco, situada em zona montanhosa. As outras áreas eram a Mesoamérica, localizada nas regiões montanhosas dos atuais México e Guatemala e nas planícies adjacentes. Por ocasião da conquista espanhola essa área era habitada pelos astecas e maias. Em 1400, porém, nosso viajante dificilmente teria notado os astecas, então um pequeno grupo de mercenários a serviço de um Estado mais amplo, enquanto os maias estavam entregues a disputas intestinas dando-se entre elites epigonais que disputavam o legado de um passado mais glorioso.

A América do Sul

O espaço estratégico para a intensificação da agricultura e para o surgimento de sistemas políticos de grande abrangência na América do Sul foi o cinturão montanhoso andino que se estendia ao longo dos flancos ocidentais do continente. Os Andes consistem em duas grandes cadeias longitudinais, com picos que se elevam de 5 mil a 7 mil metros acima das bacias do altiplano e de planícies que formaram os espaços do povoamento humano. A partir da cordilheira ocidental as montanhas descem para o litoral do Pacífico, uma faixa estreita, desértica, interceptada a intervalos por pequenos vales banhados por rios cujas águas descem das encostas das montanhas até o mar. Não somente o deserto como também as encostas das montanhas têm sido cultivados há milênios – o deserto pela irrigação por meio de canais e as montanhas por meio da construção de grandes terraços e desaguadouros.

É uma característica da região andina o fato de o litoral, o piemonte, as terras do altiplano e a estepe (*puna*) oferecerem meios ambientes e recursos muito diferentes e, em consequência, requererem e possibilitarem diferentes atividades humanas. Os habitantes do litoral cultivavam o algodão em oásis privilegiados e coletavam

o esterco das aves marítimas como fertilizante. O piemonte, região situada entre a montanha e a planície, produzia milho e pimentas. O altiplano fornecia batatas e quinoa. Na puna os pastores criavam lhamas para consumo e para obtenção de lã e coletavam sal. Na vertente oriental dos Andes, os habitantes cultivavam a coca e podiam adquirir o mel, a madeira, penas e outros produtos da floresta. Ao mesmo tempo, as atividades das diferentes zonas se interligavam. Assim, os limites impostos pela altitude aos vários cultivos poderiam ser contornados fertilizando-se a terra com o esterco acumulado pelos pastores de lhamas. Cavar pequenos lagos e valos de drenagem em altitudes mais baixas não somente auxiliava a agricultura mas permitia maior aumento do fornecimento de água e o cultivo da forragem também possibilitava que o pastoreio se expandisse em altitudes mais baixas (Orlove, 1977). Já se disse (Murra, 1972) que uma proximidade tão grande entre os níveis de altitude e sua interligação favoreciam a organização social de atividades produtivas, o que levou as populações andinas a todos os níveis de complexidade social – povoado, aldeia, região, reino, império – em uma tentativa de controlar a gama mais ampla possível de zonas ecológicas em diferentes altitudes. Além do mais, isso favoreceu a concentração sistemática dos recursos dessas zonas por parte de uma autoridade superordenada que poderia então voltar a consigná-los entre as diversas zonas. Isso, segundo Murra, reforça a propensão andina a organizar sistemas de troca mais por meio da reciprocidade e da redistribuição do que por meio de trocas abertas feitas por particulares e por mercados. Em comparação com outras regiões do mundo que apresentavam sistemas de cultura intensiva e sistemas de Estado, onde os recursos eram habitualmente comerciados nos mercados, os Andes demonstraram uma tendência a canalizar o fluxo das mercadorias pelas mãos de representantes de grupos políticos hierarquicamente organizados.

À época da chegada dos espanhóis, toda a região compreendida entre o norte de Manta, no Equador, até o rio Maulé, no Chile, estava sob o domínio dos incas, mas em 1400 sua expansão mal se havia iniciado. O período que precedeu a dominação inca, entre 1000 e 1476, foi, na realidade, um período de fragmentação política. Ele é classificado pelos arqueólogos como Intermediário Tardio, pois ocorreu entre um período anterior de unificação e a posterior unidade inca. Houve um esforço de consolidação política entre 800 e 1200 d. C. Os sítios arqueológicos evidenciam dois estilos de arte de ampla abrangência, cada qual ligado a uma cidade: Tiahuanaco, na bacia meridional do lago Titicaca, e Wari, no vale de Ayacucho, nos Andes centrais. Os motivos de Tiahuanaco, tais como o “deus do pórtico”, com boca de jaguar e cocar com serpentes e raios (um protótipo do deus inca Viracocha), e um deus felino dominam a bacia do Titicaca e a região de Cochabamba, chegando até mesmo até a borda árida do deserto de Atacama, ao sul. Willey sugeriu que esse estilo foi difundido por

colonizadores, talvez por suas elites. A cidade de Wari, ao norte, localizava-se na bacia do rio Mantaro. Seu crescimento inicial provavelmente foi estimulado por Tiahuanaco. Sua esfera de influência foi marcada pela cerâmica multicolorida em que se viam os emblemas das figuras e animais mitológicos de Tiahuanaco. Tal estilo provavelmente foi divulgado pelas elites dominantes que se estabeleceram nos centros políticos e religiosos locais, que se estendiam da bacia do rio Urubamba até o médio Marañón e de Ocono a Chicama, no litoral. Estabelecimentos wari posteriores eram constituídos por *compounds**, padrão possivelmente originário do litoral e um antigo testemunho dos modos de planejamento que marcaram Estados andinos posteriores. Esse planejamento envolvia a distribuição de alimentos guardados em armazéns administrados pelo Estado em base territorial, bem como o estabelecimento de postos de controle ao longo das estradas e na proximidade de importantes centros de população.

Por volta de 1250 dois grandes sistemas políticos se fragmentaram, dando origem a vários Estados distintos. Inúmeros dentre eles lutaram pelo controle do altiplano. Outros dominaram setores do litoral. O mais importante foi Chimú, que dominava o litoral setentrional desde Chira até Supe. Sua capital, Chanchán, localizava-se no vale do Moché; abrangia uma região de pelo menos quinze quilômetros quadrados e era dividida em dez quadrângulos separados, cada um deles com estruturas residenciais, pátios, reservatórios subterrâneos e túmulos. Além desse centro de elite, havia pequenas cidades administrativas provincianas e numerosos povoados. Há evidências de sólidas fortificações em todo o território chimú, e um amplo sistema de canais, que atravessava muitos vales, fornecia água aos fortes e aos centros habitados. O tráfego se fazia por grandes estradas, que serviam para transportar mercadorias e reforçar o controle político sobre inúmeros vales. É provável que este império chimú tenha fornecido ou transmitido alguns dos padrões de controle mais tarde utilizados pelos incas.

Os incas formavam, em 1440, um pequenino reino situado na parte superior da bacia do rio Urubamba; àquela época a dinastia inca teria cerca de duzentos anos. Foi somente com o nono soberano, Pachacuti Inca Yupanqui (1438-1471), que teve início a expansão inca. Ela foi encabeçada por um exército profissional; as conquistas se consolidaram com a construção de estradas e postos de controle.

Durante a fase de crescimento imperial, a sociedade inca pode ser descrita como uma hierarquia organizada em torno da dinastia inca, assemelhada aos deuses, suporte da religião do Estado; uma aristocracia formada por parentes da dinastia, bem como por governantes locais que se submetiam ao mando inca; uma categoria de homens locais, cuja posição era a de chefes de grupos de descendência patrilinear, endogâmi-

* *Compounds* são conjuntos de pequenas casas ou compartimentos, habitados por uma família extensa, relacionada genealogicamente em diversos níveis (N. do T.).

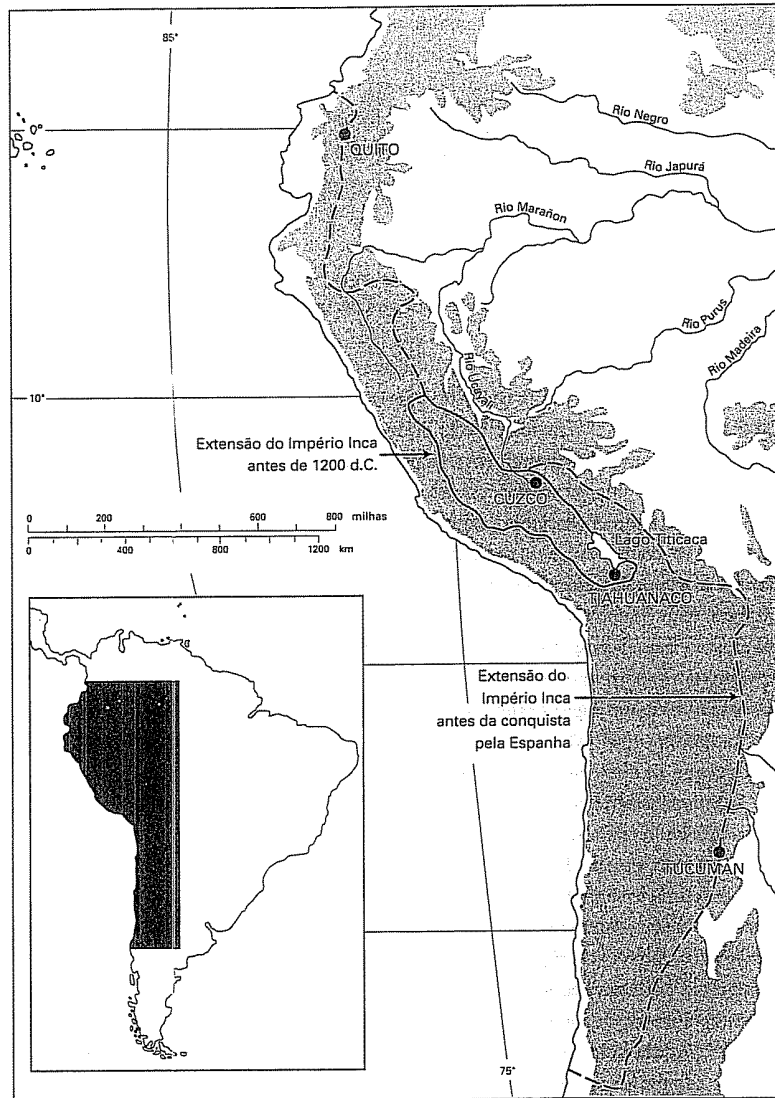


Cena de guerra retratada em cerâmica pintada, estilo moche, litoral norte do Peru, c 400 d. C. (cortesia de Christopher Donnan, Museum of Cultural History, Los Angeles).

cos e proprietários de terras (*ayllus*) e os membros desses grupos de descendência. Os homens pagavam tributos através do trabalho em obras públicas, na agricultura ou no serviço militar. As mulheres empregavam boa parte de seu tempo tecendo, e os tecidos produzidos eram concentrados em armazéns incas e usados para remunerar súditos fiéis; a eles se atribuía extraordinário valor cerimonial e ritual. O Estado se incumbia de colonizar novas regiões agrícolas, sobretudo em áreas situadas ao longo dos piemontes das cadeias de montanhas, onde se podia cultivar o milho. O Estado também mantinha obras de irrigação e estradas, bem como um extraordinário sistema postal, que empregava corretores que levavam a toda pressa mensagens de um extremo do império a outro. Quem quer que se submetesse pacificamente às exigências incas teria um lugar garantido nesse esquema hierárquico e bem-organizado; à recusa, porém, respondia-se com a guerra, e grupos rebeldes foram deslocados para muito longe de seus lugares de origem.

Ao norte do Peru, os Andes prosseguem até o Equador e em seguida descem, formando cadeias ramificadoras de montanhas até as terras baixas do litoral. As bacias das terras altas do Equador não são tão grandes ou produtivas quanto as do Peru, mas seu clima assemelha-se ao dos Andes centrais, e os principais cultivos eram a batata e a quinoa andinas. Mais ao norte, entretanto, onde as montanhas ingressam nos trópicos e nos subtropicais, o principal cultivo veio a ser o milho. Essa zona se caracteriza por uma extraordinária variabilidade quanto aos microclimas locais, que foram explorados de maneira altamente variável, pelo cultivo que recorre a queimadas, seleção dos solos, terraços e irrigação por meio de canais. A escala dessas atividades sempre foi estreita e ambientalmente circunscrita.

A orla setentrional do centro dos Andes foi caracterizada por domínios políticos em pequena escala, sujeitos a governantes locais ou formados por federações desses



A área andina.

domínios, submetidos a um chefe supremo. No sul do Equador, a mais importante dessas federações foi a dos cañari. Os incas os subjugarão sem dificuldade na década de 1450, mas somente sessenta anos mais tarde eles se aliaram aos espanhóis para se livrarem do jugo inca. No Equador setentrional a federação dos cara, organizada em torno de chefes hereditários, ofereceu maior resistência aos incas.

No litoral equatoriano, uma liga de pequenas cidades marítimas havia-se formado em torno de um chefe supremo, e sua capital era Manta. Ali, uma densa população era sustentada pelo intenso cultivo em terraços nas encostas dos morros, bem como por um comércio de grande alcance. Os habitantes de Manta eram excelentes navegantes, usavam balsas de junco e madeira e provavelmente mantinham importantes relações comerciais com a Mesoamérica. A escala do comércio naquela região foi atestada pela captura, por parte dos espanhóis, logo após sua chegada, de uma grande balsa equipada com velas e cabina, operada por uma tripulação de vinte homens e carregada com trinta toneladas de mercadorias de luxo.

Na Colômbia, ao norte, as potências mais importantes eram a dos chibchas e dos taironas. Os chibchas ocuparam as bacias das terras altas nas regiões da atual Cundinamarca e Boyacá. Tratava-se de dois grandes Estados chibchas, dirigidos por governantes conhecidos como zipas e zaques, e de vários pequenos Estados independentes. À época da conquista espanhola, dominavam os zipas, após terem consolidado seu próprio reino contra vários rivais, no século XV, e firmado sua ascendência enfrentando vários rivais e impondo sua autoridade aos zaques no início do século XVI. O domínio dos zipas, que controlavam uma população de 120 mil a 160 mil pessoas (Villamarín & Villamarín, 1979: 31), era organizado hierarquicamente. Grupos residenciais formavam capitânias, que por sua vez formavam comunidades semi-autônomas, cada uma delas devendo lealdade aos zipas. A capital dos zipas foi identificada como um amplo local situado nas proximidades da atual cidade de Funza; ao que tudo indica, era uma pequena cidade com alta concentração de templos, palácios, armazéns e residências com teto de palha. Economicamente, o Estado era sustentado pela produção do milho, das batatas e da quinoa, cultivados em campos atravessados por sulcos e em terraços nas encostas das colinas. A aristocracia que dominava o Estado exigia tributos em espécie e sob a forma de mão-de-obra da população plebéia; comerciava a produção e os têxteis com os habitantes das planícies em troca do ouro de que necessitava para o ritual e para um consumo ostentatório. Existem evidências de que a elite chibcha exercia uma hegemonia cultural de grande alcance graças ao desenvolvimento de um culto religioso baseado na aquisição privilegiada de um conhecimento sobrenatural de cunho esotérico.

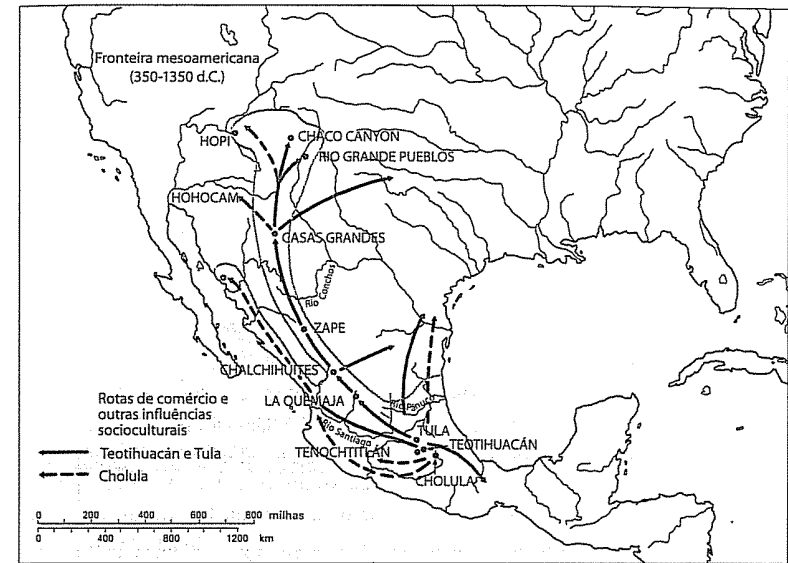
Os taironas localizavam-se ao norte dos chibchas, na Sierra Nevada de Santa Marta, um bloco de montanhas próximo ao mar do Caribe. Sua organização política

parece ter-se assemelhado à dos chibchas, com várias comunidades semi-autônomas que formavam um domínio sujeito a um chefe supremo. Esses chefes viviam em grandes centros, dos quais os duzentos sítios arqueológicos de Buritaca fornecem um exemplo. Esses sítios, ocupados de 1360 a 1635, espalham-se por uma área de mais de 400 mil metros quadrados, ao longo das bordas do escarpado monte Corea, no declive setentrional da Sierra. O centro consiste em elaboradas construções, que incluem escadas, valos, estradas, muros de sustentação e terraços, dispostos em diferentes zonas para usos residenciais e de trabalho, funções públicas e rituais religiosos. O cultivo intenso nos terraços das encostas das colinas, recorrendo à irrigação e à rotatividade dos cultivares, forneceu a base de subsistência – milho, feijão, mandioca, batata-doce e pimentão (chili). Excavações feitas no sítio mostraram a existência de uma cerâmica refinada e de artesanato de ouro.

Os chibchas, os taironas e outros povos da Colômbia viram-se envolvidos em guerras incessantes. Essas guerras eram cerimoniais e um meio de alcançar *status*, mas também tinham funções econômicas. Como observou Reichel-Dolmatoff, os povos da Colômbia que habitavam regiões de baixa precipitação pluviométrica e que produziam apenas uma colheita de milho tendiam a invadir territórios mais férteis, com duas ou três colheitas, tornando o *isohyet* de 2 mil mm “praticamente uma fronteira militar” (1961: 86). A guerra também proporcionava escravos para os trabalhos no campo e para o serviço doméstico, para os sacrifícios e para o canibalismo culinário.

O padrão segundo o qual as comunidades locais, com seus próprios chefes, eram organizadas em grandes domínios submetidos a uma chefia suprema caracterizou inúmeras outras regiões: as terras baixas do Caribe, as ilhas das Grandes Antilhas e a planície de Mojos, no Sul da Bolívia. Nas baixadas da Venezuela e nas ilhas caríbas esses domínios foram estruturados a partir do cultivo do milho e da mandioca-brava (venenosa), juntamente com recursos marítimos. As nações da planície de Mojos cultivavam a mandioca e o milho em savanas ribeirinhas percorridas por sulcos, a fim de controlar as inundações. Essa região estava em contato com as regiões montanhosas dos Andes. Sabemos, por exemplo, que mercadores mojos viajavam até a região dos aimarás para trocar tecidos de algodão, penas e plumas por artefatos e ornamentos de metal. Foi por essa rota que circularam os preciosos metais e o cobre andino até chegarem ao remoto alto rio Paraguai, onde os primeiros conquistadores tiveram notícia de um fabuloso reino situado a oeste, denominado o Reino do Grande Mojo. Os ornamentos incas de ouro também chegaram até o rio Ucayali, como parte de um comércio intergrupar praticado na *montaña* tropical.

Ao leste dos Andes estende-se a floresta pluvial do interior da América do Sul. Era povoada em grande parte por agricultores que praticavam queimadas, cultivavam mandioca-brava e obtinham proteína por meio da caça e da pesca. A população



Fronteira mesoamericana (adaptado de Weigand, 1978; cortesia do autor).

se organizava geralmente em grandes unidades co-residenciais, que recrutavam seus membros por meio de regras de exogamia e de residência pós-matrimonial. A rede de relações de parentesco estendia-se assim para além dos grupos locais. Os líderes podiam organizar a guerra, redistribuir o alimento e outros bens e ajudar a resolver os conflitos pela manipulação do consenso. Não dispunham, todavia, de qualquer aparato institucionalizado para aplicarem sanções. As relações entre os seres humanos e os não-humanos, tais como estavam codificadas no mito, eram conceituadas como relações entre vários tipos de forças, as quais eram manipuladas pelos xamãs, que estabeleciam contato com o sobrenatural mediante o uso de alucinógenos. Com a chegada dos europeus, os povos da floresta tropical ficaram sujeitos ao extermínio pela doença, pelas expedições para obtenção de escravos, pela apropriação dos excedentes produzidos e pelo genocídio puro e simples. É portanto provável que no ano de 1400 seu número fosse consideravelmente mais elevado do que nas épocas históricas.

Havia conexões aparentemente importantes entre os povos da floresta tropical e os dos Andes. A floresta tropical era provavelmente a fonte de inúmeros produtos agrícolas cultivados com grande sucesso na árida costa do Pacífico, tais como a batata-doce, a mandioca e o amendoim. Ao longo de toda a história andina, produtos das encostas

orientais como a coca, penas e plumas, peles de onça, venenos usados para matar peixes e remédios eram trocados por produtos e peças de artesanato das regiões montanhosas. Os incas, no entanto, não conseguiram subjugar os povos da floresta tropical. Uma guerra contra os jívaro caçadores de cabeça, cujas terras eram ricas em ouro de aluvião, fracassou. Do mesmo modo, os esforços dos incas no sentido de avançar para o sudeste, em direção às planícies, foram detidos na região ocupada pelos mosetenes.

Ao sul dos Andes centrais, os padrões culturais das regiões montanhosas haviam sido levados para o cinturão do Chile e da Argentina setentrional, inicialmente na época de Tiahuanaco e mais tarde sob o Império Inca. A criação e o pastoreio de lhamas tornaram-se extensos naquela região, mas os produtos agrícolas também eram cultivados em terraços e por meio da irrigação. Os *atacameños* eram conhecidos por seu comércio, que alcançava localidades remotas e por meio do qual os produtos do litoral, tais como peixes e sal, eram trocados por *commodities* das regiões montanhosas, a exemplo da lã de lhama e do tabaco. Os diaguitas eram renomados por sua metalurgia. No entanto, o que os incas procuravam em sua expansão no território diaguita, bem como em terras dos picunches, mais ao sul, eram os metais preciosos – ouro, prata e cobre. Os incas também incorporaram ao seu império os picunches, de fala araucana, mas os mapuches e os huilliches, igualmente de fala araucana, situados mais ao sul, revelaram-se inconquistáveis. Esses povos, que cultivavam batatas e criavam lhamas, organizavam-se em linhagens localizadas, autônomas, frouxamente confederadas em torno de cabos-de-guerra. Nas úmidas florestas de cedro e faia ao sul do rio Bío-Bío, os padrões ecológicos e políticos dos Andes depararam com seu limite meridional, e as tentativas incas no sentido de penetrar mais adiante fracassaram.

Mesoamérica

Na Mesoamérica (ou América Central), nosso observador teria encontrado no ano de 1400 um cenário de fragmentação política ainda maior do que aquele com que depararia na área andina daquela época. Teotihuacán, centro de grande importância no Vale do México, tinha estabelecido, no primeiro século de nossa era, sua hegemonia sobre vastas regiões, chegando pelo menos até Kaminaljuyu, ao sul, próximo da atual Cidade de Guatemala, e a Tikal, no coração da região do Petén, coberta de florestas. Em seu apogeu, a cidade de Teotihuacán concentrava uma população de cerca de 150 mil a 200 mil pessoas, quase despovoando as áreas circundantes. A tecnologia agrícola que a sustentava incluía provavelmente a irrigação por meio de canais e a drenagem intensiva das margens dos lagos. A cidade controlava grandes minas de obsidiana e continha inúmeras oficinas que produziam artefatos dessa pedra. No entanto, por volta do ano 700 o vasto sistema teotihuacano se havia desintegrado.



Mural do Templo dos Guerreiros, Chichén Itzá, Yucatán, ca. 1200 d. C., que retrata guerreiros em barcos, aldeões entregues a suas tarefas cotidianas e um ofertório (no alto, à direita) (cortesia do American Museum of Natural History, Nova York).

Os motivos desse colapso não são bem entendidos. É provável que os mecanismos religiosos e políticos de controle da população tenham fracassado na medida em que a produtividade agrícola atingiu um limite crítico de expansão. A partir de então, a população retornou em grande número às áreas rurais, estabelecendo-se em lugarejos próximos aos seus campos natais. Ao mesmo tempo, parece ter ocorrido um fracasso substancial no sistema de comércio. Isso é sugerido pelo movimento de bandos aguerridos que se deslocavam para o norte, em direção às minas de turquesa, e para o sul, em direção às terras das plumas preciosas, do ouro e das sementes de cacau, então o principal meio de troca monetária.

A queda de Teotihuacán trouxe em sua esteira o declínio das cidades maias situadas nas florestas tropicais do Petén. Talvez elas também tenham encontrado algum limite crítico na expansão de sua agricultura, praticada em campos drenados. É provável que tenha havido nelas uma superconcentração de população urbana ou, como sugeriu Rathje, os produtores de obsidiana e de basalto, na periferia da área maia, talvez não desejassem mais fornecer esses minérios, de que os centros maias não dispunham, em troca de indulgências religiosas. Em vez disso, eles podem ter tentado assumir as redes de troca que envolviam mercadorias preciosas.

Após a queda de Teotihuacán, várias elites belicosas, que ostentavam diferentes símbolos de legitimidade política, se apropriaram do patrimônio da cidade. Esses sucessores contestaram os espólios uns dos outros e se espalharam em várias direções, em busca de novos horizontes. Durante um breve período o centro de gravidade no coração da Mesoamérica direcionou-se para o norte, ao que tudo indica para Tula, em Hidalgo, fora do Vale do México. Tula tornou-se a capital de um domínio tolteca, menos um “império” integrado do que um epicentro de grupos de guerreiros, mercadores, agricultores e sacerdotes que empregavam o nome e os símbolos toltecas como alvarás para a conquista e a colonização. Alguns grupos migravam mais para o norte, expandindo o cultivo naquela zona árida situada ao norte do planalto mexicano. Os colonizadores toltecas, em busca de turquesas, pedra-ume, sal, incenso e cobre, teriam chegado até mesmo ao atual Sudoeste dos Estados Unidos.

Outros grupos foram para o sul a fim de conquistar a Nicarágua, as regiões montanhosas da Guatemala e o Yucatán. No Yucatán, um bando guerreiro formado por putún de fala chontal, originário da planície de Tabasco, assumiu o controle no século XII, estabelecendo uma capital em Chichén Itzá. Essa ação teria sido uma tentativa de dominar o comércio que transportava sal, tecidos de algodão, mel, cacau, ouro, jade e obsidiana da América central. Esses putún parecem ter-se aliado aos toltecas das regiões montanhosas em Tula. Quando Tula declinou, após o ano de 1200, Chichén Itzá, controlada pelos putún, também entrou em decadência. Um grupo putún separou-se e deslocou-se para um novo centro, em Mayapán, até que essa cidade também entrou em declínio em meados do século XV e deu lugar a uma multiplicidade de pequenos Estados belicosos.

No Vale do México, coração da Mesoamérica, nosso visitante de 1400 teria testemunhado conflitos e disputas entre cinco diferentes cidades-Estado, cada qual dominada por uma elite governante independente. Uma dessas cidades-Estado, Azcapotzalco, governada por um grupo de tepanec, de fala otomí, estava indubitavelmente adquirindo poder. É improvável, porém, que alguém pudesse ter previsto naquela época a destruição dessa cidade, apenas trinta anos mais tarde, pela mão dos astecas (ou, como eles se denominavam mais apropriadamente, colhua-mexica), então um mero bando de mercenários a serviço dos tepanec.

América do Norte

Duas correntes de influência mesoamericana se direcionaram para a América do Norte após o ano 1000. Uma delas teria sido levada para o árido sudoeste pelos colonizadores e comerciantes “toltecas”. Lá os recém-chegados influenciaram os hohokam, que viviam em regiões agrícolas irrigadas na bacia do rio Gila, bem como os anasazi

do platô do Colorado, conhecidos por seus grandes complexos habitacionais e que se apoiavam no cultivo intenso, por meio da irrigação e da agricultura em terraços. A maior parte da arte cerimonial, característica do Sudoeste, deriva do final do período tolteca (cerca de 1300 da nossa era) e parece ser uma fusão do culto mesoamericano do deus da chuva com tradições religiosas locais (Kelley, 1966: 107-108). Logo depois, entretanto, as fronteiras da vida sedentária contraíram-se nitidamente, à medida que a aridez cada vez maior e a guerra dificultavam a ocupação das áreas agrícolas marginais.

O âmbito da influência mesoamericana no Noroeste, em direção ao deserto, teve paralelo em um direcionamento para o nordeste, nas regiões quentes e úmidas cobertas por florestas e nas enseadas ribeirinhas situadas próximo da confluência dos rios Mississípi, Missouri e Ohio. A cultura daí resultante é conhecida como Mississípiana. Em contraste com o árido Oeste, onde a trajetória da influência mesoamericana hoje pode ser reconstituída, continua a ser desconhecida a via pela qual os protótipos dos padrões de povoamento, a arquitetura e os estilos de arte cerimonial chegaram até o litoral do Mississípi. As grandes plataformas de terra, dispostas em torno de praças e sobre as quais se elevavam templos, residências da elite e outras construções, mostram um relacionamento genérico com características encontradas no México, bem como as surpreendentes representações artísticas – olhos lacrimejantes ou com asas, mãos humanas com olhos ou cruzeiros nelas desenhados, crânios humanos e compridos ossos – associados ao chamado “culto meridional”. Paralelos precisos, entretanto, somente ocorrem em técnicas empregadas na cerâmica e em mutilações de dentes. O contato com os mercadores da Mesoamérica que percorriam longas distâncias, como os pochteca astecas, foi sugerido como uma explicação para essas características semelhantes, mas não se sabe o que esses mercadores estariam procurando nas florestas do Leste.

A cultura do Mississípi substituiu um complexo cultural mais antigo, conhecido como o Montículo Tumular. Esse nome se deve ao hábito de enterrar os mortos sob montículos, juntamente com objetos tumulares elaborados, que indicavam *status* elevado, encontrados em regiões tão distantes umas das outras quanto Wyoming e a Costa Leste. Tais objetos denotam a presença de um estrato de elevada hierarquia, que se comunicava através de áreas extensas por meio de um sistema comum de símbolos. Apesar dessa interação de longo alcance, os sistemas locais de alimentação eram altamente variáveis, incluindo a fauna e a flora selvagem e cultivares locais (por exemplo, o girassol), bem como o milho.

Já os Mississípianos apoiavam-se grandemente no cultivo do milho, da abóbora e do feijão. Essa base de subsistência sustentava um padrão de povoamento que compreendia grandes cidades com praças e montículos com templos, as quais eram rodeadas por cidades menores com montículos; estas, por sua vez, eram circundadas

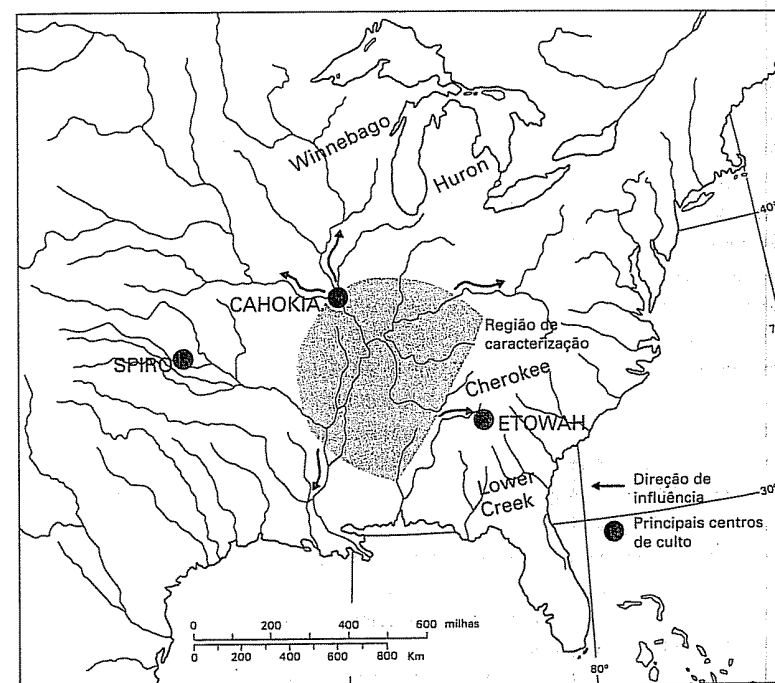
por aldeias desprovidas de montículos. Colônias de Mississípianos deslocaram-se do centro em torno de Cahokia, nas proximidades da moderna St. Louis, chegando a lugares tão distantes quanto Wisconsin e Geórgia. Essa migração levou consigo o culto meridional mais antigo, marcado pelo suntuoso tratamento dispensado aos defuntos, mas dava especial ênfase às proezas guerreiras. O culto pode ter exercido importantes funções políticas. O montículo Spiro, em Oklahoma, um de seus principais sítios arqueológicos, parece ter sido “um centro do qual os descendentes politicamente significativos dos mortos que se honrava retiravam seu poder ideológico” (Brown, 1975: 15). A matéria-prima dessa arte mortuária, como o cobre e as conchas, provinha de um amplo arco que se estendia do norte do Lago Superior aos baixios da Flórida.

Disseminando-se centrifugamente a partir do vale do Mississípi central, os Mississípianos entraram em contato com culturas do tipo Montículo Tumular e as afetaram. Quando o seu poder declinou, após 1300, quem sabe devido à intensificação das guerras, aquelas culturas regionais voltaram a surgir. Elas antecederam vários grupos que vieram a estabelecer contato com os europeus: os iroqueses, nas cabeceiras do Ohio; os cherokee, nos Apalaches meridionais; os natchez, no baixo Mississípi; os pawnee, os mandan e outros “índios de aldeias”, no Missouri, que combinavam o cultivo centrado em aldeias com caçadas anuais ao bisão, praticadas durante o verão. Os iroqueses e os “índios de aldeias” se tornariam destacados participantes do comércio de peles (Cap. 6), e os cherokee seriam deslocados ao desenvolver-se o Sul algodoeiro (Cap. 9). Os natchez, entretanto, não deixariam rastro. Seu complexo sistema de estratificação, que compreendia uma linhagem real de “Sóis” dispostos em torno de uma Grande Aldeia, duas linhagens colaterais hierárquicas, compostas de nobres, e uma categoria de plebeus denominada “os malcheirosos”, parece ter sido o resultado do contato entre os Mississípianos e uma tradição anterior, semelhante à do golfo do Caribe. Os franceses dizimariam os natchez no século XVIII, vendendo muitos deles como escravos nas Índias Ocidentais; os remanescentes juntaram-se aos creek e aos cherokee. Mas eles sobreviveriam na imaginação européia por meio de *Atala*, o fantasista romance de Chateaubriand.

Nosso viajante do ano de 1400 teria assim testemunhado uma grande fragmentação política nas duas áreas de “alto contorno” das Américas, bem como guerras desenfreadas entre as nações que circundavam as zonas de influência andina e mesoamericana. Para além do cinturão de pequenos Estados e federações que se dedicavam à guerra, adjacentes às duas áreas primordiais, havia ainda outras zonas de ocupação horticultural nas florestas tropicais da América do Sul e nas regiões cobertas de florestas do Nordeste da América do Norte.

Quando os agricultores que praticavam queimadas se expandiram naquelas zonas, eles se impuseram aos caçadores e coletores, que se refugiaram em áreas mar-

ginais. Os coletores de alimentos variavam grandemente quanto ao uso de recursos disponíveis nesses meio ambientes. Ao longo do litoral de ambas as Américas, grupos como os caçadores do cinturão circumpolar do Ártico, os pescadores e caçadores de mamíferos do mar, no litoral do Pacífico da América do Norte, e os coletores de moluscos do arquipélago chileno exploraram os recursos marítimos. Nas montanhas e estepes não utilizadas pelos agricultores, outros grupos se dedicavam à caça e à coleta de plantas selvagens, assim como os caçadores da floresta boreal do norte, os coletores de bolotas e sementes da América árida, desde as regiões montanhosas da Califórnia até a fronteira mesoamericana, e os caçadores de guanaco e ema do Chaco e do pampa sul-americanos. Expandindo-se algumas vezes em zonas cultiváveis, onde desafiaram os agricultores, como ocorreu na América árida após a queda de Teotihuacán, algumas vezes explorando zonas não favoráveis ao cultivo por meio das técnicas agrícolas então disponíveis, eles se mantiveram nesses habitats até a chegada dos europeus.



A expansão Mississípiana.

* * *

Em todos os lugares, nesse mundo de 1400, as populações existiam interligadas. Grupos que se autodefiniam como culturalmente distintos eram ligados por parentesco ou lealdade cerimonial; os Estados se expandiam, incorporando outros povos a estruturas políticas mais abrangentes; grupos de elite sucediam uns aos outros, apoderando-se do controle das populações agrícolas e estabelecendo novas ordens políticas e simbólicas. O comércio estruturava redes que iam do leste da Ásia ao Levante, cruzavam o Saara, partiam da África Oriental, atravessavam o oceano Índico e chegavam ao arquipélago do Sudeste Asiático. A conquista, a incorporação, a recombinação e o comércio também marcaram o Novo Mundo. Em ambos os hemisférios os povos se impuseram uns aos outros por meio de fronteiras sociais permeáveis, criando entidades sociais e culturais entrelaçadas e variadas graduações que interagiam mutuamente. Se havia sociedades isoladas, elas não passavam de fenômenos temporários – por exemplo, um grupo empurrado para a borda de uma zona de interação e abandonado a si mesmo por um breve período. Assim, o modelo do cientista social, de sistemas distintos e separados e de um presente etnográfico marcado por um “pré-contato” do qual o tempo está ausente, não descreve adequadamente a situação anterior à expansão europeia e pode abranger ainda menos o sistema universal de ligações que seriam criadas por tal expansão.

Ao seguir nosso viajante em sua viagem, ainda não o levamos à Europa, que então estava a ponto de promover sua grande expansão nas terras ultramarinas. Durante muito tempo a Europa pouco contou nos negócios do mundo mais amplo; para os árabes, ela era “a terra dos francos, situada nos mares ocidentais”. Os portugueses, primeiros europeus a chegarem à Ásia, ficaram conhecidos como *feringhi* na Malásia e *fo-lang-ki* na China. Somente aos poucos os chineses aprenderam a distinguir os portugueses dos jesuítas da “*I-ta-li*”, que se estabeleceram na Macau portuguesa, e os holandeses (*Ho-lan*) dos ingleses. Do outro lado do mundo, o governante asteca, intrigado, ficaria a imaginar se os espanhóis que chegavam eram deuses ou homens, embora um líder guerreiro *tlaxcalteca* dotado de mentalidade empírica resolvesse o problema mantendo um prisioneiro debaixo da água até ele morrer como qualquer outro mortal. No Pacífico os europeus que ali aportaram passaram a ser conhecidos como *cookies*, numa referência ao capitão Cook. A rapidez e a intensidade com que esses “bárbaros do exterior, de cabelos ruivos e nariz empinado” se impuseram em diferentes regiões do mundo exige que lancemos um olhar especial sobre a Europa. É o que faremos no Capítulo 4.

MODOS DE PRODUÇÃO

Em nosso estudo sobre o mundo em 1400, deixamos nosso viajante imaginário perambular pelos povos de quatro continentes. Esboçamos os diferentes sistemas sociais e os variados critérios culturais com que a Europa haveria de se deparar mais tarde, durante a sua expansão. No intuito de apreender as características estratégicas dessa variabilidade, tanto no plano analítico como no plano descritivo, vamos empregar o conceito marxiano de “modo de produção”. Discutiremos em primeiro lugar as premissas do conceito e, em seguida, delinearemos os modos que nos permitirão assinalar os processos fundamentais que atuaram na interação dos europeus com a maioria dos povos do universo.

Produção e Labor Social

Ao formular o conceito de modo de produção, Marx começou por duas abordagens axiomáticas da condição humana. Ambas também constituem axiomas da moderna antropologia. A primeira vê a espécie *Homo sapiens* como parte da natureza; a segunda define *Homo* como uma espécie social, estando seus membros, enquanto indivíduos, sempre ligados a outros em relacionamentos sociais. A espécie humana é um produto de processos naturais e, ao mesmo tempo, a espécie é naturalmente social.

A espécie humana não é, entretanto, meramente um produto passivo de processos naturais; ao longo da evolução, ela também adquiriu a capacidade de transformar a natureza tendo em vista seu uso pelo homem. Se a humanidade está para a natureza

assim como a parte está para o todo, então essa parte desenvolveu a capacidade de se opor ao todo que a inclui ou, como disse Marx, o homem “confronta o material da natureza como uma das forças dela [...] Ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo sua própria natureza” (cit. em Schmidt, 1971: 77-87). Essa relação ativa com as espécies da natureza, ao mesmo tempo que se enraíza em características biológicas, é efetuada por meios exossomáticos de tecnologia, organização e idéias. O homem enfrenta a natureza por meio daquilo que hoje denominaríamos cultura.

O segundo axioma de Marx enfatiza a sociabilidade da natureza humana. O ser humano existe em pluralidades organizadas. Além do mais, o modo como elas são socialmente organizadas governa o modo como elas confrontam e transformam a natureza; esta, assim transformada, afeta por sua vez a arquitetura dos laços sociais. Nas palavras de Marx, “a relação restrita dos homens com a natureza determina sua mútua relação restrita; essa mútua relação restrita determina a relação restrita dos homens com a natureza” (cit. em Colletti, 1973: 228).

Existe acaso um conceito que nos permita apreender essa complexa conexão entre uma humanidade socialmente inter-relacionada e a natureza? Marx encontrou esse conceito em sua concepção relativa ao labor. A humanidade adapta-se à natureza e a transforma para seu próprio uso pelo labor. Assim, “o processo do labor [...] é a condição geral para o metabolismo entre os homens e a natureza; é a condição da existência humana, condição essa duradoura e imposta pela natureza” (cit. em Schmidt, 1971: 136). O labor é sempre social, já que é sempre mobilizado e disposto por uma pluralidade social organizada. Marx estabeleceu, portanto, uma distinção entre o labor e o trabalho. O trabalho representa as atividades dos indivíduos, a sós ou em grupo, usando energia para produzir energia. No entanto o labor e os processos do labor constituíam para ele um fenômeno social, desempenhado por seres humanos ligados uns aos outros na sociedade.

Esse conceito de labor como processo social, levado adiante por uma pluralidade organizada, não poderia ser imaginado enquanto diferentes espécies de trabalho – a agricultura, a fição, o ato de orar – fossem consideradas qualitativamente diferentes. Apenas quando diferentes espécies de trabalho pudessem ser subordinadas ao denominador comum do dinheiro é que o “labor-em-geral” se tornaria concebível. Marx deu crédito a Adam Smith por ter sido o primeiro a formular esse conceito, notando que esse “imenso passo adiante” ocorreu precisamente quando diferentes tipos de labor se tornaram intercambiáveis (Gr., 1973: 104), isto é, após o advento do capitalismo. A utilidade do conceito transcende, porém, suas origens históricas particulares. Uma vez que se possa falar sobre o labor-em-geral, pode-se começar a visualizar como qualquer sociedade humana organizada ativa esse processo e compartilhar seus produtos.

Entender como os seres humanos transformam a natureza para uso próprio é algo que não cessa com a descrição e análise da interação tecnoambiental. O trabalhador, o produtor direto, jamais é um Robinson Crusoe isolado, mas alguém que mantém um relacionamento com outros, na qualidade de parente, servo, escravo ou assalariado. Do mesmo modo, os controladores do labor social não devem ser concebidos como técnicos que conduzem as operações técnicas do trabalho. Eles são designados para suas posições pelo sistema de dispor o labor social, o que os coloca no papel de parente mais velho, chefe, senhor feudal ou capitalista. É essa concepção de mobilização social, designação e alocação do labor que nos permite compreender como a transformação técnica da natureza se conjuga com a organização da sociabilidade humana.

Marx adotou o termo *produção* para esse complexo conjunto de relações mutuamente dependentes entre a natureza, o trabalho, o labor social e a organização social. É nesse sentido que empregaremos o termo no presente trabalho. Como o uso moderno o restringe com frequência à tecnologia, é importante estarmos conscientes dos antecedentes que evocaram esse termo. O conceito de produção foi empregado por Marx a fim de contrastar sua perspectiva com o conceito de *Geist* (“Espírito”), elaborado por Hegel. Ele contém, portanto, implicações do confronto de Marx com o idealismo hegeliano. Para Hegel, as várias transformações humanas da natureza representavam sucessivas concretizações do Espírito ou da Mente (“modelos” e “modelos para”). O emprego do termo *produção* por Marx contrasta igualmente com o materialismo contemplativo de Feuerbach. Este último havia criticado Hegel por tratar o pensamento mais como algo transcendental do que como um atributo da espécie humana. No entanto, não levou em conta nem a sociabilidade humana nem o confronto do ser humano com a natureza. Marx, ao contrário, enfatizou a atividade da humanidade socialmente organizada em um duplo sentido – ativa ao modificar a natureza, ao criar e recriar os laços sociais que efetuem a transformação do meio ambiente. O termo *produção* exprimia para ele seu envolvimento ativo com a natureza e a concomitante “reprodução” dos laços sociais.

É importante notar também que o conceito de Marx quanto à produção incorpora sua insistência no fato de que a espécie humana produz com a mão e a cabeça. Em contraste com outros animais, os seres humanos conceituam e planejam o processo do labor. O labor pressupõe, portanto, a intencionalidade e, por conseguinte, a informação e o significado. Assim como o labor é sempre labor social, a informação e o significado são sempre sociais. Como disse Marx, o pensamento não baixa do alto para o mundo real: o pensamento e a linguagem “apenas constituem manifestações da vida real” (cit. em Colletti, 1973: 225). O labor social, efetuado com a mão e a cabeça, é empregado para enfrentar a natureza; o emprego do labor social, por sua vez, reproduz os laços ideativos da sociabilidade humana.

Modos de Produção

A noção de labor social torna assim possível conceituar os principais meios pelos quais os seres humanos organizam sua produção. Cada um desses meios principais constitui um modo de produção, um conjunto específico de relações sociais que ocorrem historicamente e pelas quais o labor é usado para extrair energia da natureza por meio de instrumentos, destreza, organização e conhecimento.

Quais são os modos de efetuar o labor social? O próprio Marx referiu-se a inúmeros e diferentes modos: um modo original, primitivo, comunitário, concebido a partir do modelo de comunismo primitivo elaborado por Morgan; o modo escravista da Antiguidade européia clássica; um modo germânico, supostamente característico dos povos germânicos em suas primeiras migrações; um modo eslavônico, que, segundo se diz, distinguia os antigos eslavos; um modo camponês; um modo feudal; um modo asiático; um modo capitalista. Nem todos eles se baseiam em critérios equivalentes. Alguns talvez jamais tenham constituído modos primordiais por si sós, mas foram apenas modos acessórios ou suplementares; outros representam extrapolações de interpretações históricas que agora se decreta terem sido errôneas.

Tendo em vista os objetivos deste livro, é irrelevante saber se Marx estava certo ou errado, se deveria ter postulado dois, oito ou quinze modos de produção ou se outros modos deveriam ser substituídos pelos que ele sugeriu. A utilidade do conceito não está na *classificação*, mas em sua capacidade de sublinhar os relacionamentos estratégicos envolvidos na destinação do labor social por pluralidades humanas organizadas. Como queremos lidar com a difusão do modo capitalista e seu impacto sobre as regiões do mundo onde o labor social era alocado diferentemente, elaboraremos apenas os modos que nos permitem mostrar esse encontro da maneira mais parcimoniosa possível. Com esse objetivo em vista, definiremos apenas três modos: um capitalista, um tributário e um modo ordenado segundo o parentesco. Aqui não se pretende de modo algum que essa trindade esgota todas as possibilidades. Para outros problemas e questões, talvez possa ser útil elaborar outros modos que recorram a maiores distinções ou agrupar diferentemente as distinções aqui estabelecidas.

Não existe também qualquer intenção, no presente contexto, de afirmar que esses três modos representam uma seqüência evolucionista. Embora exploremos certas relações históricas entre os modos, uma das principais argumentações deste livro é o fato de a maior parte das sociedades estudadas pelos antropólogos serem conseqüência da expansão da Europa, e não antigos precipitados* de estágios evolucionistas

* O precipitado, em química, é um sólido que se forma e se deposita no seio de uma solução líquida (N. da T.)

passados. Essa posição amplia as advertências, já feitas por outros escritores, relativas àquela comparação, desprovida de crítica, dos bandos, tribos ou chefias descritos pelos observadores desde 1400 com as sociedades existentes antes da expansão européia e até mesmo antes do surgimento do Estado (Service, 1968: 167; Fried, 1966, 1975). Fried afirmou resolutamente que a “tribo” é “um fenômeno sociopolítico secundário, ocasionado pela intercessão de sociedades ordenadas com maior complexidade, sobretudo os Estados” (1975: 14). Acredito que todas as sociedades humanas de que temos registros são “secundárias” e até mesmo, com freqüência, terciárias, quaternárias ou centenárias. A mudança cultural ou a evolução cultural não opera em sociedades isoladas, mas sempre em sistemas interligados nos quais as sociedades se relacionam de várias maneiras, dentro de “campos sociais” mais amplos. Uma das utilidades do conceito de modo de produção está precisamente no fato de nos permitir visualizar relacionamentos intersistêmicos e intra-sistêmicos. Empregaremos esse conceito para revelar a maneira cambiante pela qual um modo, o capitalismo, interagiu com outros modos para chegar à sua presente dominação. Desse processo os iroqueses, achântis, tâmeis e chineses são tão participantes quanto os barbadianos, os naturais da Nova Inglaterra e os poloneses. O processo ligava vítimas e beneficiários, adversários e colaboradores.

Os três modos que empregamos não devem ser encarados como esquemas para sociedades compartimentadas. Os dois conceitos – modo de produção e sociedade – dizem respeito a diferentes níveis de abstração. O conceito de sociedade tem seu ponto de partida nas interações, reais ou imputadas, entre as pessoas. O conceito de modo de produção objetiva revelar os relacionamentos político-econômicos que fundamentam, orientam e restringem a interação. Esses relacionamentos-chave podem caracterizar apenas parte da gama total de interações em uma sociedade, podem abranger toda a sociedade ou podem transcender determinados sistemas de interação social historicamente constituídos. Usado comparativamente, o conceito de modo de produção chama a atenção para as principais variações dos arranjos políticos-econômicos e nos permite visualizar seus efeitos. O uso do conceito nos capacita, acima de tudo, a indagar o que acontece nos encontros de sistemas de interação diferentemente constituídos – sociedades – se referidos a diferentes modos de produção.

Iniciaremos nossa exposição pelo modo capitalista, apesar de ele ter-se desenvolvido mais tarde do que os outros, ao longo do século XVIII. Foi ao analisar esse modo que Marx desenvolveu os seus conceitos gerais, e nós compartilamos sua convicção de que uma compreensão da maneira como este modo opera fornece a chave para a compreensão dos outros modos.

O Modo Capitalista

Marx passou a maior parte de sua vida analisando o modo capitalista de produção. É claro que agiu assim para entendê-lo de tal modo que pudesse ajudar a lhe pôr um fim. De acordo com Marx, quais seriam suas características preponderantes?

Para ele, o modo capitalista passou a existir quando a riqueza monetária teve a capacidade de comprar a força de trabalho. Essa capacidade não é um atributo inerente da riqueza enquanto tal; ela se desenvolve historicamente e requer a instalação de certos pré-requisitos. A força de trabalho não é em si uma *commodity* criada com o intuito de ser posta à venda em um mercado. É um atributo dos seres humanos, uma capacidade do *Homo sapiens*. Enquanto as pessoas puderem apropriar-se dos meios de produção (instrumentos, recursos, terra) e usá-los para prover o seu próprio sustento, sob quaisquer arranjos sociais, não existe um motivo forçoso que as leve a vender sua capacidade de trabalho a alguém. Para que a força de trabalho seja posta à venda, o laço entre produtores e os meios de produção tem que ser rompido para sempre. Em consequência, os detentores da riqueza precisam ter a capacidade de adquirir os meios de produção e, exceto em seus próprios termos, negar acesso a todos os que desejem operá-los. Por outro lado, as pessoas a quem é negado o acesso aos meios de produção devem procurar os que agora controlam tais meios e fazer um acordo para que tenham a permissão de operá-los. Em troca, recebem salários que lhes permitirão pagar aquilo de que necessitam para sustentar-se.

Com efeito, no modo capitalista a produção determina a distribuição. Os que detêm os meios de produção também podem deter as *commodities* produzidas. Os que produzem as *commodities* precisam comprá-las dos proprietários dos meios de produção. Os meios de produção, por sua vez, circulam unicamente entre os que dispõem de capital para adquiri-los. Os desprovidos de capital e que precisam vender sua força de trabalho também não possuem os meios de produção. Portanto, a maneira pela qual o modo capitalista de produção consigna o labor social à transformação da natureza também governa o modo segundo o qual os recursos usados e obtidos são distribuídos entre os produtores e os não-produtores. Os recursos, incluindo a renda, não são, como escreveu recentemente um antropólogo de orientação ecológica (Love, 1977: 32), a analogia humana do modo como os organismos biológicos se apropriam da energia. Entre as pessoas e os recursos se interpõem relacionamentos estratégicos que governam o modo de alocar o labor social à natureza.

Os detentores da riqueza que agora possuem os meios de produção não teriam, entretanto, motivos para contratar trabalhadores se produzissem apenas o suficiente para cobrir os custos de seus salários. Durante um dia de trabalho, os trabalhadores produzem de fato mais do que o custo de seus salários; produzem um excedente. Tal

excedente, sob as condições do modo capitalista, pertencem ao detentor da riqueza, o capitalista, cujos meios de produção os trabalhadores operam. Quanto maior esse excedente, maior a taxa do lucro obtido pelo capitalista, quando ele o mede em comparação com seu dispêndio em fábricas, recursos e força de trabalho.

Existem duas maneiras pelas quais os capitalistas podem aumentar esse excedente. Uma delas é manter os salários baixos ou reduzi-los aos níveis mais baixos do que é biológica ou socialmente possível. O outro modo é elevar o nível do excedente produzido acima e além da quantia que tem de ser paga para a mão-de-obra, e isso se faz elevando a produção dos trabalhadores durante um determinado período de trabalho. Esse aumento de produtividade requer melhorias quanto à tecnologia e organização da produção. Tais imperativos resultam em pressões implacáveis, incitando os capitalistas a um acúmulo cada vez maior de capital e a uma renovação da tecnologia. Quanto maior o capital sob seu controle, maior sua capacidade de elevar a produtividade tecnológica e, em consequência, maior sua capacidade de acumular um excedente adicional a fim de expandir ainda mais a produção, bem como vender mais barato do que os concorrentes que deixam de investir em novas tecnologias e tentam enfrentar a competição colocando ônus ainda maiores nas costas de seus trabalhadores.

O modo capitalista apresenta, assim, três características interligadas. Em primeiro lugar, os capitalistas detêm o controle dos meios de produção. Em segundo lugar, nega-se aos trabalhadores o acesso independente aos meios de produção e eles precisam vender sua força de trabalho aos capitalistas. Em terceiro lugar, a maximização do excedente produzido pelos trabalhadores com os meios de produção detidos pelos capitalistas acarreta "um incessante acúmulo, acompanhado por mudanças nos métodos de produção" (Sweezy, 1942: 94; Mandel, 1978: 103-107).

Essas características, entretanto, precisam ser compreendidas não apenas sincronicamente, mas historicamente, como facetas em desenvolvimento de um modo que teve origens determinadas e que se desenvolve ao longo do tempo. A questão é fundamental. A riqueza, nas mãos dos que a detêm, não é capital até que ela controle os meios de produção, compre a força de trabalho e a ponha para funcionar, expandindo continuamente os excedentes ao intensificar a produtividade por meio de uma curva sempre crescente de recursos tecnológicos. Tendo em vista essa finalidade, o capitalismo precisa apoderar-se da produção, invadir o processo produtivo e alterar incessantemente as próprias condições da produção. Enquanto a riqueza permanecer como algo externo ao processo de produção, simplesmente explorando superficialmente os produtos dos produtores básicos e lucrando ao vendê-los, essa riqueza *não* é capital. Pode ser riqueza obtida e açambarcada por suseranos ou mercadores, mas ainda não ingressou naquilo que Marx denominou "a via realmente revolucionária" de apropriação e transformação dos próprios meios de produção (Cap. III, 1967: 334).

Somente quando a riqueza se assenhoreou das condições de produção segundo maneiras especificadas poderemos falar da existência ou do predomínio de um modo capitalista. Não existe, portanto, algo como um capitalismo mercantil ou mercante. Existe apenas riqueza mercantil. O capitalismo, para ser capitalismo, precisa ser capitalismo-na-produção.

O modo capitalista de produção, assim concebido, baseia-se necessariamente numa divisão de classes. Ele inicia uma divisão entre segmentos da população que produzem excedentes e segmentos da população que controlam os meios de produção, recriando continuamente essa diferenciação. Ao mesmo tempo, ele diferencia cada classe internamente. Na corrida por maior produtividade, os detentores dos meios de produção se diferenciam. São vitoriosos e perdedores. No movimento contínuo entre a gênese de novas fontes de produção de excedentes e de uma recessão renovada, a força de trabalho se vê às voltas com o pleno emprego, o subemprego e o desemprego. Na verdade, os dois processos de diferenciação estão ligados, na medida em que os acionistas que controlam o capital são continuamente impelidos a procurar novas fontes de mão-de-obra dócil e barata ou então a substituir mão-de-obra dispendiosa ou intratável por máquinas.

O crescimento desse capitalismo-na-produção é um processo histórico, desenvolvimentista, tendo sua origem em certas regiões da península europeia. De lá expandiu-se para envolver regiões situadas além da Europa. Ele cresceu graças à sua capacidade interna de reproduzir-se em escala cada vez mais ampla; cresceu também ao estabelecer arranjos funcionais com outros modos, sugando a riqueza e as pessoas e transformando-as em capital e força de trabalho. Assim, o modo capitalista sempre exibiu um caráter dual: uma capacidade de desenvolver-se internamente e de ampliar-se, implantando seu nexos estratégico de relações na face do globo, além de uma capacidade de estabelecer relações temporárias e mutáveis de simbiose e competição com outros modos. Essas relações com outros modos constituem parte de sua história e desenvolvimento. Com efeito, conforme veremos, a dinâmica interna do modo capitalista pode predispor-lo à expansão externa e, em consequência, a intercâmbios com outros modos.

O Modo Tributário

No mundo de 1400, as principais regiões agrícolas percorridas por nosso viajante imaginário eram dominadas por Estados baseados na extração de excedentes dos produtores primários por parte dos governantes políticos ou militares. Tais Estados representam um modo de produção no qual o produtor primário, seja ele agricultor ou pastor, tem acesso facultado aos meios de produção, ao mesmo tempo que o tri-

buto é recolhido dele por meios políticos ou militares. Marx caracterizou assim os atributos fundamentais desse modo de produção:

Além do mais, é evidente que em todas as formas por meio das quais o trabalhador direto continua sendo o "possuidor" dos meios de produção e das condições de trabalho necessárias aos seus próprios meios de subsistência, a relação de propriedade deve aparecer simultaneamente como uma relação direta entre senhorio e servidão, de tal modo que o produtor direto não é livre; é uma ausência de liberdade que pode ser reduzida, passando da servidão, por meio do trabalho forçado, a um mero relacionamento tributário. O produtor direto, de acordo com o nosso pressuposto, encontra-se, nesse caso, na posse de seus próprios meios de produção, das necessárias condições materiais requeridas para a realização de seu trabalho e da produção de seus próprios meios de subsistência. Ele conduz independentemente sua atividade agrícola e as indústrias rurais caseiras ligadas a essa atividade [...] Nessas condições, o excedente produzido pela mão-de-obra para o proprietário nominal da terra só pode ser extorquido dos trabalhadores por outros meios que não a pressão econômica, qualquer que seja a forma assumida (cap. III, 1967: 790-791).

Em outras palavras, o labor social, sob essas condições, é mobilizado e consignado para a transformação da natureza basicamente por meio do exercício do poder e da dominação, por meio de um processo político. Em consequência, o exercício do labor social é, nesse modo, uma função do *locus* do poder político; ele se diferenciaria à medida que esse *locus* mudar de posição.

É possível conceber duas situações polarizadas: uma em que o poder está fortemente concentrado nas mãos de uma elite dirigente e que se situa no ápice do sistema de poder, e outra em que o poder é exercido em grande parte por senhores feudais ou suseranos e o governo, no ápice, é frágil e fraco. Essas duas situações definem um *continuum* de distribuições do poder.

Uma elite dirigente constituída por tomadores de excedentes, situada no ápice do sistema de poder, estará no auge de sua força quando controlar, primeiramente, alguns elementos estratégicos para o processo de produção, como por exemplo os recursos hidráulicos (Wittfogel, 1931), e, em segundo lugar, algum elemento estratégico de coerção, como um exército permanente com capacidade militar superior. Então os governantes terão meios de dispor de seus próprios coletores de tributos, sem necessidade de recorrer aos detentores do poder local. Conseguirão enfraquecer o controle exercido pelos suseranos locais em relação aos recursos e, portanto, em relação aos produtores primários de excedentes; tornarão assim os suseranos dependentes dos rendimentos auferidos pelos governantes. Se os governantes forem bem-sucedidos nesse sentido, eles também poderão induzir os suseranos locais a lutar entre si por posições privilegiadas no que se refere a fontes de renda. Esses governantes também terão a capacidade de diminuir o poder dos mercadores, não permitindo que tenham acesso aos produtores primários no campo e impedindo-os de financiar em seu proveito su-

seranos potencialmente rebeldes. Finalmente, um poder central forte será capaz de impor limites às organizações locais com origens populares, sejam elas corporações de ofício, patrimônios, ligas ou seitas religiosas. Ao mesmo tempo, um poder central forte freqüentemente encontra apoio em um campesinato produtor de excedentes, posto que os governantes supremos e os camponeses são ligados por um antagonismo comum contra os intermediários que detêm o poder e se apropriam dos excedentes.

Inversamente, o poder central será fraco e os detentores do poder local serão fortes quando os elementos estratégicos de produção, bem como os meios de coerção, estiverem nas mãos dos apropriadores locais de excedentes. Nessas condições, figuras locais podem interceptar o fluxo de tributos para o centro, fortalecendo seu domínio sobre a terra e sobre os que a trabalham e formando alianças locais ou regionais. Essas alianças locais, entretanto, estão freqüentemente direcionadas não só contra o centro mas também contra os membros de sua própria classe, com o resultado de que as lutas de facção se ramificarão em todo o campo, debilitando assim a sua posição de classe. As lutas de facção, por sua vez, poderão permitir que a elite situada no centro do poder sobreviva por meio de estratégias do tipo “dividir para reinar”. Paradoxalmente, as lutas intestinas de facções também enfraquecerão a posição dos produtores primários, pois na ausência de um controle central forte eles deverão procurar quem os proteja contra a inquietação e a predação.

Em termos amplos, as duas situações que descrevemos correspondem aos conceitos marxianos do “modo asiático de produção” e do “modo feudal de produção”. Eles costumam ser tratados como opostos duradouros e imutáveis. Costumava-se circunscrever um dos termos à Europa e o outro à Ásia. A exposição precedente deve deixar claro, porém, que estamos lidando mais com resultados variáveis de competição pelo poder entre classes de não-produtores que se encontram no topo. Na medida em que esses resultados variáveis se apóiam em mecanismos que exercem “uma pressão outra que não a econômica”, eles exibem uma semelhança familiar uns com os outros” (Vasiliev & Stuchevskii, 1967; Töpfer, 1967). Tal semelhança se esclarece melhor por um termo comum para designar esse modo – *modo tributário de produção* – empregado por Samir Amin (1973b).

A reificação do “feudalismo” como um modo de produção separado apenas converte um breve período da história da Europa em um exemplo típico, em comparação com o qual devem ser medidos todos os demais fenômenos “semelhantes ao feudalismo”. O conceito do modo de produção asiático, no qual a burocracia estatal centralizada domina comunidades aldeãs imutáveis, constituídas por camponeses desafortunados, padece do mesmo modo de uma leitura a-histórica e ideológica da história da Ásia. Há muito se costuma contrapor, no Ocidente, a liberdade ocidental ao despotismo oriental, quer isso tenha sido feito por Heródoto com referência às cidades-Estado

gregas em suas lutas com a Pérsia, quer por Montaigne e Voltaire, que contrapunham sociedades baseadas no contrato social a sociedades caracterizadas por multidões que se aviltavam sob um governo despótico. Nossa descrição deveria permitir-nos, na verdade, especificar as variáveis politicamente relevantes que distinguem uma situação tributária de outra. Assim a China, com um componente hidráulico fortemente concentrado, representa nitidamente um conjunto de relacionamentos tributários diferente dos da Índia, que se apoiava na irrigação dispersa por meio de “tanques”, ou do Irã, com sua irrigação por meio de poços e canais subterrâneos. Além do mais, os Estados “asiáticos” fortemente centralizados com freqüência se transformavam em oligopólios políticos que se assemelhavam ao feudalismo; controles mais feudais e dispersos por parte dos detentores do poder local levavam a um poder mais centralizado e concentrado ao longo do tempo. Reificar as fases fracas dos Estados sassânidas, bizantinos ou T’ang da China, crendo que elas fossem um modo de produção semelhante ao modo feudal, e acreditar que as fases fortes desses mesmos Estados constituíssem um modo asiático, é algo que, erroneamente, separa em dois diferentes modos de produção oscilações que se dão em um *continuum* de um único modo.

Se as variações em um modo tributário dependem da organização do poder em determinados Estados, o funcionamento desse modo é determinado pelo menos em parte pelo fato de esse Estado ser fraco ou forte em relação a outras nações. Mudanças de poder nos Estados do Norte da África e da Ásia central, do Leste e do Oeste, por exemplo, estiveram intimamente ligados à expansão política e militar, à contração das populações pastoris nômades e ao alargamento e estreitamento da transferência dos excedentes por meio do comércio por terra. Se é verdade que os modos não-capitalistas, dependentes de classes, utilizam “outros meios que não os econômicos” para a extração dos excedentes, segue-se que uma extração bem-sucedida de excedentes não pode ser entendida em termos de apenas uma sociedade isolada; é antes uma função da organização mútua do campo mais amplo do poder no qual se localiza determinada constelação tributária.

As sociedades históricas firmadas no modo tributário podem assim tender à centralização ou à fragmentação, ou oscilar entre esses pólos. Também exibem variações quanto ao modo como o tributo é coletado, como circula e como é distribuído. Somente nos casos mais raros, quando um apropriador de excedentes e seu séquito consomem todos os excedentes obtidos *in situ*, não existem papéis para processos mediante os quais os excedentes são postos em circulação, seja socialmente, seja geograficamente. Do mesmo modo, raros são os exemplos em que todos os excedentes são apropriados e canalizados para uma camada mais elevada e redistribuídos para uma camada inferior, pelos escalões de uma elite hierarquicamente organizada, sem a participação de intermediários comerciais ou de mercadores. O Império Inca andi-

no parece ter-se aproximado muito dessa forma, mas até mesmo nele havia algumas evidências quanto à operação de mercadores em áreas restritas do litoral do Peru e do Equador. Com muito maior frequência os excedentes são transferidos e trocados por meio de transações de intermediários comerciais.

Civilizações

Os campos sociais mais amplos constituídos pela interação política e comercial de sociedades tributárias teve sua contrapartida em "civilizações", zonas de interação cultural baseadas numa sociedade tributária hegemônica que constituía o núcleo central de cada zona. Tal hegemonia implicava habitualmente o desenvolvimento de um modelo ideológico por parte de uma elite centralizadora bem-sucedida, formada por apropriadores de excedentes e reproduzida por outras elites na órbita de uma interação política e econômica mais vasta. Embora um modelo possa tornar-se dominante em determinada órbita, a exemplo do que ocorreu com o modelo confuciano adotado pela fidalguia erudita chinesa, a órbita civilizatória também é um espaço no qual coexistem ou competem inúmeros modelos no interior de um múltiplo conjunto de símbolos, que encontram seus referentes diferenciais nos mutáveis relacionamentos entre as sociedades tributárias inseridas na órbita.

O que caracteriza esses modelos é que eles não apenas sublinham o *status* dos apropriadores de excedentes e a distância social que os separa das outras pessoas, mas também reivindicam origens e validação sobrenatural. O imperador chinês era o detentor do mandato do Céu, garantindo o equilíbrio entre o Céu e a Terra; os mandarins confucianos portadores de faixas ativavam esse mandato ao ordenarem os relacionamentos hierárquicos apropriados. O *kraton* ou palácio do governante do Sudeste Asiático era mais do que o centro do governo; era também a sede do ritual religioso desempenhado pelo rei-deus e por seu séquito de nobres. O califa islâmico é *emir el-mominin*, o Comandante dos Fieis, o guardião da lei e aquele que "ordena o Bem e proíbe o Mal" (*Corão*, III: 106). Entre os shona, os espíritos ancestrais do clã real dos nembire ligam o clã ao deus, *mwari*. Em outras regiões, a relação de um poder superordenado com a ordem sobrenaturalmente instituída é menos direta e pode ser mediada pelos sacerdotes. O *raja* hindu segue *arta*, o princípio de auto-interesse e utilidade, mas ele requer os préstimos dos brâmanes para instituir o *dharma*, o princípio da ordem sobrenatural correta. No cristianismo, o rei é o governante por direito divino, mas partilha o papel com outro Poder Coordenado, a Igreja. Seja ela monolítica ou bifurcada, a dominação, em todos esses exemplos, está inscrita na estrutura do universo.

Esses modelos ideológicos, paralelos ao modo tributário, apresentam certamente características comuns. Eles mostram uma representação hierárquica do cosmos

no qual a ordem sobrenatural dominante, agindo através dos principais detentores do poder, abrange e submete a humanidade. Ao mesmo tempo, o modelo ideológico desloca a verdadeira relação entre os apropriadores dos excedentes que controlam o poder e os produtores dominados para aquela relação imaginada entre uma divindade superior e um "súdito" inferior (ver Feuchtwang, 1975). O problema do poder público é assim transformado em um problema de moralidade privada, e o "súdito" é convidado a conquistar o mérito ao manter a ordem pela regulamentação de sua própria conduta. O deslocamento encerra também uma contradição. Se o poder público vacila e a justiça não é feita, os laços ideológicos que ligam o súdito e o sobrenatural também são postos em dúvida. Os governantes perdem a legitimidade; o mandato do Céu pode passar para contendores alternados ou as pessoas podem começar a reivindicar sua moralidade segmentária em oposição ao aparato oficial da mediação. No entanto, os argumentos apresentados em apoio dessas reivindicações serão centralizados na natureza do laço imaginário entre o súdito e o sobrenatural, e não na natureza da dominação baseada "em meios outros que não o econômico".

A Riqueza Mercantil

Se o modo tributário aponta para relacionamentos-chave pelos quais os excedentes são extraídos, também se torna necessário indagar como esses excedentes são distribuídos após a apropriação. Em quase todas as instâncias, alguma parte do excedente é posta em circulação ou trocada. Muito antes de 1400 os mercadores estavam transferindo as *commodities* em extensas regiões, por caravanas e navios, colhendo lucros das vendas efetuadas e acumulando grande quantidade de riqueza. Especialmente onde existiam sociedades tributárias, num campo mais amplo criado pela competição ou simbiose entre potências em conflito, o comércio de longa distância que envolvia bens ou artigos de luxo destinados a uma elite constituiu um fenômeno freqüente e altamente desenvolvido. Tais bens encarnavam os modelos ideológicos por meio dos quais se reivindicava uma superioridade e, portanto, possuíam um referente político importante. Como disse Jane Schneider:

O relacionamento do comércio com a estratificação social não era simplesmente uma questão de um grupo elevado que se distinguia por meio de uma cuidadosa aplicação de leis suntuárias e por um monopólio de símbolos de *status*; ele envolvia também a manipulação direta e autoconsciente de vários grupos periféricos e de nível médio por meio do patronato, das concessões e da distribuição calculada de bens exóticos e muito apreciados (1977: 23).

No entanto esse comércio feito com bens de luxo ia freqüentemente de par em par com transações de longa distância que envolviam volumosos produtos de primeira

necessidade, sobretudo quando o acesso aos cursos de água diminuía os custos do transporte relativos à energia, a exemplo do que sucedeu nas áreas do Mediterrâneo, mar Negro, oceano Índico e os mares da China. Por isso, quando penetraram em outros continentes, os mercadores marítimos europeus se depararam frequentemente com redes de relações comerciais de há muito existentes e que envolviam princípios e operações com as quais estavam inteiramente familiarizados.

Se os relacionamentos tributários e a atividade mercantil coexistiram durante muito tempo, muitas vezes para benefício mútuo, essa mutualidade também implicou conflitos. Um mercador é um especialista em trocas, compra e vende mercadorias com o fim de obter lucro. Para aumentar os lucros, o mercador empenha-se em alargar a esfera da troca, canalizando os bens de subsistência ou de prestígio produzidos no modo tributário ou no modo de ordenação do parentesco para os canais de troca das *commodities*, isto é, para o mercado. A transformação dos valores de uso em *commodities*, bens produzidos para a troca, não é neutra em suas conseqüências. Ela pode enfraquecer seriamente o poder tributário se comercializar os bens e serviços nos quais esse poder se apóia. Desde que haja um excesso de latitude, ela poderá fazer com que classes inteiras de suseranos se tornem tributárias dependentes do comércio, bem como reelaborar as prioridades sociais a fim de favorecer os mercadores em detrimento dos líderes políticos ou militares. Assim, as sociedades que se fundamentavam no modo tributário não apenas impulsionaram o comércio mas também o restringiram quando ele se tornou por demais vigoroso. Dependendo do tempo e das circunstâncias, elas ensinaram os mercadores a “pôr-se em seu lugar”, submetendo-os à supervisão política ou a parcerias forçadas com os suseranos; confiscando seus ativos financeiros, instituindo impostos especiais ou extorquindo elevadas taxas de “proteção”; denegrindo socialmente o *status* do mercador, apoiando campanhas contra o comércio como algo pecaminoso ou mau ou até mesmo delegando a atividade comercial a grupos marginais desprezados e destituídos de poder. A posição dos mercadores, assim, sempre se define política e economicamente e está sempre na dependência do poder dos interesses de outras classes sociais.

Embora mecanismos defensivos fossem invocados sempre que o poder tributário se sentia ameaçado pelo abuso mercantil, parece que as potências européias que se desenvolveram após o ano 1000 da Era Cristã concederam aos mercadores mais dependência e privilégios do que a maioria dos outros sistemas políticos. Isso se deveu talvez ao próprio atraso da península européia periférica, comparada com as estruturas tributárias mais fortes, mais ricas e mais centralizadas do Oriente Médio e do Oriente. Os soberanos que se empenhavam em consolidar o poder nas regiões primordiais da Europa necessitavam amiúde da ajuda dos mercadores para obter acesso aos fundos e com freqüência apoiavam os grupos mercantis com a finalidade

de colocar obstáculos às solicitações dos seus rivais que procuravam alcançar o poder. Além disso, dada a fragmentação política da periferia européia, os mercadores tinham maior capacidade de resistir às pressões políticas e sociais pela criação de suas próprias redes, de longo alcance, de comércio e finanças.

Os mercadores europeus também gozavam de vantagens tecnológicas e de localização em relação aos mercadores de outros continentes. Estando a Europa próxima do mar, isso permitiu desde cedo o crescimento da navegação marítima e fluvial. O transporte aquático não implicava apenas custos mais baixos de energia do que o transporte terrestre; permitia também uma integração maior entre o comércio local e translocal e evitava os elevados custos de proteção que sobrecarregavam o comércio transcontinental realizado pelas caravanas. Uma órbita em expansão das transações comerciais que se realizavam por uma rede cada vez mais ampla de transportes aumentou, por sua vez, a velocidade de movimentação do dinheiro que gera dinheiro, permitindo que uma determinada soma obtivesse lucros repetidos.

Alguns estudiosos viram nesses mercadores medievais europeus os ancestrais diretos do capitalismo. Segundo essa visão, a mudança da riqueza mercantil para o capital é contínua, linear e quantitativa; assim, o desenvolvimento do capitalismo é encarado meramente como uma expansão de processos já em andamento no modo tributário. Esta é essencialmente a posição assumida por Weber, Wallerstein e Frank. Se, no entanto, a passagem da riqueza mercantil para o capital é vista como algo que acarreta não apenas um crescimento quantitativo mas uma grande alteração dos processos determinantes, então o capitalismo surge como um novo fenômeno quantitativo, um novo modo de mobilizar o labor social tendo em vista a transformação da natureza. Foi essa a posição assumida por Marx. Desse ponto de vista, a história do dinheiro que gera dinheiro era apenas a “pré-história do capital”. A riqueza mercantil não funcionou como capital enquanto a produção foi dominada por relações tributárias ou ordenada pelo parentesco. O que não era consumido pelos produtores ou pelos que se apropriavam dos tributos poderia ser levado ao mercado e trocado por produtos excedentes de outros lugares, permitindo que os mercadores se beneficiassem com as diferenças de preço obtidas pelo comércio feito por transportes.

O crescimento do comércio após 1400 ampliou enormemente a escala do mercado, mas não levou automaticamente à implantação do modo capitalista. O modo tributário continuou a dominar até o modo capitalista despontar e começar a ameaçá-lo de dentro, ao longo do século XVIII. Durante esse longo período, os excedentes tributários continuaram a ser o principal esteio de uma classe de suseranos, juntamente com seu séquito e seus servidores. A tributação continuou sendo a espinha dorsal do Estado; ela pagava os exércitos e a marinha, provia suas intendenções e remunerava seus funcionários. O contínuo recolhimento de tributos estabeleceu assim os termos

sob os quais a atividade mercantil poderia operar e prosperar. No entanto, pela força de seu próprio sucesso, a riqueza mercantil começou a multiplicar os canais de troca de *commodities*, tornando os tomadores de tributos cada vez mais dependentes delas. Essa riqueza resultou em quantias cada vez maiores de dinheiro que gera dinheiro e permitiu investir essa riqueza para aumentar o fluxo de *commodities* em direção ao mercado. Nesse processo ela inseriu os produtores de diferentes regiões do mundo em uma rede comum de trocas, ajustando as relações de produção existentes para incluir a troca de *commodities* ou subsidiando arranjos coercitivos tendo em vista a produção dessas mesmas *commodities*.

Os comerciantes europeus envolvidos nas operações de além-mar introduziram de várias maneiras os excedentes na troca mercantil. Algumas vezes favoreciam uma alternativa com exclusão das demais, em determinadas circunstâncias utilizavam todas elas. Nenhuma dessas maneiras de transformar bens em *commodities* era nova; todas tinham analogias com outros sistemas tributários. Elas se desenvolveram diretamente a partir do modo tributário e permaneceram durante muito tempo entrelaçadas com ele.

Uma dessas maneiras dizia respeito à venda dos excedentes tributários. Os mercadores compravam estoques de excedentes dos suseranos tributários e das agências estatais e em troca forneciam bens. Suas *commodities* reafirmavam um estilo de vida próprio da classe tributária; seus bens supriam os exércitos do Estado e abasteciam seus armazéns. Os comerciantes também participavam ocasionalmente das pilhagens e se apossavam das presas de guerra, vendendo em seguida os despojos.

Uma segunda maneira pela qual os mercadores introduziam os bens no circuito do comércio consistia em realizar trocas abertas com coletores e produtores primários. Os mercadores ofereciam bens que para eles eram baratos mas que para os nativos eram desejáveis, em troca de artigos de pequeno valor para os produtores, porém capazes de alcançar altos preços em mercados distantes. Nessas trocas, os produtores nativos recebiam bens de uso que muito prezavam. Se prosseguissem ao longo do tempo, entretanto, essas trocas tornariam a população-alvo dependente do mercador. A produção intensificada do bem estratégico acarretava habitualmente a diminuição ou o abandono de outras atividades econômicas importantes. À medida que se tornavam mais especializados em fornecer um determinado tipo de objeto, os produtores passaram a apoiar-se cada vez mais no mercador para a obtenção de ferramentas, artigos domésticos, bens de prestígio e até mesmo alimentos. Nos casos em que os produtores mostravam relutância em participar da troca ou continuá-la, algumas vezes os mercadores recorriam a vendas convincentes das *commodities*, que os produtores eram então obrigados a reembolsar. Em outras ocasiões os mercadores facilitavam a troca por meio de bebidas ou de fumo, o que tornava o produtor somaticamente dependente do doador, garantindo-se assim a retomada da

troca. Eventualmente essa troca desigual, agora ampliada temporariamente por um sistema de adiantamentos, podia produzir uma espécie de escravidão econômica na qual o produtor primário se via constringido, por suas necessidades, a comprometer-se com a produção do mesmo bem no futuro.

Um processo semelhante de especialização e dependência cada vez maiores marcou o desenvolvimento de determinados sistemas sob o controle mercantil. Tais sistemas originavam-se habitualmente da produção de *commodities* especializadas por grupos de famílias, que então vendiam seu produto aos mercadores para revenda. Gradualmente, porém, os mercadores ampliaram seu controle sobre o processo do trabalho, fornecendo ferramentas ou matéria-prima e recebendo o produto acabado como pagamento pelos fatores de produção que haviam dado como adiantamento.

Essa espécie de escravidão econômica, por adiantamentos, alcançou os limites do capitalismo, mas ainda não era governada por relações capitalistas. Essa forma de usar o trabalho desenvolveu-se em termos mercantis, sendo o mercador um agente de trocas que fornecia como adiantamento bens manufaturados e de subsistência e recebia *commodities* especializadas. Por meio desses adiantamentos o mercador podia desenvolver um direito de retenção, a longo prazo, sobre a força de trabalho, fosse ela a de um grupo ordenado segundo o parentesco ou a de uma oficina artesanal que operava nos limites de um domínio tributário. O mercador podia até mesmo dar um passo adiante nesse procedimento de adiantar instrumentos e matérias-primas – pólvora, grãos de chumbo, armadilhas, teares e fibras têxteis – e, assim, equipar a força de trabalho com instrumentos complexos. Esse mercador, entretanto, ainda não comprava a força de trabalho em um mercado no qual os trabalhadores competiam por empregos disponíveis, e ainda não controlava o processo do trabalho. O excedente não era extraído como um valor, mas por meio de uma troca desigual no quadro de relacionamentos monopolistas e quase tributários. O processo de produção ainda era governado a partir daquele limite em que se situava a demanda, a partir de solicitações dos mercadores que realizavam trocas em um mercado, e fluía menos da orquestração da força de trabalho e das máquinas que se encontravam no próprio processo de produção. Enquanto isso perdurou, os mercadores também permaneceram limitados em sua capacidade de controlar o processo produtivo e alterá-lo face às novas demandas.

Uma terceira maneira pela qual os mercadores obtinham excedentes para a troca estava na expansão da escravidão. O trabalho escravo jamais havia sido um modo independente de produção significativo, mas desempenhou um papel subsidiário ao fornecer a força de trabalho em todos os modos – os ordenados segundo o parentesco, o tributário e o capitalista. A escravidão foi empregada repetidamente na produção agrícola e mineral em grande escala, na qual o rendimento depende de uma maximização do trabalho, com um emprego mínimo de implementos e habilitações. O

uso de escravos nessa produção tem uma história contínua na Europa desde a Antiguidade clássica e a opção de empregar escravos para obter *commodities* destinadas à troca foi exequível desde o início da expansão ultramarina européia. O posterior crescimento da escravidão nas Américas representa apenas uma reencarnação, em terras ultramarinas, de um processo que já se verificava em Creta, na Sicília, na ilha da Madeira, nos Açores, nas Canárias e nas ilhas do golfo da Guiné.

A exemplo dos sistemas de adiantamento iniciados com os produtores e processadores primários, a escravidão também exigia uma grande infusão de *commodities* para pô-la em marcha. Os comerciantes adiantavam *commodities* para os fornecedores africanos de escravos, inserindo estes últimos nos circuitos de troca como um tipo de *commodities* entre outras. Os comerciantes também adiantavam dinheiro e *commodities* para os fazendeiros e senhores de engenho que adquiriam escravos para trabalhar em suas propriedades. Como sistema de trabalho coercitivo, a escravidão implicava custos inerentes, freqüentemente cobertos mediante adiantamentos por parte dos comerciantes. Os escravos tinham de ser subjugados e supervisionados; a produtividade elevada impunha altos custos no que se referia à coerção. Como a maior parte da população escrava não se reproduzia, tornava-se necessário adquirir constantemente novos escravos. Os escravos tinham de ser mantidos por seus senhores, e os custos pesavam nos lucros das propriedades agrícolas. Se se permitia aos escravos suprir suas próprias necessidades cultivando as terras da propriedade a isso destinadas, sua autonomia cada vez maior diminuía o controle exercido pelo proprietário. Assim, o controle efetivo dependia freqüentemente da importação de alimentos e de outros requisitos. Os comerciantes não eram os únicos que participavam do sistema; muitas vezes os senhores de engenho e os fazendeiros eram detentores de uma riqueza tributária herdada e reinvestiam os lucros em suas propriedades. No entanto os comerciantes desempenharam um papel cada vez maior no financiamento da escravidão, fornecendo as *commodities* necessárias, proporcionando mercados para os produtos e repatriando os lucros para o país natal.

No processo da expansão européia, a riqueza mercantil atuou como pioneira para as rotas de circulação e abriu os canais de troca. Sua fonte de lucro estava na manutenção dos diferenciais de preços, possibilitando comprar barato e vender caro, e ela defendeu-se contra o nivelamento dos preços através de alianças com qualquer poder que pudesse impedir o desenvolvimento de um mercado "livre". Apoiou-se no poder político e militar para apoderar-se de zonas de fornecimento, obter acesso privilegiado aos fornecedores, barrar competidores que se imiscuíam no comércio e garantir um lucro máximo mediante um controle monopolista das vendas. Objetivando o poder sobre as pessoas a fim de aumentar e diversificar a produção, a riqueza mercantil não criou um mercado de trabalho. Assim, ela não alterou o modo de

mobilizar o labor social e permaneceu ligada ao modo tributário. Essa dependência somente chegaria ao fim quando novas circunstâncias políticas e econômicas promoveram o surgimento do capitalismo industrial.

O Modo de Produção Ordenado segundo o Parentesco

Se, em 1400, as áreas de produção agrícola intensiva eram ocupadas por sociedades que se apoiavam no modo tributário, nas periferias dessas áreas, em todo o mundo, havia grupos sociais organizados diferentemente. Na literatura antropológica é costume chamar esses povos de "primitivos". O termo é enganoso, caso nos leve a pensar nos iroqueses, crow ou lunda como os "ancestrais contemporâneos" de uma pessoa ou como povos que ainda não aspiraram aos píncaros da civilização. É também analiticamente problemático, já que se refere a um início que ele nada faz para retratar. Claude Meillassoux afirmou, com muita razão, que caracterizar esses povos por uma ausência de características, denominando-os "sem classe", "acéfalos" ou "sem Estado", nada nos diz a respeito do que eles são.

É comum descrever esses povos como ligados pelo "parentesco", mas é menos comum investigar que parentesco é esse. No plano empírico, os povos variam quanto à abrangência e intensidade de seus laços de parentesco. Alguns têm "muito parentesco" e outros, menos. A co-residência é, com freqüência, menos significativa do que a genealogia; muitos grupos locais incluem pessoas que são parentes, mas também outras que não o são. As tarefas podem ser executadas por equipes de pessoas que não são parentes e os produtos da caça ou de outras atividades podem ser compartilhados entre parentes e não-parentes. Com efeito, muitos antropólogos viram na residência um fator mais crítico do que o parentesco para se entender como as pessoas se organizam. Assim, Kroeber e Titiev argumentaram que a co-residência é subjacente à formação das linhagens (Kroeber, 1952:210; Titiev, 1943). Do mesmo modo, Leach prescreveu aos antropólogos "começar a partir de uma realidade concreta – um grupo local de pessoas – mais do que partir de uma realidade abstrata como o conceito de linhagem ou a noção de sistema de parentesco" (1961:104). Até mesmo Meyer Fortes, cuja principal contribuição está na análise dos sistemas de parentesco mais amplos e de suas implicações legais e políticas, observou:

Uma linhagem não pode atuar facilmente como grupo corporativo caso seus membros jamais possam juntar-se para encaminhar suas questões. Não é surpreendente, portanto, que a linhagem, nas sociedades africanas, seja, em geral, baseada localmente, mas ela não é necessariamente compacta no que se refere ao território que ocupa, ou exclusiva. Um núcleo compacto pode ser suficiente para agir como um centro local para um grupo que é amplamente disperso (1953:36).

Alguns povos também variam grandemente no sentido de até onde eles “es-tendem” os padrões de parentesco encontrados em entidades familiares a famílias aparentadas mais distantemente. Diferenciam-se, além do mais, quanto ao grau em que os padrões extensos ou reproduzidos de parentesco familiar são estruturados para suportar o fardo das obrigações legais e políticas entre os grupos. Em outras palavras, as regras de parentesco podem governar a filiação (laços entre os pais e os filhos de um indivíduo) e o casamento (laços entre cônjuges), porém elas não vão muito mais longe do que isso. Tais regras, além do mais, podem proporcionar às pessoas apenas um vocabulário de “termos” de parentesco, sem ao mesmo tempo envolvê-los em obrigações legais e políticas. Entre outros povos, entretanto, o parentesco conta muito. Os padrões de parentesco podem ser usados para expandir o escopo das ligações sociais e ideológicas, e tais ligações podem tornar-se grandes fatores operacionais nos domínios legal e político.

O parentesco pode, assim, operar em dois níveis, o da família ou grupo doméstico e o da ordem política. No entanto, afirmações desse tipo ainda sugerem o que o parentesco *faz*, e não o que ele *é*. Com efeito, se não pudermos definir o parentesco, também não poderemos definir o que não é parentesco. Pode parecer surpreendente para o leitor de antropologia que os antropólogos não concordem de modo algum em relação ao que é parentesco. Quanto a essa questão, em geral eles se dividem em três grupos. Primeiramente, existem os analistas que presumem que os fatos do parentesco são uma consequência da biologia humana. Os seres humanos são sexualmente dimor-fos, mantêm relações sexuais e, como resultado, as mulheres dão à luz. Os fatos bioló-gicos das relações sexuais e da procriação são vistos como básicos para as instituições humanas do casamento e da descendência. De acordo com essa visão, o parentesco é uma questão de investigar a árvore genealógica. Em segundo lugar, contrariando essa posição, outros antropólogos argumentaram que o parentesco não é meramente uma questão do controle social do sexo e da procriação, mas envolve definições culturais do laço matrimonial e de elaborações culturais que permitem seja a prole alocada a um par que mantém relações conjugais. Segundo essa visão, o parentesco é um do-mínio cultural característico, com seu próprio conteúdo, que consiste em elaborações simbólicas de descendência e afinidade. Tais símbolos irão variar de uma cultura para outra. Existem, finalmente, os antropólogos que argumentam a partir de uma terceira posição, a qual afirma que o parentesco é meramente um “idioma” no qual se discutem as relações econômicas, sociais, políticas e rituais. Nessa perspectiva, o parentesco é uma metáfora; seu real conteúdo situa-se em outro lugar. Os fatos do parentesco se explicam quando as relações que ele serve para “expressar” são explicadas.

Os antropólogos que encaram o parentesco como a regulamentação social da biologia (sexo e procriação) dão ênfase ao modo pelo qual os direitos e obrigações,

incluindo os direitos aos recursos e ao apoio, são compartilhados entre atores biolo-gicamente produzidos. Em sua visão, as formas ou padrões de parentesco são epife-nômenos culturais que servem à tarefa dessa alocação. Falando de modo geral, seu conceito de parentesco tem-se revelado basicamente legal: o parentesco serve para consignar pessoas nascidas no grupo em posições legais. Os simbolistas culturais, ao contrário, encaram o parentesco como um domínio de elaborações simbólicas ligadas a outras elaborações simbólicas da cultura. A função das elaborações do parentesco é vista como algo moral, como uma contribuição ao ordenamento ideológico do universo simbólico dos portadores da cultura. Na prática, os simbolistas encaram a família elementar como uma espécie de depósito de símbolos da cultura e confiam em que, se essa investigação for realizada em outros domínios que não o da cultura, ela revelará elaborações idênticas ou paralelas (ver Schneider, 1972).

Em um sentido mais amplo, essas duas posições são complementares. Dado o fato de que as pessoas – ao contrário dos cágados selvagens – não são chocadas em ovos, depositadas em um lugar seguro e em seguida abandonadas, mas nascem e são socializadas por meio das operações do tabu do incesto, os nomes e categorias do parentesco são elaborações simbólicas *ab ovo*. A instituição humana do tabu do in-cesto depende, para sua própria operação, de uma diferenciação entre as pessoas com quem partilhamos alguma espécie de substância, simbolizada por uma comunidade de sangue ou ossos, com quem não poderemos nos acasalar, e as pessoas com quem podemos acasalar-nos, que não compartilham nossa herança simbólica substancial. Embora as explicações relativas à origem do tabu ainda sejam incompletas, Claude Lévi-Strauss fez dele o ponto de partida do seu estudo sobre o parentesco. Assim como as categorias iniciais do parentesco, estabelecidas pelo tabu, são elaborações simbólicas, o mesmo sucede com todas as demais categorias básicas do parentesco, tais como o gênero, a idade absoluta e relativa, a descendência e a afinidade. Já que o simbolismo se incorpora, assim, à própria definição da sociabilidade humana, os seres humanos, em todos os lugares, também ligaram essas elaborações básicas so-bre a natureza “humana” às suas elaborações abrangentes sobre a natureza e a su-pernatureza (tendo em vista esse fato, a terceira posição quanto aos estudos sobre o parentesco acima delineada, que nega qualquer *status* aos símbolos do parentesco que não os metafóricos, parece ser uma investigação insatisfatória, de pouco alcance, sobre fenômenos com os quais ela não quer lidar).

É possível combinar essas duas abordagens com uma visão operacional do pa-rentesco que nos permite enxergá-lo no contexto da economia política. O parentesco pode então ser entendido como um meio de comprometer o labor social com a trans-formação da natureza mediante apelos à filiação e ao casamento e à consangüinidade e afinidade. Dito de maneira mais simples, pelo parentesco o labor social é “trancado”

ou “incrustado” em determinadas relações entre as pessoas. Ele só pode ser mobilizado pelo acesso às pessoas, e tal acesso é definido simbolicamente. O *que* é feito destranca o labor social; a maneira *como* é feito envolve definições simbólicas sobre parentes e afins. O parentesco envolve, portanto, (a) elaborações simbólicas (“filiação/casamento; consangüinidade/afinidade”) que (b) colocam continuamente atores, nascidos e recrutados, (c) em relações sociais uns com os outros. Essas relações sociais (d) permitem que as pessoas, de maneiras variadas, solicitem compartilhar do labor social desempenhado por cada uma delas, a fim de (e) efetuar as necessárias transformações da natureza.

Se o parentesco é um meio particular de estabelecer direitos para as pessoas e, assim, possibilitar que se reivindique a partilha do labor social, também é verdade que o modo pelo qual tais direitos e reivindicações são estabelecidos variam amplamente entre diferentes populações portadoras de cultura. Os antropólogos passaram a reconhecer que o parentesco opera de modo basicamente diferente em dois tipos de situações: aquelas em que os recursos são amplamente disponíveis e abertos a quem quer que possua a capacidade de os obter e aquelas em que o acesso aos recursos é restrito e disponível apenas aos que alegam possuir uma “licença de parentesco”. No primeiro exemplo, os laços de parentesco emanam do *toma-lá-dá-cá* da vida cotidiana e ligam pessoas que estão em uma interação habitual umas com as outras. No segundo exemplo, o círculo do parentesco é estabelecido de maneira muito rígida em torno da origem dos recursos, por meio de definições rígidas sobre a vinculação ao grupo.

Esse contraste define duas variantes do modo ordenado segundo o parentesco, pois o labor social é distribuído diferentemente em ambas. A primeira variante é exemplificada na literatura antropológica pelos “bandos” coletores de alimentos. Tais povos não transformam a natureza, mas coletam e concentram para o uso humano recursos naturalmente disponíveis no meio ambiente. O entorno natural não é um meio para que se realizem transformações orgânicas controladas humanamente, tal como ocorre no cultivo ou no pastoreio; é “objeto do trabalho”, mas não é seu “instrumento” (Marx, Cap. I, 1977: 284-285). Nessas circunstâncias, a agregação ou dispersão das pessoas, cada uma delas encarnando uma parte do labor social, está submetida a restrições e oportunidades ecológicas. Limites superiores a um labor social que tenha um objetivo comum são estabelecidos pela interação da tecnologia com o meio ambiente local, bem como pela capacidade do grupo de lidar com o conflito mediante a formação do consenso e de sanções informais. O parentesco, portanto, atua basicamente para criar relações entre as pessoas – parcerias entre acionistas no labor social – por meio do casamento e da filiação. Essas parcerias estendem-se de maneira reticulada e de determinados participantes a outros. Não possuindo limites definidos, podem vincular os recém-chegados ou excluí-los, na medida em que os interesses dos parceiros interligados assim o permitam ou exijam.

A distribuição do labor social opera diferentemente na segunda variante do modo ordenado segundo o parentesco. Quando a natureza está sujeita à transformação através do labor social, o próprio meio ambiente torna-se um meio de produção, um instrumento em relação ao qual é despendido esse labor. Um segmento da natureza é transformado por um conjunto de pessoas equipadas com implementos, organização e idéias, de maneira a produzir colheitas ou gado. Em uma sociedade como essa, o labor social é distribuído em agrupamentos sociais que consomem o labor de maneira cumulativa e transgeracional em determinado segmento do meio ambiente, acumulando ao mesmo tempo um *corpus* transgeracional de reivindicações e contra-reivindicações do labor social. Quando as condições tendem para o fechamento ecológico, as relações entre esses agrupamentos precisam ser circunscritas e definidas com maior rigor; os agrupamentos tornam-se facilmente grupos exclusivos.

Nessas condições o idioma da filiação e do casamento é usado para elaborar genealogias transgeracionais, reais ou fictícias. Elas servem para incluir ou excluir pessoas que podem reivindicar direitos ao labor social com base em uma vinculação privilegiada.

Tais grupos são equipados de maneira muito característica com mapeamentos míticos que definem linhas de conexão de parentesco culturalmente selecionadas e atestadas. Esses mapeamentos preenchem inúmeras funções. Em primeiro lugar, permitem que os grupos reivindiquem privilégios com base no parentesco. Em segundo lugar, servem para permitir ou negar às pessoas o acesso aos recursos estratégicos. Em terceiro lugar, organizam a troca de pessoas entre grupos que têm um *pedigree*, por meio de suas definições sobre os laços de parentesco por afinidade; o casamento, em vez de ser um relacionamento que se dá unicamente entre a noiva e o noivo, torna-se um nexa de aliança política entre grupos. Em quarto lugar, os mapeamentos permitem que se deleguem funções gerenciais a determinadas posições na genealogia, distribuindo-as assim de maneira desigual no campo político e legal, quer se trate dos mais velhos em relação aos mais jovens, das linhas dos primogênitos em relação às linhas dos caçulas ou das linhas de hierarquia mais elevada em relação às de hierarquia mais baixa. Nesse processo o parentesco, no nível legal-político, inclui e organiza o parentesco no nível familiar-doméstico, tornando as relações interpessoais sujeitas a mapeamentos que servem para uma inclusão ou exclusão categórica.

A “abrangência” do parentesco, portanto, não é a mesma do parentesco no nível da filiação e do casamento; ela se preocupa com a alocação legal dos direitos e reivindicações, e, em conseqüência, com as relações políticas entre as pessoas. No nível da filiação e do casamento, o parentesco estabelece ligações individualizadas entre os que compartilham o labor social; já o parentesco extenso organiza o labor social em organizações comuns de trabalho e estabelece controles sobre a transferência do trabalho de uma dessas organizações para outra.

A persistência do idioma do parentesco no plano legal-político suscita, entretanto, um problema. A nomenclatura do parentesco sempre envolve um processo simbólico. No escalonamento do parentesco a partir de um conjunto de relações interpessoais com a ordem política, ele se torna um elemento ideológico dirigente em se tratando da alocação do poder político. Mas por que motivo a linguagem do parentesco haveria de persistir nesse cenário diferente? Meyer Fortes é um dos poucos que abordaram a questão:

Por qual motivo a descendência, mais do que a localidade ou algum outro princípio, forma a base desses grupos corporativos é uma questão que precisa ser estudada melhor. É preciso lembrar que Radcliffe-Brown (1935) relacionou as regras de sucessão com a necessidade de uma diferenciação inequívoca dos direitos *in rem e personam*. Talvez ela esteja mais intimamente ligada ao fato de os direitos relativos aos poderes reprodutivos da mulher serem facilmente regulamentados por um sistema de descendência do grupo. Acredito porém que existe aí algo mais profundo, pois em uma sociedade homogênea nada há que possa fixar com tamanha precisão e sem a menor controvérsia o lugar de uma pessoa na sociedade como a ascendência (1953: 30).

Embora essa explicação não seja inteiramente satisfatória, Fortes assinala duas grandes fontes de poder no modo ordenado segundo o parentesco: o controle sobre os poderes reprodutivos da mulher e a ascendência. Ambos operam transgeracionalmente; ambos designam as pessoas diferentemente para posições de poder e influência. O primeiro concede direitos sobre o labor social, encarnados nas mulheres, na prole e nos parentes por afinidade; o segundo define não apenas a descendência mas também a colateralidade, isto é, a gama genealógica de aliados mobilizáveis. A terminologia do casamento e da filiação é usada assim para transmitir informações sobre as capacidades diferenciais para mobilizar o labor tendo em vista o trabalho e o apoio, isto é, sobre a mutável distribuição do labor social entre grupos litigantes.

Quando as elaborações simbólicas do parentesco são assim ampliadas, as relações entre os portadores do labor social em competição por recursos são estruturadas no sentido do monopólio ou do oligopólio, com os grupos sociais competindo pela precedência e pela dominação. Ao mesmo tempo, a tendência a maximizar as oposições externas em face de outros grupos caminha de par com uma multiplicação de oposições internas. Em primeiro lugar, existem oposições entre os homens e as mulheres. Talvez se possa manter algum equilíbrio complementar entre os papéis de gênero enquanto o parentesco for apenas um elemento ordenador entre outros, numa situação de recursos ao alcance de todos. No entanto, com a emergência na esfera política dos grupos que possuem um *pedigree*, as relações de parentesco por afinidade tornam-se relações políticas, e as mulheres perdem *status* em relação aos homens à medida que elas se tornam testemunhos de uma aliança. Existe também a oposição entre os mais velhos e os mais

novos, ocupando os mais velhos posições características de mando e de gerenciamento dentro e fora do grupo. Alguns dos mais jovens podem vir a ser mais velhos e tomar o lugar deles; outros, porém, jamais conseguirão atingir qualquer posição importante. Sabemos que essa oposição pode transformar-se em um conflito declarado. Veremos, por exemplo, a rebelião dos “rapazes” contra os mais velhos quando ocorreu a expansão da criação de cavalos e de seu pastoreio nas Grandes Planícies (Cap. 6) e na formação de grupos de apresamento de escravos em Angola (Cap. 7).

Finalmente, a hierarquia interna cria oposições entre os ocupantes originais e os recém-chegados, entre as linhas mais velhas e mais jovens de descendência do mesmo antepassado e entre linhas que alcançam proeminência e as que estão em situação de declínio. Oscilações de elevação e declínio podem ser devidas à ascendência demográfica ou ao fracasso; à administração bem ou mal sucedida das alianças, das pessoas e dos recursos; ao sucesso ou ao fracasso na guerra. Os líderes capazes de contrair casamentos politicamente estratégicos ou de redistribuir judiciosamente os bens de subsistência e de luxo entre seus seguidores ganham às custas de concorrentes menos aptos. Com o tempo, tais ganhos podem ser traduzidos em reivindicações genealógicas e os *pedigrees* podem ser modificados para exibir tal mudança.

O fato de os líderes poderem tornar-se proeminentes dessa maneira constitui um dos calcanhares-de-aquiles do modo do parentesco e um dos seus pontos a ser enfatizados, pois enquanto um chefe ou outro líder consegue seguidores por meio da administração judiciosa das alianças e da ação redistributiva, ele alcança um limite que somente pode ser superado quando se ultrapassam os limites da ordem de parentesco. Ele pode manipular o dote a fim de adquirir mulheres que darão à luz uma prole que deve lealdade basicamente a ele; pode convidar forasteiros a estabelecer-se nos domínios de seu grupo na esperança de atrair seguidores pessoais; pode adquirir reféns e escravos para trabalhar sob seu controle pessoal. No entanto, enquanto essas estratégias puderem ser controladas por seus parentes e seus aliados, seu raio de ação será restringido. Uma das maneiras pela qual um chefe pode tentar expandir seu domínio sobre os excedentes é a guerra. O fruto das expedições guerreiras permanecem limitados, pois o butim pode ser ocasional e impermanente, devendo ser partilhado com outros. Para romper com as limitações da ordem de parentesco, um chefe deve ter acesso independente a fontes próprias, renováveis e confiáveis.

Enquanto a ordenação do parentesco fixa limites superiores à diferenciação interna, ao se verificarem condições em que os recursos são limitados, parece mais provável que nelas se produzam mais desigualdades do que uma distribuição igualitária de oportunidades. As distinções de gênero, idade e poder prescritivo e adquirido operam de maneira a criar oposições que rompem a ordem do parentesco a partir de dentro. Além disso, tais rupturas são causadas por conflitos entre os indivíduos ou

grupos, pela afirmação de reivindicações conflitantes em relação às pessoas por parte de diferentes parentes e pelo não-desempenho das obrigações normativas de parentesco entre os parentes próximos ou distantes. Todas essas forças e fatores ameaçam a continuidade da ordem de parentesco. O que, então, impede a sua desintegração? Como é que as unidades ordenadas segundo o parentesco conseguem manter uma coesão ao longo do tempo?

A capacidade do modo ordenado segundo o parentesco de regenerar-se pode estar na ausência de quaisquer mecanismos que possam agregar ou mobilizar o labor social afora determinadas relações estabelecidas pelo parentesco. As oposições, tal como se exercem normalmente, são particularizadas, a exemplo da conjunção de um determinado homem mais velho com um determinado homem mais novo de uma determinada linhagem em determinado tempo e lugar; já não se trata, então, da oposição geral entre o homem mais velho e o mais novo como classes. Na vida cotidiana, o modo ordenado segundo o parentesco contém suas oposições, ao particularizar as tensões e os conflitos.

No mito e no ritual, entretanto, as próprias oposições, revestidas de perigo, que se dão na vida cotidiana são dramatizadas no nível da universalidade. Enquanto, na vida cotidiana, a generalidade é dissolvida em particularidades, no mito e no ritual as particularidades são dissolvidas em generalidades, transmitindo mensagens sobre a natureza do universo. As explicações, caso sejam apresentadas, assumem a forma de verdades universalizadas. É possível especular que essa projeção de determinados conflitos na tela dos eventos e significados míticos universais pode servir para tornar tais conflitos difusos. A eficiência de tal mecanismo parece depender do grau em que os verdadeiros conflitos podem ser mantidos segmentados e particularizados. Uma acumulação contínua de conflitos do mesmo tipo e na mesma direção pode colocar o sistema mito-ritual sob uma tensão acumulativa e diminuir sua eficácia.

Os conflitos internos e entre unidades ordenadas segundo o parentesco também podem ser amortecidos por temor ao elevado custo de um apoio maciço. Procurar aliados significa evocar promessas passadas de ajuda e prometer apoio a esses mesmos aliados no futuro. Qualquer escalada de um conflito ameaça ampliá-lo temporal e espacialmente. No entanto, quando os prêmios forem suficientemente altos, a escalada pode muito bem tornar-se desejável, com um conseqüente aumento de dídivas e com troca de mulheres para cimentar as alianças. A história do comércio de peles na América do Norte pode ser lida como a ampliação gradual de alianças entre os "índios ingleses" contra os "índios franceses". Tais alianças também podem ser estabilizadas e reforçadas pela elaboração do mito e do ritual, a exemplo da liga dos iroqueses, que tentou refrear os conflitos internos direcionando as energias para fora, contra os inimigos comuns.

No entanto a resolução dos conflitos, no modo ordenado segundo o parentesco, encontra um derradeiro limite nos problemas estruturais do próprio modo. O conflito cumulativo excede freqüentemente a capacidade dos mecanismos baseados no parentesco de lidar com eles. Então haverá uma ruptura e os grupos se fragmentarão. Essas ocorrências não apenas são freqüentes mas, na verdade, constituem importantes fontes de mudança. Pelo fato de termos tendido a conceituar as sociedades como se elas existissem em um presente etnográfico atemporal e numa situação de isolamento mútuo, fomos levados ao equívoco de ver a ruptura e a cisão de grupos ordenados segundo o parentesco como algo que simplesmente reproduziria a ordenação do grupo parental. Na realidade, os grupos que passam por um processo de fissão raramente podem fugir para um território desocupado a fim de evitar os competidores, e é provável que sofram pressões por parte das sociedades no modo tributário e capitalista. Isso posto, a réplica provavelmente é excepcional. É mais provável que os grupos que se cindiram tenham começado a mudar tão logo depararam com limites à sua livre movimentação.

Os agrupamentos sociais estruturados na base do parentesco de modo algum estão isentos da diferenciação interna e das pressões externas para que haja uma mudança. As alocações diferenciais quanto à participação no labor social podem favorecer a emergência de dirigentes influentes; ao mesmo tempo, o contato com outros grupos pode conceder importância a pessoas capacitadas para lidar com as diferenças de interesse e com os possíveis conflitos. Essas tendências às desigualdades na função são grandemente acentuadas quando grupos ordenados segundo o parentesco passam a se relacionar com sociedades tributárias ou capitalistas. Tais relacionamentos oferecem oportunidades para a apropriação e transferência dos excedentes, indo além daqueles que estão disponíveis no modo ordenado segundo o parentesco. Os chefes podem então usar esses recursos externos para imobilizar o funcionamento da ordem estruturada a partir do parentesco. É por isso que os chefes se revelaram notórios colaboradores dos comerciantes de pele e traficantes de escravos europeus nos dois continentes. A conexão com os europeus proporcionava aos chefes o acesso às armas e a bens valiosos e, portanto, aos seguidores que não estavam inseridos na teia de parentesco e desembaraçados dela.

O Problema das Chefias

O termo *chefe* ingressou na fala comum para denotar o líder reconhecido ou o cabeça (do latim *caput*) de uma população socialmente organizada. Na prática, o termo costumava ser conferido pelos europeus a qualquer pessoa nativa influente que estivesse numa posição de promover ou constituir um obstáculo a seus interesses. As

referências aos chefes abrangem diferentes tipos de recrutamento e graus de autoridade e encerram pouca utilidade analítica. A real capacidade de um personagem como esse comandar o labor social e influenciar o desenvolvimento das relações intergrupais depende de seus trunfos no jogo do poder; do tamanho e força da população que está sob sua jurisdição, da natureza dos recursos detidos por essa população e de sua importância para os forasteiros, de seu potencial para fazer a guerra, de sua capacidade de defender os recursos e de interferir nas operações de seus oponentes. Um *tais* da Costa Noroeste tinha menos poder potencial do que um *induna* zulu; este, por sua vez, tinha menos poder potencial do que um *khan* mongol. Essas diferenças também afetaram a capacidade de um chefe no sentido de romper com as limitações impostas pelo modo de produção baseado no parentesco e de tornar-se um parceiro nas relações tributárias ou capitalistas.

Essa variação entre “chefes” esclarece até certo ponto o duradouro problema antropológico da “chefia”. Em seus esforços para estabelecer um ordenamento evolucionista das culturas, a chafia foi conceituada como algo pertinente a um tipo de sociedade intermediária entre as tribos ordenadas segundo o parentesco e os Estados divididos em classes. Nessa visão da chafia, o *status* e o poder são alocados por uma hierarquia diferenciada no seio de uma genealogia comum, sem que isso, no entanto, implique um acesso diferenciado aos meios de produção. O chefe e sua linhagem de elevada hierarquia são vistos como pessoas que agem em benefício de um todo social, coordenando atividades especializadas, planejando e supervisionando obras públicas, administrando a redistribuição e liderando a guerra. As chefias são, assim, “sociedades redistributivas, revestidas de uma função permanente de coordenação” (Service, 1962: 44). Embora a hierarquia genealógica diferencie as pessoas pelas funções que elas exercem, a sociedade como um todo parece estar entrelaçada por interesses comuns, descendência comum e redistribuição geral. Todos são parentes, por assim dizer; entretanto, alguns o são mais do que outros.

O conceito de modo de produção, no entanto, desvia a atenção sobre a forma e o idioma de interação entre chefes de alta hierarquia e plebeus em determinada sociedade para, em vez disso, indagar de que maneira o labor social é exercido. Nessa perspectiva, as sociedades classificadas como chefias parecem ser de dois tipos um tanto diversos: os baseados no modo ordenado segundo o parentesco, no qual o chefe e seus seguidores ainda estão inseridos em arranjos relativos ao parentesco e ligados por eles, e os outros modos nos quais a forma e o idioma do parentesco podem ser mantidos até mesmo quando um grupo dominante transforma divisões de hierarquia em divisões de classe, usando, na verdade, os mecanismos do parentesco para fortalecer sua própria posição. Neste segundo tipo de chafia, a linhagem do chefe constitui, de fato, uma classe incipiente de apropriadores dos excedentes no modo tributário.

O crescimento dessa classe pode envolver inúmeros processos diferentes. O aumento da população pode ampliar a relativa importância das principais famílias. O crescimento da linhagem principal permite suas “numerosas conexões de diferentes tipos com outras linhagens” (Service, 1962: 149). A busca de estratégias relativas ao parentesco por afinidade requer que a linhagem principal concentre em suas mãos a riqueza proveniente das trocas matrimoniais. Isso, por sua vez, implica um controle sobre as mulheres passíveis de serem trocadas e a interdição do acesso às mulheres da elite por membros das hierarquias mais baixas. Esse controle das mulheres pode ser expandido para baixo, de modo a ampliar o controle sobre as trocas baseadas na afinidade em geral. As estratégias ligadas à afinidade, além do mais, implicam estratégias ligadas à herança. Quem recebe o que é algo circunscrito pela vinculação ao estrato privilegiado, os bens estratégicos, no plano das trocas matrimoniais e da riqueza herdada, no segmento da aristocracia, podem não ser incluídos na redistribuição geral.

Ao mesmo tempo, as principais linhagens, em processo de crescimento, podem expandir-se por meio de um “florescimento de famílias” (Service, 1962: 166) não só na zona habitual de interação como além dela. Essa proliferação territorial de pessoas de hierarquia elevada pode criar uma pluralidade de centros de poder no lugar de uma cúpula única onde as decisões são tomadas. Membros da linhagem do chefe podem tornar-se rivais, tendo em vista a chafia, ou criar novos domínios próprios, separando-se do tronco principal. A competição pelo poder realimenta-se, por sua vez, dos processos de acumulação e redistribuição. Os rivais têm mais necessidade de acumular “um capital de poder” adequado e redistribuí-lo seletivamente para adquirir seguidores do que de dispor de recursos para uma redistribuição geral.

Encarada sob esse prisma, a redistribuição surge mais como um conjunto de estratégias na formação da classe do que como uma característica geral das chefias enquanto “sociedades redistributivas”. Polanyi, a quem a antropologia deve a introdução do conceito de redistribuição, permitiu-nos visualizar mecanismos de trocas além daqueles abrangidos pela “reciprocidade” ou troca “mercantil”. No entanto, torna-se necessário qualificar o conceito de redistribuição de três maneiras. A primeira delas refere-se a diferentes tipos e esferas de redistribuição que precisam ser especificados. A redistribuição por meio de festividades não é idêntica à redistribuição de recursos destinados a obras públicas, ou à guerra, ou à redistribuição de recursos especializados por meio da atividade de um chefe. Em segundo lugar, é importante ser preciso em relação ao que será redistribuído, em que quantidade e, o que é mais importante, para quem. As festividades que contam com a participação geral de todos podem ocorrer juntamente com a acumulação privilegiada de bens estratégicos por parte da elite. Os banquetes para os veteranos de guerra podem honrar a contri-

buição militar de todo um exército, ainda que as pessoas ou os recursos capturados sejam destinados diferentemente aos nobres e aos plebeus. Em terceiro lugar, a redistribuição também pode servir para “comprar” aliados e pacificar rivais potenciais, direcionando-os, bem como os seus recursos, para um fluxo de prestação de serviços. Encarada sob esse prisma, a redistribuição surge não como uma espécie de altruísmo normativo, característico de um determinado tipo de sociedade, mas como uma estratégia recorrente em um processo de formação de classes.

Nas chefias do segundo tipo, a função do parentesco se modifica. Deixa de ser a ordenação de grupos organizados de maneira semelhante em relação mútua e dá lugar ao estabelecimento de uma importante distinção entre um estrato e outro. Agora existe uma aristocracia que utiliza e exhibe laços ordenados segundo o parentesco como marca daquilo que a distingue e a separa, deixando ao estrato dos plebeus apenas reivindicações residuais. Assim, a classe aristocrática se constitui alterando radicalmente os laços do parentesco a fim de promover a distância social entre os governantes e os governados. Ela pode reivindicar uma descendência diferenciada dos deuses ou a posse privilegiada do *mana*; pode empenhar-se em subverter os laços de parentesco de seus súditos por meio da punição do adultério e do incesto (ver Cohen, 1969) até mesmo quando se coloca como um estrato separado, pela prática da endogamia de classe; pode também invocar direitos especiais sobre a disposição das presas de guerra, incluindo populações conquistadas e que não estão inseridas em seu mapeamento de relações de parentesco.

As aristocracias do tipo que se acaba de descrever despontam e deslocam-se freqüentemente com o objetivo de conquistar e governar populações estrangeiras. Em meio a essa cisão e dispersão, a aristocracia mantém os seus laços separados de parentesco como fonte de solidariedade de classe e como uma maneira de se apartar do conjunto dos governados. É concebível que isso possa ocorrer pacificamente, conforme aconteceu quando grupos étnicos que não eram alur convidaram membros das principais linhagens alur, que sabiam como fazer chover e detinham poderes de resolução de conflitos, para se estabelecerem entre eles como seus governantes (Southall, 1953). Com maior freqüência, entretanto, as aristocracias migratórias, empenhadas na guerra, invocam credenciais sobrenaturais para impor seus modelos de dominação sobre populações conquistadas. Exemplos dessas aristocracias predatórias são os toltecas, que, saindo de Tula, chegaram até as fronteiras da Mesoamérica; as elites luba e lunda, que se espalharam a partir de sua terra natal na África central (ver Cap. 7); e as numerosas aristocracias mongóis, turcas e árabes que se impuseram a povos agrícolas do cinturão seco do Velho Mundo.

Nossa discussão deveria deixar claro que o emprego do labor social apresenta uma dimensão ao mesmo tempo econômica e política. O modo ordenado segundo o

parentesco inibe a institucionalização do poder político, repousando essencialmente na administração do consenso entre agrupamentos de participantes. Além disso, os laços de parentesco colocam limites à quantidade de labor social que pode ser mobilizado tendo em vista propósitos coletivos. O labor social pode ser acumulado pela convergência temporária de muitos laços separados, mas volta a dispersar-se quando as condições exigem um novo ordenamento dos compromissos. Ao mesmo tempo, a amplitude e a retração dos laços de parentesco criam limites abertos e variáveis em tais sociedades.

Um chefe pode tornar-se o eixo do poder de seu grupo de parentesco; no entanto se ele, algumas vezes, for capaz de encarnar a ordem do parentesco, também será seu prisioneiro. Os chefes que desejam romper com as limitações da ordem do parentesco precisam recorrer a mecanismos que lhes possam garantir um poder independente sobre os recursos. Esses chefes precisam ou alocar parte da força de trabalho sob seu controle a outro modo ou estabelecer relações diretas com esse modo, seja como suseranos tributários ou como participantes da produção capitalista. Efetuar semelhante mudança exige novos instrumentos políticos de dominação, sejam eles controlados diretamente pelos chefes ou aplicados por outros em seu benefício. Se isso não der certo, as pessoas que eles tentam mobilizar podem muito bem rebelar-se ou cindir-se, deixando-os de mãos abanando e sem nenhum poder.

Em contraste com o modo ordenado segundo o parentesco, os modos tributário e capitalista dividem a população sob seu comando em uma classe de produtores de excedentes e uma classe de apropriadores de excedentes. Ambas requerem mecanismos de dominação para garantir que os excedentes sejam transferidos numa base previsível de uma classe para outra. Essa dominação pode envolver em um momento ou outro uma vasta panóplia de sanções baseadas no temor, na esperança e na caridade; não pode, entretanto, ser assegurada sem o desenvolvimento de um aparato de coerção que mantenha a divisão básica em classes e defenda a estrutura daí resultante contra o ataque externo. Portanto, os modos tributário e capitalista são caracterizados pelo desenvolvimento e instalação desse aparato, isto é, o Estado.

No exemplo do modo tributário, ele é constituído pelos mecanismos de dominação que extraem tributos dos produtores por meio de “algo além da pressão econômica” (ver p. 110 e s.). A política, em um Estado tributário, pode afetar a concentração e a distribuição do tributo entre categorias rivais de apropriadores de tributos, mas continua a basear-se no relacionamento extrativo direto, não importa qual seja a forma organizacional do Estado.

Já o modo capitalista parece ser economicamente auto-regulador. Enquanto os meios de produção forem possuídos pelos capitalistas e negados aos trabalhadores, esses serão continuamente forçados a ser empregados dos primeiros depois que cada

ciclo de produção chegar à completude e o ciclo reiniciar-se. No entanto o Estado desempenha um papel estratégico tanto na gênese do modo como em sua manutenção. Para deslançar o modo foi necessário, em primeiro lugar, estocar o dinheiro que gera dinheiro, convertê-lo em capital e criar uma classe de trabalhadores que pusessem sua força de trabalho à venda como se ela fosse uma *commodity*. Nesses processos gêmeos de “acumulação original”, o Estado desempenhou um papel vital. Uma vez instalado o modo, o Estado tinha de empregar ainda mais o seu poder com a finalidade de manter e garantir a propriedade dos meios de produção pela classe capitalista, em casa e no estrangeiro, e sustentar os regimes de trabalho e de disciplina da mão-de-obra exigidos pelo modo. Além disso, o Estado teve de providenciar a infra-estrutura dos serviços técnicos, tais como o transporte e a comunicação, igualmente exigidos pelo modo. Finalmente, coube ao novo Estado arbitrar e administrar conflitos entre grupos competitivos de capitalistas sob sua jurisdição e representar os interesses deles na competição entre as nações por meio da diplomacia, quando possível, e da guerra, quando necessário.

Os três modos de produção que descrevi em linhas gerais não constituem tipos em que se possam encaixar as sociedades humanas ou os estágios de evolução cultural. Eles são mostrados como elaborações com as quais se podem encarar certos relacionamentos estratégicos que moldam os termos mediante os quais as vidas humanas são conduzidas. Os três modos são instrumentos para se pensar sobre as conexões fundamentais estruturadas entre os europeus em expansão e os outros habitantes do globo de tal forma que possamos apreender as conseqüências dessas conexões.

A EUROPA, PRELÚDIO À EXPANSÃO

Um observador que lançasse um olhar sobre o mundo no ano de 800 da Era Cristã mal notaria a península europeia. Roma havia desmoronado e nenhum outro poder centralizado e eficaz tomara o seu lugar. No lugar dela, uma multiplicidade de acanhados domínios tributários disputavam o direito à tão abalada herança romana. O centro de gravidade político e econômico se deslocara para o Oriente, para a “nova Roma” de Bizâncio e o califado muçulmano. Seiscentos anos mais tarde, em 1400, nosso observador notaria uma Europa muito diferente e uma mudança bem definida em seu relacionamento com as vizinhas Ásia e África. Os muitos principados secundários se haviam fundido em um número ainda menor de potências eficazes. Tais potências competiam com muito sucesso com seus vizinhos ao sul e a leste e estavam a ponto de empreender grandes aventuras ultramarinas. Que havia acontecido?

Se quisermos responder a essa indagação, teremos de levar em conta pelo menos três problemas inter-relacionados. Em primeiro lugar, houve alterações quanto ao comércio a longa distância que modificaram a posição da Europa, que deixou de ser uma simples orla dependente da Ásia para transformar-se em uma região-chave de desenvolvimento comercial. Qual foi a natureza dessas alterações? Em segundo lugar, os inúmeros, pequenos e dispersos principados tributários do ano 800 haviam-se transformado em reinos consolidados política e economicamente. Que estava envolvido nessa consolidação? Finalmente, vários dos Estados consolidados procuravam novas fronteiras, numa colaboração entre os governantes que faziam a guerra e a classe mercantil. Quais eram as forças que impulsionavam esses Estados à expansão e qual era a natureza da colaboração em cada caso?